



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

**AÇÃO COLETIVA E ATO CONECTIVO: DIMENSÕES E HORIZONTES DAS
RELAÇÕES ENTRE AS RUAS E AS REDES**

Thiago Rodrigues Lima

MANAUS
MARÇO DE 2019



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

**AÇÃO COLETIVA E ATO CONECTIVO: DIMENSÕES E HORIZONTES DAS
RELAÇÕES ENTRE AS RUAS E AS REDES**

Thiago Rodrigues Lima

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia (PPGS) da Universidade
Federal do Amazonas (UFAM) como
requisito para a obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro

MANAUS/AM

MARÇO DE 2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732a Lima, Thiago Rodrigues
Ação coletiva e ato conectivo: dimensões e horizontes das relações entre as ruas e as redes / Thiago Rodrigues Lima. 2019
144 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro
Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalh
Coorientador: Prof. Dr. Nelson Matos de Noronha
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Ação coletiva. 2. Ato conectivo. 3. Internet. 4. Movimentos sociais. 5. Redes sociais. I. Ribeiro, Prof. Dr. Odenei de Souza II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Composição da banca de Defesa de Dissertação de mestrado:

Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro – PPGS/UFAM

Prof. Dr. Gilson Pinto Gil – PPGS/UFAM

Prof. Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho – PPGS/UFAM

RESUMO

Na presente dissertação de mestrado buscamos tematizar as relações entre as recentes manifestações de protesto ocorridas nas ruas brasileiras e a estrutura dinâmica de funcionamento das redes sociais nos ambientes telemáticos, especificamente nas plataformas digitais de comunicação e *websites Twitter* e *Facebook*. Para isso, partiremos do contexto das manifestações de junho de 2013 no Brasil, a fim de investigar algumas das interseções entre os atos conectivos e as ações coletivas, bem como refletir sobre as possíveis implicações dessas interseções na configuração e/ou reconfiguração de uma opinião e esfera públicas e de um ambiente comunicacional.

À Silvia Katherine.

No reino dos fins tudo tem ou bem um preço ou bem uma dignidade. O que tem um preço, em seu lugar também se pode pôr outra coisa, enquanto equivalente; mas o que se eleva acima de todo preço, não permitindo, por conseguinte, qualquer equivalente, tem uma dignidade. Immanuel Kant

A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, em que as regras substituiriam para sempre a guerra; ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação. Michel Foucault

O primeiro que tendo cercado um terreno se lembrou de dizer: "Isto é meu", e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: "Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdido se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém. Jean-Jacques Rousseau

A política, de fato, não é o exercício do poder, ou a luta pelo poder. É a configuração de um espaço específico, a partilha de uma esfera particular de experiência, de objetos colocados como comuns e originários de uma decisão comum, de sujeitos reconhecidos como capazes de designar esses objetos e argumentar a respeito deles. Jacques Rancière

Sumário

INTRODUÇÃO	1
ABORDAGEM TEÓRICA E ITINERÁRIO METODOLÓGICO.....	6
A ERA DA INFORMAÇÃO: ENTRE A AUTONOMIA DA RAZÃO E A CIDADANIA AUTOMATIZADA.....	21
ENTRE A AÇÃO SOCIAL E O ATO CONECTIVO: OS SUJEITOS DE UMA NOVA RAZÃO DO MUNDO.....	31
ESPAÇO DO COMUM E HORIZONTE DE AÇÃO SOCIAL NA INTERNET	37
ÁGORA DIGITAL E TERRITÓRIOS INFORMACIONAIS.....	47
CALEIDOSCÓPIO DIGITAL DE JUNHO	59
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E RECORTE CRONOLÓGICO	68
I. Antecedentes de junho de 2013	73
II. Emergência das manifestações.....	81
III. Difusão e abrangência nacional	84
IV. Dispersão de pautas, capitulação, cooptação das mobilizações.....	85
V. Descenso e fase de desmobilização	86
REDES E EFERVESCÊNCIA COLETIVA: A INTERNET E AS RUAS	87
AS RUAS E AS REDES: MOVIMENTO PASSE LIVRE E MÍDIA NINJA	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
ESTATÍSTICAS SOBRE JUNHO DE 2013, ACESSOS E USOS DE TICS NO BRASIL – GRÁFICOS REFERENTES AOS ANOS 2012 E 2013.....	111
REFERÊNCIAS.....	128

INTRODUÇÃO

Na presente dissertação de mestrado buscamos tematizar as relações entre as recentes manifestações de protesto ocorridas nas ruas brasileiras e a estrutura dinâmica de funcionamento das redes sociais nos ambientes telemáticos, especificamente nas plataformas digitais de comunicação e *websites Twitter e Facebook*. Para isso, partiremos do contexto das manifestações de junho de 2013 no Brasil, a fim de investigar algumas das interseções entre os atos conectivos e as ações coletivas, bem como refletir sobre as possíveis implicações dessas interseções na configuração e/ou reconfiguração de uma opinião pública e de uma esfera ou ambiente comunicacional.

Ao investigar tais relações, buscamos por um lado analisar os modos como as ações, reivindicações e propósitos de dois coletivos ou movimentos culturais foram reverberadas através das redes sociais na Internet naquele contexto do ano de 2013 e, por outro lado, analisar o potencial dessas redes no que diz respeito à organização, mobilização e/ou desmobilização de segmentos específicos da sociedade civil.

Os dois coletivos ou movimentos culturais aos quais nos referimos aqui são: Movimento Passe Livre (MPL); e a rede de comunicação Mídia Ninja - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. A escolha do MPL deve-se, primordialmente, à percepção de que este movimento constituiu a centelha originária ou o epicentro das mobilizações nas ruas naquele contexto; percepção que tem sido legitimada tanto por um contingente expressivo de pesquisadores¹ das manifestações de junho quanto pelos discursos majoritários sobre o desenrolar daqueles acontecimentos. Com relação à Mídia Ninja, a relevância desse coletivo e rede de comunicação para a nossa investigação reside, inicialmente, no papel que a cobertura dos Ninjas exerceu

¹ ANTOUN&MALINI, 2013; CASTELLS, 2013, posfácio à edição Brasileira; FAUSTO&SORJ, 2016, págs. 115-170; MALINI, 2016; MARICATO, HARVEY, DAVIS, BRAGA, ZIZEK... [et al.]. In. *Cidades Rebeldes*, 2013; NOBRE, 2013; ORTELLADO&JUDENSNAIDER, 2013.

em um momento de inflexão das disputas narrativas em torno daqueles protestos².

De início, partimos da observação na qual uma das dimensões comuns das ações dos coletivos aqui investigados reside no fato de que ambos, tanto o MPL quanto a Mídia Ninja, trabalham com e a partir do adensamento das microrevoltas e indignações manifestadas na sociedade civil e/ou por setores de uma opinião pública. E, nesse sentido, argumentamos que o advento e a popularização das redes sociais da Internet abriu espaço para a ampliação de um processo de aglomeração e enxameamento de opiniões e insatisfações populares no Brasil.

Apropriando-se também das novas tecnologias de informação e valendo-se desse espaço de difusão e distribuição de notícias, o MPL – que antes de 2013 já vinha articulando atos de protestos nas ruas há pelo menos oito anos, quando de sua constituição formal no ano de 2015 - pôde promover e dar vazão a uma série de indignações e expectativas pontuais referentes, sobretudo, aos direitos sociais ligados à mobilidade urbana. Indignações e expectativas populares que não aparecem com grande ênfase e caráter de espetacularização na mídia tradicional; pelo menos não até que se atinja um ponto de ebulição dessas insatisfações nas ruas e nas vidas mais cotidianas das pessoas.

A Mídia Ninja, por sua vez, também se mostrou ativo diante desse novo espaço e contexto de difusão de informações. Aqui, argumentamos que, através do uso de *streaming* de notícias e táticas de produção e propagação direta de notícias - muitas vezes sem grandes preocupações com edições jornalísticas, dado a urgência do momento ou a falta de recursos e capacitação para tanto - os Ninjas lograram desobstruir alguns dos canais destinados ao livre fluxos de informações públicas. Canais que, dado a extrema concentração

² ANTOUN&MALINI, 2013; MARICATO, HARVEY, DAVIS, BRAGA, ZIZEK... [ET al.]. In. Cidades Rebeldes, 2013; ORTELLADO&JUDENSNAIDER, 2013.

da mídia empresarial brasileira³, acabam sendo capitulados pelas maiores corporações midiáticas.

Desse modo, argumentamos no sentido de que o uso que a Mídia Ninja fez do *streaming* como tática de difusão de notícias explicitou um liame entre duas dimensões que, em um primeiro momento e aparentemente, não se relacionavam, qual seja: de um lado a dimensão da ação social de militância e mobilização política, e de outro lado o ato de conectar-se através de plataformas digitais de comunicação e entretenimento.

A fim de situar as relações aqui investigadas em um quadro conceitual e de categorias de entendimento mais amplo e capaz de tornar compreensíveis as relações entre tecnologia e sociedade, julgamos necessário analisar e argumentar a propósito dos modos pelos quais a atuação de grupos como a Mídia Ninja e o MPL, no contexto das manifestações de junho, além de explicitar os liames entre os âmbitos da ação social, da mobilização política e dos atos conectivos, também suscitou outras relações possíveis, a saber, aquelas que se estabelecem entre fatos sociais, *dispositivos* sociais, artefatos tecnológicos e aparelhos eletrônicos de comunicação.

Todas essas relações e liames teórico-conceituais reverberam uma sociedade marcada pela espetacularização, pelo controle biopolítico e permanente vigilância das dinâmicas culturais e de formação de uma opinião pública⁴. Todavia, essas mesmas relações e liames, essas que podem nos fazer aduzir uma sociedade progressivamente distópica, onde o controle das informações por parte das grandes corporações midiáticas sugere um crescente e inevitável despotismo informacional⁵; essas mesmas relações podem ensejar processos políticos que configuram uma *partilha do sensível*⁶

³ Media Ownership Monitor Brazil: Quem controla a mídia no Brasil? (<https://brazil.mom-rsf.org/br/>). Relatório sobre a concentração de mídia no Brasil produzido por: Coletivo Intervozes (<http://intervozes.org.br/>) e Reporters without Borders (<https://rsf.org/en>). Links consultados em 20/08/2018.

Cf. UNESCO 2017.

⁴ Cf. EISENBERG & CEPIK 2002; DELEUZE 1992; LATOUR 2007; TRIVINHO 2005.

⁵ Cf. MOROZOV 2009; 2011.

⁶ *Essa distribuição e essa redistribuição dos lugares e das identidades, esse corte e recorte dos espaços e dos tempos, do visível e do invisível, do barulho e da palavra constituem o que chamo de partilha do sensível. A política consiste em reconfigurar a partilha do sensível que define o comum de uma comunidade, em nela introduzir novos sujeitos e objetos, em tornar*

ou mesmo aquilo que o sociólogo Manuel Castells chamou de *espaços de autonomia*⁷.

E aqui julgamos importante ponderar que, se por um lado as mídias sociais da Internet podem, de fato, configurar *espaços de autonomia* e suscitar uma *partilha do sensível*, por outro lado, de acordo com interesses públicos e/ou privados específicos, elas também podem viabilizar estratégias ideológicas de obnubilação da opinião pública, formas de manipulação e de mitigação de seus efeitos na sociedade⁸. Desse modo, visando problematizar e esclarecer as possíveis conexões entre ação coletiva e ato conectivo, entre as efervescências político-culturais nas ruas e a dinâmica comunicacional nas redes, partimos de observações sobre as especificidades, as conexões e as ações do Movimento Passe Livre e do coletivo Mídia Ninja, bem como das suas implicações nas dinâmicas das ruas e das redes.

A questão geral que norteia nossas investigações pode, então, ser condensada e expressa da seguinte forma: Em que medida os processos comunicativos através das redes sociais nos ambientes telemáticos dos *websites Facebook e Twitter* e a dinâmica das manifestações nas ruas em junho de 2013 no Brasil interseccionaram-se? E quais os efeitos políticos e culturais dessa interseção?

Assim, como o título da dissertação indica, trata-se de pensar - sob o prisma das relações culturais e suas implicações no campo político - as dimensões e horizontes das relações entre as redes sociais da Internet (e na Internet) e os protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013. Ao pensar essas relações buscamos analisar os regimes discursivos, os processos de subjetivação e os modos pelos quais algumas visões morais de mundo podem condicionar, sensivelmente e em nível microdiscursivo, a comunicação e a dinâmica dos afetos políticos nas mídias sociais⁹, de maneira a configurar ou

visível o que não era visto e fazer ouvir como falantes os que eram percebidos como animais barulhentos. Esse trabalho de criação de dissenso constitui uma estética da política que nada tem a ver com as formas de encenação do poder e de mobilização das massas designadas por Benjamin como "estetização da política". RANCIÈRE 2010

⁷ Cf. CASTELLS 2013.

⁸ Cf. GOMES 2005; MARICATO Et. al. 2013.

⁹ Aquilo que FELICE 2013 denomina *ecologia comunicativa das redes*.

reconfigurar estratos de uma opinião pública e produzir efeitos em processos concretos da sociedade civil e do Estado.

Não nos cabe - e talvez não seja mesmo possível - determinar se as manifestações de junho de 2013 foram apenas um momento de espetacularização de um paroxismo social ou se elas constituíram um fenômeno histórico emblemático das transformações sociais no Brasil contemporâneo. Excluídas essas pretensões prognósticas mais terminantes, quando falamos em “processos concretos da sociedade civil e do Estado”, não nos referimos às transformações macroestruturais ou com drásticos e imediatos impactos nos sistemas de ação econômico, político e cultural, mas sim aos efeitos potencialmente disruptivos e/ou formativos de uma opinião pública, no que diz respeito a temas pontuais e de alcance mais cotidiano; efeitos de organização e de mobilização que podem ser suscitados a partir dos processos de adensamento das microrevoltas nas ruas e de adensamento das filigranas narrativas nas redes da Internet.

Assim sendo, pela investigação do MPL e da Mídia Ninja buscamos: deslindar a proveniência das informações e discursos produzidos nas manifestações de junho de 2013; perscrutar as condições de emergência dessas informações e os modos de difusão dos discursos *online* e *off-line*. E, em se tratando de análise discursiva nas mídias sociais¹⁰ desses dois atores sociais envolvidos nas chamadas “Jornadas de Junho”¹¹, o que intentamos é investigar os *interstícios microdiscursivos* e tipificar os meios de interação e comunicação que as plataformas *Twitter* e *Facebook* oferecem. Meios que podem, por sua vez, viabilizar formas de organização e mobilização, modos de adensamento, aglomeração e enxameamento das micronarrativas que circulam nessas redes midiáticas.

¹⁰ Cf. GREGOLIN 2007.

¹¹ “Jornadas de Junho” era como a mídia televisiva e impressa no Brasil se referia frequentemente aos protestos e revoltas iniciadas em junho de 2013. Cf. BARREIRA 2014.

ABORDAGEM TEÓRICA E ITINERÁRIO METODOLÓGICO

A sociedade civil compreende, para Gramsci, não mais “todo o conjunto das relações materiais”, mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais todo o conjunto da vida comercial e industrial, mas todo o conjunto da vida espiritual e intelectual. Ora, se é verdade que a sociedade civil é, como diz Marx, “o verdadeiro centro, o teatro de toda a história”, esse deslocamento do significado da sociedade civil em Gramsci não nos leva a colocar imediatamente a questão se não terá ele, porventura, colocado “o verdadeiro centro, o teatro de toda a história” em outro lugar? (...). Gramsci fala de sociedade civil como é entendida por Hegel (...) “no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. BOBBIO, 1994. págs. 33-34.

A partir dessas considerações de Norberto Bobbio é possível constatar como, de Maquiavel à Hegel e Gramsci, o conceito de sociedade civil é fulcral no pensamento político moderno. Hoje, no atual estágio de desenvolvimento dos processos de globalização, surgem novas abordagens conceituais no mesmo diapasão dos antigos conceitos. Formulações relacionadas a uma *sociedade civil mundial*¹² e à busca de identidades que se constituem nas conexões entre o *popular-nacional* e o *internacional-popular*¹³, ou ainda, reflexões em torno de sujeitos, movimentos sociais e cidadãos da *sociedade global*¹⁴ e da *sociedade da informação*¹⁵.

Dadas a relevância e a polifonia teórico-analítica desse conceito na teoria política, para efeitos de delimitação conceitual e melhor compreensão das relações tematizadas na presente dissertação, pensamos a sociedade civil a partir de dois conceitos criados por Octavio Ianni, a saber: *Príncipe eletrônico* e *sociedade civil mundial*. Quanto ao conceito de *Príncipe Eletrônico*, Ianni afirma:

O príncipe eletrônico é uma figura política nova e diferente de todas as outras, passadas e presentes. Convive com as outras, tanto o príncipe maquiavélico como o moderno príncipe gramsciano, sem esquecer as instituições “clássicas” da política, tais como os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais, as correntes de opinião pública, os poderes legislativo,

¹² Cf. IANNI 2003. págs. 33-50.

¹³ Cf. ORTIZ 1999, págs. 182-206.

¹⁴ Cf. MATTELART 2002.

¹⁵ Cf. CASTELLS 2013.

executivo e judiciário (...). Um dos segredos do príncipe eletrônico é atuar diretamente no nível do virtual. Beneficia-se amplamente das tecnologias e linguagem que a mídia mobiliza para realizar e desenvolver cotidianamente a virtualização (...) o modo pelo qual se desenha e movimenta o príncipe eletrônico permite defini-lo como o intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes, em escala nacional e mundial. Um intelectual orgânico coletivo, já que sintetiza a atividade, o descortino e as formulações de várias categorias de intelectuais: jornalistas e sociólogos, locutores e atores, escritores e animadores, âncoras e debatedores, técnicos e engenheiros, psicólogos e publicitários; todos mobilizando tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas como técnicas sociais de alcance local, nacional, regional e mundial. IANNI, 1999. Págs. 25-28.

Como já dito inicialmente, os dois movimentos culturais e atores sociais objetos de nossa investigação são o MPL e a Mídia Ninja. Quando nos referimos aos atores sociais aqui investigados como “movimentos culturais” (ao invés de movimentos sociais), queremos, sobretudo, enfatizar a dimensão simbólica das relações aqui analisadas, destacar as conexões e orientações de sentido que os sujeitos atribuem-se nestas relações e compreendê-las em suas implicações no *campo* político; conceito este (*campo*) criado por Pierre Bourdieu para referir-se aos espaços estruturados onde ocorrem as disputas e configurações de poder, bens, saberes e valores.

Trata-se de um espaço que também pode ser físico, mas que é, sobretudo, simbólico e que se apresenta como condição de possibilidade da manifestação de formas de ação coletiva, de atores sociais e da ação de sujeitos específicos. Nesse sentido, por *campo político* entendemos o espaço agonístico das instituições e dos sujeitos que agem nelas e a partir delas. O campo político é o palco dos conflitos entre as instâncias estatais e disciplinares que condicionam a sociedade civil. A propósito do conceito de *campo* em Bourdieu, a socióloga Maria Cecília de Souza Minayo afirma:

... a noção de campo vem designar uma espécie de zona cultural que ocupa uma posição no mapa da estrutura social e se distingue de outras zonas, por seus interesses, estruturas, regras, leis e formas de poder, hierarquia e prestígio. Da mesma forma que o 'habitus', o 'campo' é estruturado e flexível, sujeito à influência e à concorrência entre os que o compõem e de atores de outros campos dos quais se aproxima e diferencia. Por meio do estudo deste conceito, Bourdieu respondeu a suas perguntas originárias sobre como se dão a estruturação e a reprodução do poder na sociedade através do domínio prático das regras, dos

interesses e dos confrontos conflituosos. MARTELETO; PIMENTA 2017, pág. 10.

Com essas observações conceituais o que buscamos é embasar e enfatizar nosso horizonte teórico-metodológico, fundado na compreensão do sentido da ação social. Nas palavras de Max Weber:

Por “ação” deve entender-se um comportamento humano, tanto faz que se trate de um comportar-se externo ou interno ou de um permitir ou omitir, sempre quando o sujeito ou os sujeitos da ação ligam a ela um sentido subjetivo. A “ação social”, portanto, é uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta nela no que diz respeito ao seu desenvolvimento. WEBER 2016. pág. 613.

Através deste enfoque na dimensão simbólica da ação social, buscamos pôr em perspectiva três fatores, a saber: os processos de subjetivação; a dinâmica dos afetos; e os regimes discursivos suscitados nessas relações. Ao falarmos de “processo de subjetivação” referimo-nos a duas matrizes teórico-conceituais. A primeira, como já mencionado, diz respeito ao conceito de *ação social* em Max Weber, ou seja, uma ação humana orientada por sentidos que são, por sua vez, atribuídos por indivíduos. O indivíduo constitui-se enquanto sujeito de uma *ação social* na medida em que o sentido de suas ações refere-se ao comportamento de outros indivíduos. Isso quer dizer que o sujeito existe enquanto processo de interação, constitui-se na relação entre indivíduos produtores de sentidos recíprocos, ou seja, sujeito é o indivíduo na medida de sua capacidade de interagir e agir socialmente. Desse modo, o “processo de subjetivação” diz respeito ao próprio movimento de constituição da *ação social*.

A segunda matriz teórico-conceitual para pensar o “processo de subjetivação” advém da obra de Michel Foucault. E, seguindo este autor, pensamos o sujeito como efeito histórico de distintos regimes de verdade, diferentes modos de exercer o poder, produzir e fazer circular os saberes. Em Foucault onde há relações de poder e saber há também resistência, e toda resistência política é, em larga medida, produção e ação de sujeitos contra regimes de verdade e discursos hegemônicos específicos. Portanto, os “processos de subjetivação” são efeitos necessários e também condição necessária (ainda que não condição suficiente) das resistências políticas.

Nesse sentido, com ecos foucaultianos, lemos nas palavras de Robert Danny-Dufour: *O sujeito é tanto a sujeição quanto o que resiste à sujeição*¹⁶.

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isso que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. FOUCAULT 2004. pág. 7.

No que diz respeito à expressão “dinâmica dos afetos”, nossas perspectivas e argumentos voltam-se novamente para Max Weber. Ao abordar as razões que definem a *ação social*, Weber afirma:

A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins (...) 2) de modo racional referente a valores (...) 3) de modo afetivo, especialmente emocional (...) 4) de modo tradicional (...). WEBER 2004, pág. 15.

Como especificado por Weber, há uma ação social afetiva, ou seja, aquela cuja conduta do sujeito é condicionada pela *descarga consciente de um estado sentimental*, sem necessariamente levar em conta as *suas convicções sobre ou referentes ao que é o dever, a dignidade, a beleza, a sabedoria religiosa, a piedade ou a importância de uma “causa”, qualquer que seja seu gênero*¹⁷. A partir das tipificações weberianas sobre a dimensão afetiva da *ação social*, pensamos as redes sociais na Internet como *redes de indignação e esperança*¹⁸, caleidoscópio dos afetos, plexos de dominações e resistências, teia de idiosincrasias, de pontos de vista e de visões morais de mundo¹⁹, espaços de manifestação de emoções, desejos e *efervescência coletiva*²⁰ com efeitos tanto disruptivos ou de produção de dissensos, quanto instituintes ou de produção de coesão em torno de processos sociais específicos.

¹⁶ DUFOUR, 2005.

¹⁷ WEBER 2004, pág. 14.

¹⁸ Cf. CASTELLS 2013.

¹⁹ Cf. MALINI 2016.

²⁰ Cf. DURKHEIM 2000.

E ainda, no que se refere aos “regimes discursivos”, valemo-nos da perspectiva foucaultiana quando o filósofo afirma:

Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade (...) somos julgados, condenados classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. FOUCAULT, 2004. págs. 179-180.

No que diz respeito às inflexões que propomos aqui entre movimentos culturais e o conceito de movimentos sociais, é importante salientar que não intentamos preterir os impactos no macro campo social das relações aqui investigadas, ou minimizar a dimensão daquilo que TOURAINE 2006 definiu como *ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizado*, referindo-se ao conceito historicamente situado de movimento social²¹.

(...) os movimentos sociais são condutas coletivas e não crises ou formas de evolução de um sistema (...). Falarmos sobre movimento social significa colocarmo-nos no ponto de vista dos atores, isto é, dos atores que são, ao mesmo tempo, conscientes do que têm em comum, ou seja, dos mecanismos de conflitos e dos interesses particulares que os definem uns contra os outros. O interesse considerável da noção de movimento social na história da sociologia é haver contribuído para a reflexão passar de um certo objetivismo – insuficiente quando se buscou estudar as condutas – a um estudo claramente definido pela busca de sentido de certas ações, isto é, do sentido atribuído por certos atores à sua ação. Nesse sentido, é necessário dizer, com a mesma clareza empregada até aqui, que a ideia de movimento social se opôs ao pensamento que coloca a razão de ser das condutas coletivas nos problemas estruturais de um certo tipo de sistema, geralmente definido em termos econômicos. TOURAINE 2006, págs. 20-21.

Entendo que uma relação social de dominação só pode suscitar uma ação que mereça o nome de movimento social se atuar sobre o conjunto dos principais aspectos da vida social, ultrapassando as condições de produção em um setor, de comércio ou de troca ou, ainda, a influência exercida sobre os sistemas de informação e de educação. TOURAINE 2006, págs. 18-19.

Um conflito de impacto geral não se apresenta forçosamente como um conflito geral. É, ao contrário, fácil de observar que os conflitos aparentemente muito limitados, como, por exemplo, os que têm como objeto as condições de trabalho ou as formas de

²¹ Cf. ALONSO 2009; GOHN 1997.

remuneração, valem-se de enfrentamentos com impacto geral. Não há necessidade que um conflito social ou que uma ação coletiva se apresente armada de uma ideologia muito elaborada para que possamos concluir a presença de um movimento social.
TOURAINÉ 2006, págs. 19-20.

No artigo *Na Fronteira dos Movimentos Sociais*²², Alain Touraine argumenta a propósito da permanência da validade do conceito de movimento social, conceito historicamente ligado ao mundo do trabalho e aos conflitos agrários num contexto de capitalismo industrial, onde o fordismo e o toyotismo são os paradigmas de produção e desenvolvimento fundamentais. Ainda no mesmo diapasão, Touraine também estende seus argumentos em favor da validade do conceito de movimento social para outros modelos de produção e desenvolvimento, modelos que resultam do contexto que o sociólogo Daniel Bell nomeou *sociedade pós-industrial*, ou do contexto que o sociólogo Manuel Castells chamou de *capitalismo informacional*.

Nesse novo contexto, as primeiras lógicas de produção industrial fundadas no binômio “escassez-competição” e de caráter eminentemente fabril - seja o fordismo com seu modelo de produção centralizado e em série ou o toyotismo com seu modelo de produção multicentralizado e por demandas – começam a ser mais influenciadas por um modelo de produção e desenvolvimento voltado para as redes de consumidores e nichos de mercado específicos. Trata-se, aqui, de um novo modelo produtivo que desloca sua tônica do binômio “recursos escassos-competição”²³ entre proprietários dos meios de produção”, para um novo binômio, a saber, “fluxos, profusão, pervasividade e ubiquidade de informações-colaboração e interação compulsórias entre redes de produtores e consumidores de tecnologias de informação”²⁴.

O que esta em jogo nesse novo modelo e lógica produtiva é a introdução da informação como fator de produção preponderante e também a concepção da mensagem (em sua dimensão mais abstrata e especulativa) como recurso imaterial necessário em um mundo onde a concretude e materialidade do

²² TOURAINÉ 2006, pág. 18.

²³ Competição de caráter arrivista.

²⁴ BENKLER 2006; CASTELLS 2005; DANTAS 1999; DARDOT&LAVAL 2016; MCCHESENEY 2013; RIFKIN 2000; TRIVINHO 2005.

trabalho são cada vez mais diluídas em um fluxo permanente de bens simbólicos. Nesse mundo, a atividade laboral em sua dimensão mais física desmancha no ar de pura especulação. Hoje, o trabalho, aquilo que já foi entendido como garantia de subsistência e como realização das potencialidades humanas, tende em um movimento aparentemente inexorável a ser sinônimo de precariedade. Diante de todas essas transformações, um paradoxo talvez ainda ressoe como um imperativo: dizer adeus ao trabalho é reafirmar uma sempre nova centralidade do trabalho.

Tendo em vista esse quadro de transformações no mundo do trabalho e para pensar esses processos, dinâmicas e regimes implicados nas relações aqui estudadas, tomamos como referencial conceitual as abordagens de Michel Foucault e Alain Touraine em suas aproximações e diferenças quanto aos conceitos de sujeito e subjetivação²⁵. Assim, referenciados em Foucault, pensamos a constituição do sujeito como efeito de uma teia de relações que envolve regimes discursivos, formas de saber e modos de exercer o poder em dado contexto. E quanto a Alain Touraine, pensamos o sujeito e os processos de subjetivação como o modo através do qual os indivíduos se constroem enquanto atores sociais e são levados a contrapor-se e resistir a tipos de dominação de uma determinada estrutura social.

Desse modo, a existência de processos de subjetivação e regimes discursivos próprios das formas de ação coletiva, dos atores sociais e sujeitos envolvidos nas manifestações de junho de 2013 é o que tomamos como hipótese a ser investigada e demonstrada, buscando as consonâncias e dissonâncias entre as manifestações de junho de 2013 e outras mobilizações emblemáticas – e aqui nosso horizonte vai da eclosão de amplas lutas por direitos civis em Maio de 1968, Paris (consideradas o marco inicial do que foi posteriormente denominado *movimentos antissistêmicos*²⁶), passando pelos protestos de Seattle em 1999²⁷ (considerado o marco inicial dos movimentos

²⁵ Cf. FURLIN 2011.

²⁶ Cf. WALLERSTEIN 2002.

²⁷ Protestos contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Momento que marca o aparecimento ou maior exposição midiática de grupos que usam a tática de guerrilha urbana chamada *Black Bloc*. Grupos estes que foram amplamente mencionados em junho de

altermundialização²⁸), os levantes populares na Tunísia e Egito (Primavera Árabe), até os movimento dos Indignados na Espanha (Madri) e o *Occupy Wall Street* em Nova York (todos ocorridos em 2011)²⁹.

Para efeitos de delimitação teórica, cabe ainda salientar nosso enfoque da categoria ‘sujeito’ e os seus contrapontos com a noção de ‘indivíduo’. Numa primeira percepção, talvez mais espontânea, uma investigação dos “processos de subjetivação”, das “dinâmicas dos afetos” e dos “regimes discursivos”, colocados nesses termos, pode levar a pensar que trataremos as redes sociais na *web 2.0* como um espaço onde os indivíduos enunciam unicamente suas opiniões e interesses privados, mais um laboratório ideológico da cultura de massas, uma máquina cuja única função é obliterar conflitos e reificar consensos; uma expressão daquilo que Barry Wellman chamou de *individualismo em rede*³⁰, um espaço não propriamente de *ação social*, mas sim de encontros fortuitos e atos isolados de internautas solipsistas, indivíduos conectados à rede mundial de computadores, porém, inteiramente desconectados do *mundo da vida*.

Todas essas percepções, não julgamos adequadas e profícuas para nossos propósitos de investigação. E é no intuito de não incorrer nessas interpretações que pensamos com Foucault:

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. FOUCAULT, 2001, pág. 161.

... não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos. FOUCAULT, 2004, pág. 146.

2013 pela imprensa tradicional como tendo uma participação significativa em determinados momentos das manifestações.

²⁸ Movimentos que tiveram seu ápice de notoriedade e momento de maior força durante a constituição das primeiras edições do Fórum Social Mundial. Cf. LÖWY 2008.

²⁹ Cf. CASTELLS 2013.

³⁰ Cf. CASTELLS 2001.

E observamos a partir do artigo de Fábio Malini:

É então preciso ultrapassar o acento individual de seus estudos (estudos sobre análise de redes sociais na Internet) que apenas valorizam a autoridade dos perfis em função da popularidade e da difusão de mensagens, e valorizar um acento coletivo em que é a densidade das relações altamente conectadas entre os perfis que fazem emergir ricos pontos de vistas coletivos capazes de influir nos sentidos dos acontecimentos sociais. MALINI 2016, pág.5.

... pontos de vistas empreendem ‘dinâmicas de poder’, que se traduzem em disputas pela hegemonia das narrativas sobre fatos, ideias, marcas e produtos, elegendo seus operadores (perfis) mais influentes, numa tentativa de neutralização ou de sobreposição da perspectiva alheia. MALINI 2016, pág.12.

Isso posto, norteados por este referencial teórico conceitual e por meio de uma análise tipológica dos dois coletivos e movimentos culturais (MPL e Mídia Ninja), buscamos destacar:

- I. Os percursos históricos desses dois atores sociais e suas respectivas inserções nas redes sociais da Internet;
- II. Os modos como esses atores operacionalizaram, tornaram visíveis e enunciáveis seus papéis sociais no contexto das manifestações;
- III. As formas de subjetivação e lugares de fala³¹ dos sujeitos que integram esses movimentos;
- IV. Os processos de legitimação discursiva diante das disputas narrativas sobre junho de 2013.

Como já expressei acima, na presente dissertação buscamos compreender as relações entre as manifestações ou protestos nas ruas e as redes sociais na Internet e da Internet. Estas relações, por sua vez, podem ser

³¹ Conceito através do qual busca-se compreender como as hierarquias e papéis sociais produzem distintos efeitos de verdade e instauram diferentes regimes discursivos. Na medida em que esse conceito nos remete a um *tópos*, um espaço físico com fronteiras que legitimam as falas, compreendemos que um “lugar de fala” pode induzir a uma interpretação substancialista do processo pelo qual os *campos* condicionam os agentes sociais e os modos como estes agentes enunciam e operacionalizam seus papéis sociais. Entretanto, é exatamente por tratar-se de um “lugar”, ou seja, de uma instância material e espacial que esse conceito não nos deixa esquecer das dimensões e eixos estruturantes das ações sociais próprias de cada ator social e sujeito. Tendo em vista essas ponderações, utilizamos o “lugar de fala” como recurso analítico que salienta a materialidade e concretude das fronteiras discursivas e entre sujeitos. Lembrando sempre que ao falarmos em fronteiras *lato sensu* estamos falando não apenas de limites, mas também de liames e limiares físicos, materiais e simbólicos.

mensuradas e classificadas de acordo com o contexto no qual elas estão inseridas. No que concerne ao contexto de junho de 2013, a base para essas mensurações e análise morfológica consiste na revisão de um conjunto de trabalhos acadêmicos, relatórios de pesquisa, infográficos e cartografias de redes que apresentam dados sobre a estrutura, funcionamento e dinâmica das redes sociais na Internet e os modos de apropriação política dessas redes³².

A partir dessas mensurações e classificações, buscamos um entendimento das proveniências e uma compreensão dos sentidos próprios dessas relações, na medida em que elas são condicionadas (e não determinadas) por suas respectivas posições em conjunturas e contextos proposicionais específicos.

Com o termo 'proveniências' reportamo-nos a Michel Foucault em sua análise arqueogenealógica, cujo procedimento consiste em visitar arquivos do passado para reconstituir as condições de emergência de regimes discursivos específicos. Ao contrário do que o termo genealogia pode nos fazer pensar, não se trata, em Foucault, de uma busca das origens, pois:

O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate. A história ensina também a rir das solenidades da origem (...). A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do lado dos deuses, e para narrá-la se canta sempre uma teogonia. Mas o começo histórico é baixo, não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfases. FOUCAULT 2004. pág. 18.

É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar (...). Há toda uma tradição da história (teleológica ou racionalista) que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal – movimento teleológico ou encadeamento natural. FOUCAULT 2004. pág. 28.

Dessa última citação podemos aduzir uma inflexão ou mudança de tom, possíveis ambiguidades ou ambivalências decorrentes da escolha de Max Weber e Michel Foucault como horizontes epistemológicos dos quais nos nutrimos para pensar o tema da presente dissertação. Não seria a sociologia compreensiva de Weber - aquela fundada na investigação típica ideal, na análise dos sentidos e das conexões de múltiplas linhas de ação social em sua

³² Cf. referências.

racionalidade - incompatível com a busca arqueogeneológica de Foucault, uma busca pelas condições de emergência das discontinuidades históricas, dos modos agonísticos de sociabilidade e dos efeitos disruptivos dos exercícios e regimes de poder?

Vemos nessa possível incompatibilidade epistemológica, todavia, não uma ambiguidade de fato, mas uma ambivalência, na medida em que os enfoques foucaultiano e weberiano iluminam com intenções e intensidades distintas um mesmo conjunto de fenômenos, a saber: as formas de ação coletiva e os modos como as relações de poder e de dominação na história condicionam e são condicionadas pelos sujeitos e atores sociais através de suas ações. E, de acordo com a perspectiva e ênfase analítica que possamos adotar, estas relações e ações podem ser apresentadas em suas dimensões e efeitos disruptivos, descontínuos, de resistência e emergência dos dissensos (no caso de Foucault), ou em suas dimensões *típico-ideais*, de formação de consensos ou *afinidades eletivas*, reciprocidades, linhas de ação, conexões de sentido e eixos estruturantes das ações dos sujeitos entre si (no caso de Weber).

Em nosso caso, como já observado, o objeto de pesquisa é uma relação social. Relação da qual destacamos as estruturas, o funcionamento e as dimensões simbólicas, políticas e afetivas. Não obstante nosso intuito, ao falarmos de um 'objeto' e do destaque de estruturas e funcionamentos, buscamos não hipostasiar as estruturas e papéis sociais, mas, sobretudo, criar um quadro típico ideal e perspectivo para as interpretações, um panorama que possibilite uma compreensão das relações sociais, um entendimento de seus processos de emergência, da formação e dinâmica das redes comunicativas na Internet e da Internet.

Desse modo, em contraponto harmônico com a análise tipológica, propomos um exercício *arqueogeneológico*: metodologia através da qual revisitamos os arquivos do passado para compreender os processos de subjetivação e as estruturas de poder; no intuito de compreender as dinâmicas do presente e projetar as transformações possíveis. Através desse exercício, analisamos um conjunto de cartografias de redes e de pesquisas estatísticas que dão conta dos usos massivos de dispositivos móveis, do crescente acesso

à Internet e dos usos de tecnologias de informação e comunicação que amplos setores da sociedade civil experimentaram no contexto das manifestações. Tomaremos como base de dados estatísticos e cartográficos os estudos realizados e informações coletadas principalmente - mas não exclusivamente – entre os dias 6 e 29 de junho. Algumas das fontes dessas informações e pesquisas são:

- Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) do Departamento de Comunicação Social, associado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes <<http://www.labic.net/>>;

- Laboratório de métodos digitais, pesquisa, desenvolvimento e inovação em mídias interativas da Universidade Federal de Goiás (Media lab) <<https://www.medialab.ufg.br/>>;

- Laboratório experimental de pesquisa: redes sociotécnicas, visualidades, tecnopolítica e subjetividades vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (Media Lab/ UFRJ) <<http://medialabufrj.net/>>;

- Dados acerca do acesso às tecnologias de informação e comunicação fornecidos por: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal), realizada pelo IBGE nos anos de 2012 e 2013;

- Pesquisas sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios – realizadas nos anos de 2014 e 2015 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI).

Ainda em consonância e como corolário da análise tipológica e arqueogenealógica, propomos uma revisão bibliográfica e audiovisual de fontes que abordam as manifestações de junho de 2013 e de uma literatura que fundamente:

- i. A investigação do papel do Movimento Passe Livre e da Mídia Ninja no contexto das manifestações;

- ii. Uma genealogia do Movimento Passe Livre e da Mídia Ninja em suas conexões com movimentos antissistêmicos, antiglobalização e altermundistas;
- iii. Uma investigação da proveniência da Mídia Ninja e suas conexões com o Movimento Fora do Eixo;
- iv. Uma investigação a respeito da influência dos movimentos midialivristas e ciberativistas nas manifestações, abordando a Mídia Ninja como momento significativo de convergência desses movimentos e ator representativo das disputas narrativas em torno dos protestos.
- v. Uma compreensão dos modos pelos quais o Movimento Passe Livre e a Mídia Ninja se apropriaram das plataformas digitais *Twitter* e *Facebook* no contexto de junho de 2013;
- vi. Uma explicação de como os modelos e estruturas de comunicação no *Facebook* e no *Twitter* condicionaram a organização e as mobilizações do Movimento Passe Livre e da Mídia Ninja naquele contexto - fomentando, difundindo ou obliterando alguns conflitos e demandas sociais em função de outros conflitos, demandas e interesses; e
- vii. Um entendimento de como as plataformas *web 2.0* de comunicação podem ser pensadas como redes de mobilização cultural com implicações políticas e sociais. Ou ainda, dito de outra forma, o que há de social e relevante do ponto de vista sociológico nas chamadas redes sociais da Internet.

Portanto, nosso itinerário intelectual e percurso teórico-metodológico baseiam-se nesses procedimentos acima expressos, buscando articular analiticamente:

- I. Uma base amostral e fundamentação morfológica através das cartografias de redes sociais na Internet;
- II. Uma abordagem crítica e reflexiva da proveniência dos discursos, dos processos de subjetivação e de suas condições de emergência. E aqui, no que diz respeito à crítica, seguimos a perspectiva foucaultiana quando este afirma:

(...) vê-se que o foco da crítica é essencialmente o feixe de relações que amarra um ao outro, ou um a dois outros, o poder, a verdade e o sujeito. (...) pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade. FOUCAULT, 1990, pág. 5;

III. Uma compreensão das estruturas e funções dos fluxos da informação em rede.

Com esses lastros teórico, metodológico e empírico, trata-se, portanto, de pensar as redes sociais no/do *Facebook* e *Twitter* como lugares de produção e interseção de microdiscursos, ambientes onde se formam teias de relações subsumidas aos campos cultural e político específicos, espaços estruturados de posições com efeitos tanto na emergência e configuração de correntes de opinião pública, quanto no surgimento de controvérsias em torno de questões políticas e na reprodução de uma esfera de dissenso entre nichos ideológicos.

Em síntese, trata-se de investigar as relações entre os atos conectivos nas redes sociais das plataformas de comunicação *Facebook* e *Twitter* e as ações sociais e coletivas³³ de mobilização nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, buscando pensar as dimensões e horizontes destas relações como sintomas e indícios de estruturas, funções e processos sociais, modos de subjetivação, regimes discursivos e dinâmicas possíveis de transformação do presente. Portanto, na presente dissertação propomos abordar as questões acima referidas em capítulos que serão desenvolvidos tendo em vista três eixos temáticos:

- Eixo I – Ato conectivo e ação social: as relações entre os usos das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e as mobilizações sociais, culturais e políticas.
- Eixo II – Tipologia e arqueogenealogia do Movimento Passe Livre e do Coletivo Mídia Ninja.

³³ Com o termo *ação social*, referimo-nos ao conceito weberiano. E com o termo *ação coletiva*, referimo-nos às abordagens conceituais da teoria dos movimentos sociais. Cf. ALONSO 2009; CASTELLS 2013; GOHN 1997; TOURAINE 2006.

- Eixo III – As disputas em torno dos sentidos de junho de 2013 e os horizontes de ação social, mobilizações culturais e políticas na Internet e através da Internet.

A ERA DA INFORMAÇÃO: ENTRE A AUTONOMIA DA RAZÃO E A CIDADANIA AUTOMATIZADA

O advento da *World Wide Web*³⁴ em meados da década de 1990 trouxe consigo um horizonte de expectativas democráticas, esperanças de liberdade, autonomia, uso público da razão e ação cidadã consciente em um contexto de reestruturação pós-industrial do capitalismo global³⁵. Este horizonte, ainda hoje, permite-nos vislumbrar e desenhar perspectivas de um mundo onde os direitos civis e as garantias fundamentais dos Estados democráticos sejam devidamente assegurados e respeitados. Nesse mundo, um progressivo exercício de emancipação cidadã seria como um corolário do acesso e uso da informação em rede. O acesso, os modos de apropriação e de uso da *web* criariam um ambiente onde autonomia e emancipação seriam suscitados ou surgiriam como que espontaneamente do fluxo³⁶ crescente de informações em rede.

Todavia, ocorre que esse mesmo acesso às mídias eletrônicas e a garantia de conectividade através de tecnologias de informação podem não apenas suscitar e assegurar práticas mais autônomas e emancipatórias, mas também restringir e instrumentalizar o uso da Internet como um todo³⁷, criando condições de controle, vigilância e automatismos. Restrição e instrumentalização em função de interesses de grandes corporações e monopólios que se valem de estratégias e sistemas de controle e vigilância globais e locais. Nessa perspectiva, a Internet serviria tão somente à interesses privados e mercadológicos em detrimento da garantia da informação e da produção de conhecimento como domínio público. Isso, por sua vez, limitaria o potencial democrático da *web* ou poderia até mesmo impedir o real exercício da cidadania quando mediada pelas TICs; impossibilitar um uso mais autônomo das tecnologias de comunicação em rede com vistas a uma maior

³⁴ Tim Berners-Lee: físico britânico, criador da *web*.

³⁵ ANTOUN 2013; DANTAS 1999; IANNI 2003; MATTELART 2002; RIFKIN 2000; WALLERSTEIN 2002; CASTELLS 2005.

³⁶ Um momento central no advento do termo fluxo, como uma palavra-chave na análise de fenômenos que relacionam ação coletiva, redes sociais e sociedade da informação, veio com a conjunção de alguns escritos de Arjun Appadurai, Manuel Castells e Ulf Hannerz. Os três usam o termo como modo de abordar a temática da globalização. Cf. ROCKFELLER 2011.

³⁷ MCCHESENEY 2003; MOROZOV 2011.

liberdade dos fluxos de informação e crescente emancipação dos sujeitos que os operam.

Tendo em vista este duplo potencial da rede - e sem descartar outras possibilidades ainda não explicitadas no âmbito de uma cibercultura - ainda assim é possível afirmar que os *ciberespaços* e comunidades virtuais são ambientes de liberdade e segurança. Porém, liberdade e segurança somente na medida em que esses dois fenômenos se excluem mutuamente. Ao navegar na rede mundial de computadores sentimo-nos relativamente livres diante da quantidade quase infinita de informações e possibilidades de conhecimentos à nossa disposição. Entretanto, essa liberdade geralmente custa caro. Para tê-la precisamos abrir mão de parte de nossos sentidos de segurança. Muitas vezes, ser livre e também estar seguro na rede apresenta-se como um paradoxo. Há um descompasso inerente à relação entre estar ou sentir-se seguro e ser ou sentir-se livre. Garantir certas seguranças, como o direito à inviolabilidade de dados privados, por exemplo, pode exigir o sacrifício e restrições de certas liberdades, como o direito ao acesso e uso de informações de domínio público.

Assim, a *web* como modo de apropriação, distribuição e uso das informações em rede apresenta-se como um horizonte de expectativas ideais e possibilidades ambivalentes. Possibilidades que representam significativas mudanças nas formas de comunicação, organização, ação coletiva e compreensão do mundo. De um lado, ela é potencialmente fator ou base organizativa de movimentos coletivos de reivindicação e protestos, fornecendo condições de comunicação e interação que podem engendrar novas formas de ativismo social e dissidência, bem como podem estimular também o surgimento e/ou fortalecimento de movimentos sociais que expressam disputas e demandam transformações sociais.

De outro lado, a Internet também pode ser instrumento de reprodução das estruturas e formas de vigilância e dominação vigentes, através de uma espécie de *panóptico* digital ou ditadura do algoritmo que resultaria numa relação de dependência de todos que a usassem. Usar a Internet implicaria, assim, em participar passivamente de uma estratégia de controle dos fluxos informacionais, capaz de tornar estes fluxos tão somente modos circulares,

reificantes e tautológicos de comunicação, um repetidor de propagandas das grandes corporações e monopólios que ameaçam os direitos individuais e coletivos. Dependendo dos usos que possamos fazer da Internet, as relações entre sociedades dominantes e dependentes podem ser mais veladas e ideologicamente mais sutis. A propósito das relações entre sociedade dominante e sociedade dependente, afirma *Castells*:

O essencial, do ponto de vista analítico, não é a subordinação política dos países “subdesenvolvidos” às metrópoles imperialistas (o que é apenas a consequência de uma dependência estrutural), mas a expressão desta dependência na organização interna das sociedades em questão e, mais concretamente, na articulação do sistema de produção e das relações de classes.

Uma sociedade é dependente, quando a articulação de sua estrutura social, em nível econômico, político e ideológico, exprime relações assimétricas com uma outra formação social que ocupa, frente à primeira, uma situação de poder. Por situação de poder, entendemos o fato de que a organização das relações de classe na sociedade dependente exprime a forma de supremacia social adotada pela classe no poder na sociedade dominante. CASTELLS 2000. pág. 82.

E, assim sendo, algumas questões podem ser relevantes para entender os usos da Internet no Brasil e suas implicações nos recentes movimentos de protesto em junho de 2013: Em que consiste a especificidade estrutural das relações de dominação nos espaços virtuais da Internet? Em que medida estas relações de dominação dos fluxos informacionais - dominação por parte de grandes corporações e monopólios situados nos centros tecnológicos do capitalismo mundial (Vale do Silício, por exemplo) – implicam em relações de dependência quanto ao acesso e ao uso da Internet nos países e sociedades que se situam nas periferias ou às margens dos grandes centros capitalistas, como os países latino-americanos, especialmente o Brasil?

De um modo ou de outro, na Era da Informação - este período de possibilidades ambivalentes e horizonte de expectativas ideais - tem sido a Internet e, mais especificamente, a *web* com seus sites de busca, redes sociais, *blogs*, *podcasts*, *hangouts*, etc. o meio privilegiado de expressão das demandas da vida em comunidade e da sociedade civil, sobretudo em ambientes urbanos. Hoje, os sentidos que temos de segurança, liberdade, dignidade, público, privado, todos passam de alguma maneira pelo maior ou

menor acesso que dispomos e pelo tipo de uso que fazemos da Internet. E, a propósito desse acesso e uso, é fundamental observar que há, de fato, milhões de pessoas que, enquanto cidadãos, permanecem fora do espaço de fluxos de informação em rede. E, na medida em que é a partir desse espaço de fluxos, desses *ciberespaços*, que se tomam grande parte das decisões políticas e econômicas mais relevantes e que terão impactos diretos na vida cotidiana dessas pessoas, este alijamento da 'rede das redes' acaba por afastar, em larga medida, as pessoas do próprio exercício da cidadania.

Assim, na era da informação, a desconexão entre os espaços virtuais de fluxos e os espaços atuais dos lugares oblitera os reais processos políticos e econômicos globais, o que resulta numa precarização do exercício da cidadania que passa necessariamente pelo melhor usufruto e maior conscientização do que constitui e condiciona a vida nos espaços locais. No modo informacional de desenvolvimento - Explicitado por Manuel Castells no livro *A era da informação: A sociedade em rede*. Volume I³⁸ - a díade global-local (bem como as dicotomias que esta díade enseja e as contraposições que ela engendra para a pesquisa, investigação, análise e compreensão dos fenômenos sociais) já não se mostra tão pertinente, fixa e profícua no entendimento das relações sociais criadas a partir do acesso à Internet e usos dos fluxos informacionais em rede.

Certamente, o 'global' e o 'local' ainda são categorias de entendimento perfeitamente operacionalizáveis em qualquer análise de conjuntura. Sem embargo, o que também é importante observar é que nos *ciberespaços* e comunidades virtuais, frequentemente, as fronteiras entre o global e o local, entre o nacional e o mundial ou internacional - fronteiras estas que em outros contextos seriam tão sólidas e originárias de identidades e culturas - desmancham na atmosfera sutil e instantânea dos fluxos de informação em rede. Desde o limiar do processo de globalização, as fronteiras entre o global e o local vêm sendo postas à prova ou mesmo dirimidas com vistas ao melhor entendimento de fenômenos mundiais e transnacionais. O uso da Internet nos faz perceber de forma mais explícita - ainda que de maneira difusa - a que

³⁸ CASTELLS 2005, págs. 39-57.

ponto chegamos nesse processo de globalização das relações sociais e o quão profunda e intensa são hoje as interconexões entre as dimensões globais e locais da vida em sociedade. Realmente, o uso da Internet maximiza nossa percepção dessas interconexões.

Porém, é no mínimo pouco prudente dizer que este mesmo uso da Internet não pode forjar ou estimular a criação de novas fronteiras talvez ainda mais excludentes. As manifestações de junho de 2013 no Brasil podem ser reflexos ou indiciárias desse potencial da *web*, tanto para estimular a percepção dos processos de globalização e maximizar a consciência dos processos democráticos e cidadãos, como para criar novas formas de exclusão e fronteiras sociais, culturais e políticas. A pervasividade, ubiquidade e instantaneidade dos fluxos informacionais na *web* podem ser instrumentalizadas de modo a coagir e controlar demandas e insatisfações sociais difusas, induzir condutas e hábitos de consumo, obliterar as dimensões mais concretas do mundo do trabalho e as condições materiais da produção da existência³⁹. Com isso, o tempo cronológico, os espaços e corpos físicos, o mundo e as condições atuais de produção da riqueza, da pobreza, das desigualdades, da dignidade, da segurança e da liberdade, todos podem ser facilmente negligenciados ou usados em função de fluxos virtuais e globais de capital financeiro.

As tecnologias digitais de informação também podem ser pensadas como tecnologias de poder, os fluxos informacionais na Internet também podem ser compreendidos como fluxos de poder, fluxos e modos de exercer o poder. Um poder que flui e circula não apenas como dominação, mas como aceitação e engajamento no controle de corpos e mentes. Tendo em vista que o poder não é exclusivamente aquilo que se impõe coercitivamente, mas também aquilo que produz hábitos servis e vontade de sujeição de si mesmo e do outro, podemos nos perguntar: qual o poder condiciona nossos hábitos e condutas na Internet? Qual poder nos coage e limita na rede? Quando estamos

³⁹ Aqui podemos citar como exemplo os casos envolvendo a empresa Cambridge Analytica, casos mais recentes de uso de dados de milhões de usuários de redes digitais para fins de segmentação de potenciais eleitores e nichos de mercado consumidor: <<https://www.theguardian.com/news/series/cambridge-analytica-files>>, <https://brasil.elpais.com/tag/caso_cambridge_analytica>, links acessados em 14/11/2018.

conectados, qual o poder instaura os sentidos de realidade em nós? Diante dos fluxos de informação e poder na Internet, é possível agir com autonomia ou estamos condenados a uma heteronomia, um modo padronizado de agir e pensar? Se somos, em alguma medida, condicionados pelas informações que recebemos pela Internet, é possível algo como uma heteronomia sem servidão e que vise a emancipação através do uso da Internet?

Hoje, no campo da teoria dos novos movimentos sociais, tem-se tornado recorrente as reflexões sobre o papel daquilo que convencionou-se chamar de ciberativismo. Entretanto o uso de redes sociais da Internet, como o *Facebook* e o *Twitter* ou sites de busca como o *Google*, frequentemente são colocados como algo estritamente da ordem do entretenimento, como aquilo que só obedece às leis e orientações do fetichismo, da ideologia e da alienação. As redes da Internet, nessa perspectiva, ao invés de apresentarem-se como um conjunto de dispositivos e protocolos cuja função pode ser a de tornar-nos realmente e conscientemente ativos diante do fluxo de informações em rede, acabam, por outro lado, servindo unicamente de instrumento para tornar-nos verdadeiros “cibercativos” ou “ciberpassivos”, estimulando a produção de subjetividades automatizadas, narcísicas e hedonistas. Nesse sentido, podemos também questionar: em qual medida os *ciberespaços* e comunidades virtuais não podem apresentar-se como uma nova forma de ópio do povo ou um novo tipo de jaula de aço⁴⁰?

Na imbricada e indissociável relação entre tecnologia e sociedade, a Internet surge, simultaneamente, como liame e limiar tecnopolítico⁴¹, conjugando ação coletiva e ato conectivo. E, pensando nessa conjugação, podemos elaborar hipoteticamente o seguinte contexto: assim como fundado da tradição clássica da ciência política moderna, em que se reconhece o poder que tem como base uma entidade abstrata chamada Estado e seu monopólio da violência; também seria possível reconhecer o poder que tem como base uma realidade virtual que suscita uma rede de redes chamada Internet, com todo o sistema de fluxos informacionais, monopólio semiótico e controle de um mercado de bens simbólicos que dela eventualmente decorrem.

⁴⁰ CARR 2014.

⁴¹ TORET 2012.

Todavia, esses poderes hipotéticos capazes de se materializar em instâncias sociais do mundo da vida, como o Estado e a Internet, não são totais, unilaterais, nem apanágios do Estado ou das redes digitais. O poder é algo que existe enquanto exercício e, como observou Foucault, onde há poder, há resistência e produção de saberes. O local de exercício e materialização do poder é, ao mesmo tempo, o lugar onde os saberes são construídos e partilhados, o campo agonístico de produção de sujeitos, o ambiente onde os dissensos são gestados e o espaço onde nascem as resistências e movimentos de dissidência. A partir disso, na mesma medida em que há sempre a possibilidade de desobediência civil contra os arbítrios e prerrogativas coercitivas do Estado - ainda mais em sociedades modernas e democráticas - existe também a possibilidade da articulação de guerrilhas informacionais, guerrilhas meméticas⁴² contra o controle e as restrições do fluxo de informações por parte de grandes corporações e monopólios na Internet. Algo como guerras híbridas ou estratégias para *hackear* sistemas técnicos e políticos.

... Primeiro, o modo capitalista de produção organiza-se em moldes nacionais. (...) A sociedade civil, compreendendo grupos e classes, movimentos sociais e partidos, cultura e hegemonia, parece sintetizar-se no Estado. Esse é o âmbito em que se manifestam inicialmente a liberdade e a igualdade de proprietários formalmente organizados no contrato. Nesses termos é que o modo capitalista de produção define-se originariamente em moldes nacionais, em termos de formações sociais nacionais. (...) Segundo, o capitalismo organizado em bases nacionais transborda fronteiras, mares e oceanos. (...) Terceiro e último, o capitalismo atinge uma escala propriamente global. Além das suas expressões nacionais, bem como dos sistemas e blocos articulando regiões e nações, países dominantes e dependentes, começa a ganhar perfil mais nítido o caráter global do capitalismo. Declinam os Estados-nações, tanto os dependentes como os dominantes. As próprias metrópoles declinam, em benefício de centros decisórios dispersos em empresas e conglomerados movendo-se por países e continentes, ao acaso dos negócios, movimentos do mercado, exigências da reprodução ampliada do capital. IANNI 2003. Pág. 37-38.

Essas observações de Octavio Ianni dão conta das características fundamentais do chamado capitalismo global. Fenômeno que expressa as mudanças crescentes dos limites e liames entre o global e o local, e entre o

⁴² Um tipo de combate semiótico e diversionista nas plataformas empresariais de comunicação na Web 2.0.

local e o regional. Ou seja, trata-se de mudanças nas dinâmicas de territorialização e, conseqüentemente, no âmbito de competências do Estado; na medida em que o território (enquanto aquilo que estabelece fronteiras, limites e liames) é um dos elementos fundamentais e indissociáveis do Estado. Esses limites e liames típicos do capitalismo global apresentam-se de modo cada vez mais explícito com o advento daquilo que Manuel Castells chamou de *capitalismo informacional*. Nesse *capitalismo informacional*, as mais importantes decisões políticas que repercutem forças econômicas já não passam mais do mesmo modo pelas instâncias da democracia representativa: o legislativo, o executivo e as instituições tradicionais do Estado liberal. Tais decisões, cada vez mais transpassam de modo oblíquo e instrumental estas instâncias institucionais da vida social. Tendo em vista que as tecnologias e novas mídias que hoje viabilizam os fluxos globais de informação estão, em sua maioria, sob o controle de alguns poucos grupos empresariais transnacionais, não é de se estranhar que as dinâmicas informacionais e os processos comunicativos tendam a seguir uma lógica corporativa. Desse modo, é possível aduzir que o *capitalismo informacional* também opera sobre as bases lançadas por um novo tipo de Estado corporativo.

No contexto brasileiro, como exemplo significativo de como, hoje, as dinâmicas do *capitalismo informacional* e de um Estado corporativo se interseccionam nos processos decisórios (internos e externos) dos Estados, podemos citar os vazamentos de dados confidenciais feitos por Edward Snowden sobre as ações de espionagem contra o governo de Dilma Rousseff. Esse caso trouxe à tona não apenas uma certa ineficiência ou déficit das ações estatais de inteligência e contra inteligência, mas também explicitou o real potencial de ingerência de grandes corporações em atividade de Estado, quando munidas de adequadas tecnologias de informação e comunicação. Seja pelas ações diretas de ingerência de indivíduos e empresas em questões estatais, seja pelo caráter corporativo que alguns procedimentos e aparelhos de Estado possam eventualmente vir a assumir, as interseções entre Estado e sociedade civil que tradicionalmente se davam e foram pensadas de modo a garantir certa perpendicularidade das instituições e equilíbrio de interesses conflitantes na sociedade, já não sustentam mais suas funções tradicionais ou

originais. A crise da democracia representativa no *capitalismo informacional* apresenta-se como um esgotamento dos modos de interseção, dos limites e liames que faziam das sociedades democráticas permanentes harmonias de contrários. Assim, as polarizações políticas tendem a se tornar cada vez mais verdadeiras questões aporéticas e antinomias insolúveis.

É, também, como expressão deste esgotamento dos modos de equalização de conflitos e antagonismos políticos que as manifestações de junho de 2013 podem ser pensadas. As manifestações de junho foram palco de reivindicações e insatisfações quanto ao papel do Estado e quanto aos interesses governamentais e empresariais na garantia de maior liberdade e segurança para um exercício mais autônomo e emancipado da cidadania. Nos protestos que encheram as ruas brasileiras em centenas de cidades, um grito ecoou nas vozes e sentimentos de muitos brasileiros: O gigante acordou! Contudo, este gigante – expressão de uma subjetividade neoliberal ou *sujeito ultraliberal*⁴³ que se viu legitimada para ir às ruas em um momento de descenso, desmobilização e difusão de pautas naquelas manifestações - mostrava-se extremamente sonolento quando se tratava de refletir sobre questões de cidadania e democracia de modo mais radical, propositivo e efetivo. Grande parte dos autoproclamados ou identificados caricaturalmente como gigantes, pessoas com amplo acesso à Internet e, portanto, acesso ao fluxo de informações capaz de embasar e suscitar uma consciência crítica e engendrar uma vontade de exercer sua cidadania em uma democracia real; grande parte desses homens e mulheres brasileiras não tinham, porém, condições nem mostravam muito interesse em acordar de fato e refletir sobre as questões mais urgentes e candentes do Brasil.

Alguns dos gigantes que despertaram nas manifestações de 2013 viviam como que acometidos por um profundo esquecimento do Brasil que sempre esteve desperto. Um Brasil que permanece acordado, não necessariamente por livre e espontânea vontade, mas porque sempre lhe foi negado o direito ao sono. Outros gigantes, aqueles que representam a nova classe trabalhadora precarizada brasileira, aproveitaram o momento de revolta e enxameamento

⁴³ DUFOR 2005

popular para ir às ruas manifestar, ainda que de modo difuso, suas indignações e expectativas diante das condições sociais de existência e das condições materiais de suas vidas mais cotidianas. Esses gigantes, já alheios às demandas iniciais por melhores condições de mobilidade urbana, foram às ruas embalados pela aglomeração e pelos efeitos de enxameamento provocados pelas notícias que circulavam também nas redes da Internet. Todavia, na medida em que as atenções das mídias tradicionais e da Internet se deslocavam ao sabor da audiência, na medida em que o *príncipe eletrônico* decidia pela desmobilização, o efeito multidão se dissipava. E então os gigantes despertados acabavam dormindo para evitar lembranças não muito auspiciosas, para evitar memórias de um Brasil cuja compreensão mais crítica, abrangente e profunda sempre lhes foi velada, distorcida ou impossibilitada.

Assim o Brasil se mostrava nas manifestações de junho: entre o sono e a vigília, diante dos fluxos informacionais que os exortava, ora para a ação cidadã e consciência democrática, ora para impulsos totalitários e visões de mundo autoritárias. Em junho de 2013 os brasileiros que foram às ruas oscilavam entre o despertar para os esquecimentos e o acordar ou dormir para memórias de um Brasil desigual e excludente. Alguns dos gigantes despertavam devido aos ruídos provocados pela fissura de um sistema político que, de uma forma ou de outra, garantia o abafamento ou o silenciamento dos conflitos sociais, mas que, de modo cada vez mais incisivo, notório e frequente, deixava de cumprir essa função. Nesse sentido, é possível dizer que ao despertar dos gigantes correspondia um sono letal dos processos democráticos. Um sono embalado por diversos setores do campo político e ideológico, tanto à esquerda quanto à direita do espectro.

Essas narrativas oscilantes também foram, e ainda tem sido, ora negligenciadas, ora cooptadas e capituladas por diversos seguimentos políticos. Os modos de apreensão e os usos dessas narrativas têm reconfigurado sensivelmente a opinião pública e nossa cultura política. E a ampliação dos acessos e modos de uso das novas tecnologias de informação e redes sociais da Internet tem exercido um papel fundamental nesse processo de reconfiguração. De todo modo, ao que se apresenta até o momento, parece que nem todo o Brasil despertou de fato para a importância de tratar os iguais

como iguais e os desiguais como desiguais. Nem tão pouco para a relevância de se lembrar que diferença não é sinônimo de desigualdade e que, na democracia, o contrário da diferença não é a igualdade, mas a indiferença que bloqueia toda imaginação e consciência, engendrando autoritarismos. Ou ainda, dito na formulação de Boaventura de Souza Santos:

...temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. SANTOS 2003: pág. 56.

ENTRE A AÇÃO SOCIAL E O ATO CONECTIVO: OS SUJEITOS DE UMA NOVA RAZÃO DO MUNDO

É o sujeito liberado das grandes narrativas soteriológicas (religiosas e políticas), o sujeito 'pós-moderno', entregue a si mesmo, sem anterioridade nem finalidade, aberto apenas para o aqui-e-agora, conectando tão bem quanto mal as peças de sua pequena maquinaria desejante nos fluxos que a atravessam.

Ora, esse sujeito 'pós-moderno' não está advindo por um acaso inexplicável da história, mas ao final de um empreendimento perigosamente eficaz no centro do qual encontramos duas instituições maiores dedicadas a fabricá-lo: de um lado, a televisão e, de outro, a nova escola consideravelmente transformada por trinta anos de reformas ditas 'democráticas', mas caminhando todas no mesmo sentido, o de um enfraquecimento da função crítica. DUFOUR 2005, p. 119.

O que intentamos aqui é abordar horizontalmente o fenômeno do neoliberalismo de modo a identificar algumas das possíveis conexões entre o processo de globalização, a visão de mundo neoliberal e a constituição de novos sujeitos. Isso posto, as reflexões aqui expostas pretendem seguir um caminho de problematização, buscando responder às seguintes questões: É possível falar de uma nova razão ou visão de mundo neoliberal e da existência de novos sujeitos, também ditos neoliberais? Em que medida os usos que atores sociais e sujeitos (como aqueles envolvidos nos coletivos MPL e Mídia Ninja) fazem hoje da Internet pode reverberar essa razão que se pretende nova?

A hipótese geral que sustenta as proposições que desenvolvemos e os percursos argumentativos que trilhamos na presente seção é a seguinte: O fenômeno que chamamos de neoliberalismo, tal como se nos apresenta contemporaneamente, transcende as acepções que o restringem a uma doutrina econômica. Quanto a essas acepções, referimo-nos, notadamente, àquelas desenvolvidas pela Escola de Chicago, Escola de Viena, e seus contrapontos com uma perspectiva neodesenvolvimentista. Perspectiva esta que busca ressignificar ou atualizar a validade de modelos keynesianos (relativos ao Estado de Bem-estar social) de condução e solução do binômio Estado-Mercado.

Todavia e por óbvio, a adequada e mais abrangente compreensão do neoliberalismo não prescinde de modo algum dessas acepções, nem tão pouco prescinde dos impactos das políticas econômicas implementadas por Augusto Pinochet, Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Assim sendo, a dimensão do neoliberalismo que julgamos transcender o exclusivo âmbito econômico da vida - ou a primazia deste âmbito ao subsumir outras instâncias da vida (cultural, estética, religiosa, etc.) – reside naquilo que os autores Paulo Arantes, Pierre Dardot e Christian Laval chamam de “a nova razão ou racionalidade neoliberal”.

Seguindo a leitura de DUFOUR 2005, essa “razão” instauraria novos processos de subjetivação e suscitaria outros modelos epistêmicos, distintos daqueles tornados clássicos pelas correntes de pensamento ligadas ao sujeito crítico kantiano. Nas ciências sociais, estes modelos mais tradicionais podem ser descritos, resumidamente, da seguinte forma:

I - Individualismo e o holismo metodológicos: Estes dois primeiros modelos podem induzir à reificação e hipóstase, respectivamente, ora das conexões de sentido da ação individual, ora das normas estruturantes e das funcionalidades institucionais que garantem coesão e solidariedade entre os homens, de modo a compreendê-las como fator primordial de sociabilidade;

II - Interacionismo simbólico e as relações de reciprocidade e em rede, ou “dádiva agonística” (numa terminologia maussiana): Estes últimos configuram abordagens epistemológicas e metodológicas que buscam solucionar as

aporias e antinomias decorrentes do individualismo e do holismo metodológicos, quais sejam, aquelas que levam a pensar que ou o egoísmo, ou o altruísmo são causa final e causa eficiente de toda sociabilidade, ou ainda, algo quase como axiomas, condições apriorísticas da vida em sociedade.

Refletir, ainda que de modo absolutamente lacunar e indiciário, sobre essas matrizes epistemológicas e metodológicas fundantes do pensamento social, remete-nos às dimensões éticas e estéticas de nossas percepções e modos de entendimento dos fenômenos e fatos sociais. E particularmente no que diz respeito à temática objeto das reflexões aqui expostas (o neoliberalismo), estas dimensões vêm à mente fazendo-nos pensar os fenômenos ditos neoliberais como resultantes de uma verdadeira *weltanschauung* (visão de mundo), um paradigma científico no sentido de Thomas Kuhn, um *ethos* e um “espírito” no sentido weberiano.

Entretanto, o que chamamos de neoliberalismo, atualmente, não é exatamente e exclusivamente uma nova generalização da forma-mercadoria ao nível dos interstícios microdiscursivos e das relações simbólicas mais sutis - como preconizado por Karl Marx ao definir a tendência inexorável do capitalismo -, ou seja, não se trata exclusivamente de uma reificação do modo de produção capitalista. Lembrando que, na esteira do pensamento marxiano, é objeto de reificação tudo aquilo que serve ao encobrimento das estruturas e processos que condicionam a construção do real, e a este encobrimento chamamos ideologia. E utilizando termos weberianos, afirmamos que o neoliberalismo também não se trata, apenas, de uma nova configuração das *múltiplas conexões de sentido* que resultam na dinâmica racional do *espírito do capitalismo*, um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo global, um corolário ou epifenômeno do capitalismo moderno.

A distinção que queremos apontar é aquela que se refere ao neoliberalismo como uma nova “razão de mundo” que desloca radicalmente todas as categorias, noções e conceitos que situam os indivíduos como sujeitos modernos. Segundo DUFOR 2005, para além da dimensão estritamente econômica ou da preponderância desta em relação a outras dimensões da vida em comunidade, o neoliberalismo engendra novos

processos de subjetivação e um tipo de dessimbolização das relações sociais. E esses novos processos implicam três fenômenos descritos por Dufour nos seguintes termos:

I - fim do sujeito crítico kantiano;

II - fim do sujeito neurótico freudiano;

III - e advento de um novo sujeito neoliberal e “pós-moderno”.

Esses três fenômenos, por sua vez, são caracterizados pelo esgotamento das grandes narrativas soteriológicas, pela deslegitimação das fundamentações transcendentais da razão e do entendimento, pela apoteose da concorrência de mercado e acumulação de capital como uma espécie de imperativo categórico pós-moderno. E aqui, emblemático e indiciário de todo esse processo é o advento da Internet – sobretudo a expansão do acesso e dos tipos de utilização que dela passamos a fazer a partir da década de 1990 e, posteriormente, o desenvolvimento da *web 2.0* nos anos 2000 -, que pode ser pensada como um verdadeiro *fato social total* no contexto do capitalismo contemporâneo, um *campo* comunicacional com reverberação em todos os outros sistemas particulares de ação.

Todas essas novidades tecnológicas confluem em um conjunto de transformações não apenas técnicas, mas também culturais, estéticas e políticas. A Internet pode ser pensada como a confluência de uma sociedade de controle deleuzeana, uma sociedade disciplinar foucaultiana, uma sociedade do espetáculo *à la* Guy Debord, uma sociedade administrada frankfurtiana, e uma sociedade burocratizada, tal como a “jaula de aço” weberiana. Não obstante toda essa variedade de abordagens teórico-conceituais, no que se refere às conexões entre o processo de globalização, uma nova razão neoliberal e novos processos de subjetivação, a investigação do fenômeno da Internet configura uma temática privilegiada para pensar todas essas intercessões. Visto que se trata de uma tecnologia que, em poucas décadas, tem revolucionado o mundo da comunicação e recolocado questões fulcrais acerca das formas de interação sociocultural e participação política.

Entre uma fundamentação metafísica dos costumes em Kant e uma busca sistemática pelas múltiplas orientações e conexões de sentido em Weber, o que há de comum, respeitadas suas particularidades contextuais, é a criação (*poiésis*) e/ou desvelamento (*alétheia*) de um norte simbólico a guiar nossas ações e suscitar visões de mundo. E seguindo as leituras que aqui nos orientam, é precisamente no neoliberalismo que vemos o aumento da precarização e esvaziamento das fontes de criação de outros sentidos e visões de mundo possíveis, um crepúsculo e encobrimento desse norte simbólico, uma dessimbolização que obsta qualquer processo de subjetivação (DUFOR 2005) para além das lógicas de aquisição e acumulação de privilégios e de concorrência entre indivíduos, pensados como empresas de si mesmo.

A perda ou encobrimento desse 'norte simbólico' encontra muitas expressões em nossa sociedade da informação. No Brasil - particularmente nas recentes mobilizações políticas que vêm ocorrendo, com maior repercussão midiática, desde o ano de 2013 - podemos dizer que a dissipação desse norte simbólico tem sido sentida através da ebulição de questões tais como a crise de representatividade, a crise do sistema político, o crescente desprestígio de partidos, sindicatos e associações como formas legítimas de representação da sociedade civil e de ação coletiva, as mobilizações sociais e manifestações da sociedade civil quase sempre tratadas pela mídia empresarial corporativa como fenômenos essencialmente difusos, espontâneos e não orgânicos, etc.

Todas essas manifestações podem indicar, dentre outras coisas, um período de profunda perda ou esgarçamento de sentidos, um momento de intensa desorientação e indiscernibilidade diante daqueles valores e instituições que, outrora, já constituíram nossos sentidos de pertencimento no mundo: o público e o privado; o Estado-Nação e a soberania, as noções de direito e privilégio; os entendimentos quanto ao que é verdadeiro ou falso, fato ou ficção. Nesse contexto de indiscernibilidade e de dessimbolização do mundo, os fluxos de informação, modos de interação e comunicação realizados através das redes telemáticas, das novas plataformas e ecossistemas digitais, surgem como efeitos típicos e expressão de subjetividades formadas a partir de uma *nova razão do mundo*.

Numa perspectiva moral moderna e iluminista, *ou bem se tem uma dignidade, ou bem se tem um preço*⁴⁴. Já na lógica de mercado da nova razão neoliberal, a dignidade está subsumida a capacidade de compra dos sujeitos ou, em última instância, preço e dignidade são valores equivalentes. Enquanto o imperativo categórico kantiano preconizava a ética segundo a expressão “age de tal forma que a máxima de tua ação possa ser universalizável”, a razão neoliberal, por outro lado, extirpa as fundamentações transcendentais e totalizantes, instaurando um novo imperativo: age de tal forma que a máxima de tua ação possa justificar uma vida e cultura arrivistas, venais, vigilantista e punitivista, uma vida e cultura que tenha na concorrência entre indivíduos em função da propriedade privada seu legítimo imperativo categórico, uma vida e cultura onde os indivíduos sejam absolutamente convictos, empedernidos diante da necessidade da acumulação e manutenção de privilégios.

Segundo DUFOR 2005, há ainda uma segunda inflexão epistemológica e metodológica que caracteriza a nova razão e o novo sujeito neoliberal. Ao invés do sujeito neurótico freudiano, prisioneiro de seus ideais, percepções e visões de mundo, o neoliberalismo exorta-nos a uma pulsão esquizofrênica empedernida, simultaneamente iconoclasta e apoteótica. Iconoclasta porque glorifica o aniquilamento de qualquer sentido e valor transcendental ou cientificamente adequado e seguro para justificar o conhecimento e o uso da razão, uma morte de qualquer divindade possível, parafraseando Nietzsche. E apoteótica porque despreza em um ritual niilista tudo o que não é concorrência mercadológica, lucro e acumulação de privilégios.

Entre a razão iluminista, a sociedade burocratizada (expressa na metáfora weberiana da “jaula de aço”) e uma nova razão neoliberal, há um longo percurso de distensões e sismos envolvendo duas categorias que perpassam essas transições históricas. Estas categorias são: “autonomia” e “automatismo”. Se desde o Iluminismo e, de maneira mais sistemática, desde Kant, a autonomia da razão era a finalidade da humanidade, o advento da *Era da informação*, como demonstrado por Manuel Castells, tem implicado num redirecionamento das expectativas, ou ainda como proposto por Paulo Arantes,

⁴⁴ Immanuel Kant, em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

um decréscimo das expectativas políticas de longo prazo. A palavra “autonomia” - inexoravelmente ligada à “ousadia do saber” (*sapere aude* na máxima kantiana) através do sujeito e projeto críticos do Esclarecimento - parece não representar mais um ideal factível ou uma utopia possível em um mundo engendrado pela lógica da concorrência empresarial. Eis aqui, a partir da leitura que fazemos de Dufour, um dos motivos para se advogar o surgimento de uma nova razão neoliberal: a ausência sistemática e habitual de utopias. Fenômenos como a Internet são significativos dessa ausência, uma vez que, ao ensejar um *átopos* - ou seja, uma sensação de estar fora de lugar e longe das determinações do momento presente, uma inefabilidade e insondabilidade do espaço concreto aonde as coisas se manifestam, ainda que nele não residam -, acaba por propugnar uma “distopia”, ou seja, a impossibilidade de sequer vislumbrar a existência de todo e qualquer lugar para além do átimo e suas determinações mais contingentes.

ESPAÇO DO COMUM E HORIZONTE DE AÇÃO SOCIAL NA INTERNET

Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo responsável apenas pelos processos sociais de criação e manipulação de símbolos, cultura e linguagem. CASTELLS 2005 pág. 69.

O impacto crescente das redes telemáticas e das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) nos ciclos de produção, circulação e consumo de bens materiais e simbólicos é, hoje, algo incontornável e que gera efeitos indelévels no modo de produção e desenvolvimento de nossas sociedades⁴⁵. Ao conjunto desses fenômenos tecnológicos e processos sociais, Manuel Castells dedicou um volume⁴⁶ de sua trilogia intitulada *A Era da Informação*. Nesse livro, Castells descreve e analisa os modos como os fluxos de informação em redes digitais permeiam toda a estrutura e dinâmica das sociedades contemporâneas, sobretudo em âmbito urbano, onde nossas formas de comunicação, nossas transações financeiras e relações comerciais

⁴⁵ BENKLER 2006; DANTAS 1999; TRIVINHO 2005

⁴⁶ *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V. 1: A Sociedade em Rede*. CASTELLS, 2005.

mais cotidianas passam inexoravelmente pelo controle e distribuição das informações através de redes telemáticas.

Os efeitos incontornáveis das TICs em nosso modo de produção e divisão social do trabalho nos remetem também a desafios epistemológicos históricos: encontrar soluções para os impasses ou dilemas resultantes das díades ou binômios *técnica-episteme*, atual-virtual e *mímesis-poiésis* (LÉVY 1999; VIRILIO 1993), díades que fundamentam muitas de nossas visões de mundo e paradigmas científicos. E é diante dessa busca por novas soluções para problemas milenares que nos deparamos frequentemente ao lidar com temáticas como a da inteligência artificial, das possibilidades de uma *ciberdemocracia*⁴⁷ e uma *cibercultura*⁴⁸; questões como as das relações entre os algoritmos e as estratégias de controle social, afetivo e moral⁴⁹, da Internet como dispositivo de dominação, aparato tecnológico de cooptação e capitulação ideológica, formas de exercer poder e, como corolário, gerar resistência.

De fato, no século XXI os efeitos da Internet e das TICs no *mundo da vida* são inexoráveis. Ocorre que, de todos esses impactos abrangentes, profundos e incontornáveis, ainda não chegamos ao ponto em que é possível, por exemplo, controlar os fluxos informacionais e processos comunicativos tal como correntes elétricas são controladas por transístores, ou ainda, realizar redução fenomenológica, manifestar juízos estéticos e produzir análises sociológicas com uma máquina de Turing. Ou seja, mesmo com o vertiginoso avanço dos procedimentos fundamentais de toda tecnologia informática, ainda não chegamos ao ponto de reproduzir sistematicamente aquilo que, desde a tradição clássica do pensamento ocidental, denomina-se *noesis*. E, quiçá, jamais chegaremos nesse ponto. Mesmo no cenário mais distópico de controle tecnológico da vida, ainda assim haverá resistências, porque as formas de controle e dominação existem em função da ação, da vontade e da intenção de sujeitos que as operacionalizam e colocam-nas em movimento, ou seja, em contraponto com o dado, estabelecido, fixo, imutável. E isso quer dizer que, em

⁴⁷ GOMES 2005, 2008.

⁴⁸ AMARAL 2008; LEMOS 2005, 2007, 2016; LÉVY 1999; RÜDIGER 2013; TRIVINHO 2005;

⁴⁹ SODRÉ 2006.

última instância, o *conflito* continua sendo o criador e a gênese de todas as coisas⁵⁰.

Então, para não incorrer em equívocos e oscilar entre uma esperança vã e um pessimismo ingênuo diante do potencial da Internet para promover interações sociais, faz-se necessário superar uma visão tecnicista e estritamente instrumental das relações entre as TICs, a cultura e a sociedade, aprimorando-se em não negligenciar a História. Nesse sentido, é importante a percepção e o entendimento de que as redes telemáticas e seus aparatos técnicos apresentam-se não apenas como meros artefatos, *hardwares* e *softwares*, *gadgets*⁵¹ e *widjets*⁵², mas sim como verdadeiros *dispositivos*⁵³, processos lógicos, sociais e discursivos que, se por um lado agilizam alguns procedimentos e viabilizam outros, por outro lado também nos fazem reféns do funcionamento de artefatos tecnológicos e dos interesses daqueles que os controlam. E, se queremos pensar o que há de social e relevante do ponto de vista sociológico nas chamadas redes sociais na *web*, é importante refletirmos sobre as implicações teóricas e práticas das distinções entre as expressões “artefato tecnológico” e o que chamamos aqui de “*dispositivo* tecnológico”. Uma das implicações dessas distinções pode ser observada nos sistemas de rastreamento (*roaming*) de dispositivos telemáticos (*smartphones*, *tablets*, leitores de MP3, etc.).

Através desses aparelhos é possível, por exemplo, estabelecer a localização dos usuários por meio da triangulação dos sinais emitidos e captados por satélites. Assim, através de um sistema eletrônico de monitoramento é possível mapear dinâmicas de mobilidade, identificar fronteiras e, a partir disso, criar uma rede de dados que torna possível controlar

⁵⁰ *Pólen é o pai de todas as coisas e de todas o rei; de uns fez deuses, de outros, homens; de uns, escravos, de outros, homens livres.* Fragmento Diels-Kranz: DK22B53 de Heráclito de Éfeso, séculos VI-V a.C.

⁵¹ Equipamentos eletrônicos ou artefatos tecnológicos utilitários que visam auxiliar usuários em tarefas específicas, p. ex. celulares, *tablets*, *drones* e câmeras digitais.

⁵² Softwares e aplicativos de mídias eletrônicas em geral que visam facilitar tarefas específicas através do processamento de dados.

⁵³ Referimo-nos aqui ao conceito foucaultiano que diz respeito ao conjunto de discursos, hábitos, procedimentos, normas, valores e tecnologias que têm por finalidade viabilizar e/ou potencializar a enunciação e a visibilidade de determinados fenômenos ou fatos.

territórios geopolíticos e *territórios informacionais*⁵⁴ de acordo com os interesses de quem se apropria e domina essas tecnologias de informação. E aqui, mais uma vez as manifestações de junho de 2013 podem ser apresentadas como indiciárias de processos sociais mais abrangentes. A partir da leitura e análise de dados sobre vigilantismo estatal, violações dos direitos humanos e liberdade de imprensa nas manifestações de junho (MARQUES et. al 2013), observamos o quanto agentes do Estado devidamente aparelhados (não apenas com armas de fogo, viaturas e demais recursos materiais, mas também com câmeras e outros dispositivos eletrônicos que permitiam a vigilância das ruas e controle da população) e utilizando-se das prerrogativas de uso legítimo da força por parte do Estado, eram incitados a reproduzir concepções e práticas de vigilantismo e punitivismo no contexto de junho de 2013. Alguns exemplos dessas ações no contexto de junho que ganharam maior repercussão midiática foram:

- O caso do fotógrafo Sérgio Andrade da Silva que perdeu a visão de um dos olhos, alvejado por um tiro disparado pela Polícia Militar do estado de São Paulo⁵⁵;
- A ativista Elisa Quadros Pinto Sanzi, tornada conhecida pela mídia tradicional como Sininho. Foi presa com mais 22 ativistas por participar nos protestos de junho na cidade do Rio de Janeiro⁵⁶.

⁵⁴ André Lemos propõe o conceito de territórios informacionais, a partir do qual busca dar maior visibilidade à dimensão híbrida de todo território que é, em última instância, sempre e simultaneamente físico-simbólico, moral-material, objetivo-subjetivo. O conceito de território informacional visa, assim, pensar o território como processo de formação, transformação e fusão de lugares, temporalidades e espacialidades. Segundo Lemos: *... por território informacional entendo camadas de controle informacional (eletrônico-digital) em forte relação com o lugar. Este é fruto não de uma fixação, mas de mobilidade de fluxos territorializantes e desterritorializantes. Um lugar é, seja ele qual for, caracterizado por controle de fronteiras, territórios (culturais, subjetivos, pessoais, legais, geográficos e informacionais). Essa última dimensão, a informacional, tem se tornado muito importante com o desenvolvimento das redes telemáticas e reconfigurado práticas (sociais, culturais, econômicas...) nos espaços urbanos das grandes cidade. (...) Redes Wi-Fi, 3G, 4G, bluetooth, RFIDs, entre outras, têm transformado os lugares, criando novas formas de espacialização. Precisamos descrever as dinâmicas dos territórios informacionais na reconfiguração do espaço urbano contemporâneo para melhor compreender as diversas relações entre espaço, lugar, mídia e dispositivos móveis.* Texto extraído do blog de André Lemos "Carnet de Notes: Tecnologia, Comunicação e Cultura" (<http://andrelemos.info/>).

⁵⁵ Para Justiça, fotógrafo é o culpado por perder olho ao cobrir protesto em 2013. <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/18/politica/1471471818_316149.html>. Link acessado em 14/12/2018.

⁵⁶ <<https://ponte.org/elisa-quadros-sininho/>> Link acessado em 14/12/2018.

- O catador de latas Rafael Braga Vieira, *preso em junho de 2013 por suposta prática de porte de aparato incendiário ou explosivo quando levava apenas duas garrafas plásticas de produtos de limpeza (...) considerado como morador de rua, foi denunciado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e condenado em primeira instância cinco meses depois*⁵⁷.

Assim como a função das instituições e *dispositivos disciplinares*⁵⁸ (prisões, escolas, hospitais, famílias, etc.) não é, primordialmente, corrigir, gerar solidariedade, muito menos ressocializar indivíduos, mas sim promover um controle social, gerir os pequenos *ilegalismos* cometidos por aqueles que são, por assim dizer, pré-determinados e marcados pelo sinal da incorreção, da menoridade, da servidão e da exclusão; também as TICs, os aparatos digitais e dispositivos telemáticos de comunicação - cujo funcionamento é frequentemente compreendido a partir da noção de *fluxo informacional*⁵⁹ - não estão necessariamente a serviço de uma emancipação ou maior autonomia e expansão democrática da comunicação e da ação cidadã. A Internet foi criada no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 (chamada ARPANET) com finalidades primeiramente militares e depois acadêmicas. Já em 1995 torna-se um bem de consumo privado e passa a ser utilizado por um espectro mais amplo da *sociedade civil global*, inclusive em países como o Brasil que já contavam com a Internet desde o ano de 1988, mas que apenas em 1995 difunde o acesso para além dos ambientes acadêmicos através de provedores comerciais⁶⁰. Todavia, a rápida e maior difusão do acesso à Internet nos anos 1990 pelo mundo não apagou o fato da Internet ter surgido como uma rede eminentemente acadêmica e militar, tão pouco apagou os efeitos desta origem na estrutura de funcionamento da Internet; hoje não mais apenas uma rede

⁵⁷ <<https://ponte.org/o-primeiro-e-unico-condenado-das-manifestacoes-de-junho-de-2013/>> Link acessado em 14/12/2018.

⁵⁸ FOUCAULT 2001, pp. 117-188. Terceira Parte – Disciplina.

⁵⁹ CASTELLS 2005. Segundo Stuart Alexander (ROCKFELLER 2011), o termo “fluxo” codifica uma *perspectiva gerencial* e se presta facilmente a um dualismo metafísico e ao tratamento de instituições como entes monolíticos (O Estado, o mercado, a família, a sociedade civil, etc.). Para Stuart, o termo “fluxo”, em sua *perspectiva gerencial*, conduziria a uma visão estanque e dicotômica das relações sociais e instituições. Deste modo, o termo “fluxo” facilitaria, por exemplo, uma utilização ideológica das noções de Estado-Nação e livre mercado pensadas como entidades fundamentalmente antagônicas e que disputam pelo domínio e controle monopolista de algo que seria frouxamente denominado “a sociedade civil” ou “o povo”.

⁶⁰ CASTELLS 2005; FAUSTO&SORJ 2015 e 2016; BENKLER 2006.

restrita de trocas de informações, mas um ambiente de comunicação com um impacto tão grande na cultura e nas relações sociais quanto o rádio, a TV e o livro.

Há uma ambivalência inerente à *sociedade em rede*, ambivalência que pode, por vezes, ser tomada como dicotomia insolúvel, dependendo de quem a analisa. Se há, em alguma medida, um potencial de ação cidadã e democrática através das redes sociais nos ambientes telemáticos, há também, através das mesmas redes, a reificação e mesmo a instauração de novas e mais rígidas estruturas de controle, vigilância e dominação, estruturas típicas das relações sociais no mundo *off-line*. As intenções de fazer da Internet uma nova esfera pública, as esperanças em torno de uma “Ágora digital” possível e as dimensões e horizontes de usos mais democráticos da Internet movem-se nessa conjuntura de ambivalência que, dependendo dos interesses envolvidos, pode ser reduzida a uma concepção dicotômica aparentemente insuperável, uma concepção que entende a Internet, ou como o eldorado de um novo mundo democrático, ou como cenário distópico do capitalismo neoliberal.

(...) falamos de uma tecnologia aparentemente instrumental e neutra, já que os objetivos e o ideário aos quais serve vêm definidos pelo âmbito da ética e da política. Definitivamente, a visão instrumental da tecnologia nos leva a pensar que qualquer tipo de constituição política, qualquer tipo de cidadania é compatível com qualquer sistema tecnológico; que a democracia é alheia a certas decisões estratégicas relacionadas ao sistema energético, comunicacional e produtivo que caracterizam nossa sociedade.

Nada mais longe da realidade. O fenômeno humano não pode ser entendido fora de seu diálogo com a tecnologia. SILVEIRA 2010, pág. 13.

Em um ambiente clássico de trocas presenciais entre seres humanos, a ética pode encontrar princípios definidos: “Ama a teu próximo como a ti mesmo”. O problema está no fato de que a cidadania não está baseada na participação em um espaço físico comum. Nem as intervenções humanas têm a presença como condição. Já não serve uma ética ou política que nos diga como devemos tratar nosso próximo, nosso vizinho. As distâncias se anulam e o território se desterritorializa através do ciberespaço, ainda que momentaneamente. Historicamente, o conceito de cidadania tem estado vinculado ao conceito de espaço físico, de território compartilhado. Aristóteles afirmava que a ‘pólis’ não pode se estender além do alcance da voz dos cidadãos, pois sua essência é o diálogo democrático que se manifesta na ágora como ponto de encontro. Concordamos com Aristóteles. Não há

comunidade em que não haja a possibilidade de diálogo. Outros exemplos aparecem ao longo da história. Os estados nacionais surgem na Europa a partir de processos de unificação política potencializados pela alavanca das tecnologias de comunicação da época, como o bonde. Ninguém tinha consciência de ser italiano quando o trajeto de Veneza a Nápoles era feito arduamente a pé ou a cavalo. Podia-se ser veneziano ou napolitano, mas não italiano. No momento em que o bonde encurta a distância entre as cidades, a consciência nacional começa a parecer natural. O mundo se reduz quando o tempo encurta. E essa transformação do tempo em espaço é muito mais radical em nossos dias...
SILVEIRA 2010, pág. 21-22.

A própria metáfora da “Ágora digital”, frequentemente aventada por especialistas nesse novo fenômeno chamado Internet - fenômeno que não conta ainda sequer com um século de existência -, resulta anacrônica e acaba perdendo ou minimizando sua potência semântica quando desconectada de uma análise histórica e visão conjuntural mais ampla e criteriosa. De fato, é através do adequado discernimento histórico e da análise crítica dessa conjuntura que conseguiremos avaliar de modo mais criterioso esse fenômeno, sem incorrer em análises *espontâneas*⁶¹ e percepções maniqueístas que oscilam entre uma esperança pouco fundada no potencial democrático da Internet e uma espécie de ‘Ludismo digital’ que rechaça com escárnio e indiferença a potência transformadora, criativa e destrutiva desse novo fenômeno. Nesse sentido, contra a precipitação das análises espontâneas e anacrônicas, vale a máxima espinosana: *é preciso esforçar-se por não rir das ações humanas, por não deplorá-las nem odiá-las, mas por entendê-las*. A Internet tem o potencial para ser um espaço do *comum*⁶², um ambiente que viabiliza modos de participação e interação entre sujeitos e atores sociais diversos. Entretanto, a ideia do comum pensada em si mesma - assim como as noções hipostasiadas de sociedade e de indivíduo, pensadas ontologicamente e sem ser postas em relação - trata-se tão somente de uma abstração, pura representação, uma totalidade vazia.

Ocorre que, assim como o que faz o círculo girar não é apenas o raio que define a forma da circunferência, mas também o espaço vazio contido nela,

⁶¹ Lembramos aqui de Pierre Bourdieu em suas críticas contra as ilusões do saber imediato e contra a sociologia espontânea. (BOURDIEU, 2005, p. 23-36)

⁶² Post Scriptum sobre a Revolução do século XXI”, do livro *Comum – Ensaio sobre a revolução no século XXI* de Christian Laval e Pierre Dardot, pela Editora Boitempo.

também os espaços que identificamos como “os vazios” da e na Internet (vazio de conteúdo político e crítico, por exemplo) são, precisamente, aquilo mesmo que pode vir a promover sua existência dinâmica, atualizar a Internet como espaço do comum. Para os países do sul global, preocupações com as dimensões e horizontes tecnopolíticos da Internet podem parecer algo ainda distante, haja vista que, historicamente, diante das transformações nos modos de produção industrial⁶³ - indústria têxtil, indústria do aço, indústria do automóvel, indústria da tecnologia, etc. -, países como o Brasil não têm ocupado lugar estrutural de vanguarda. Isso quer dizer em outros termos que, em nosso país, as visões de mundo e os papéis sociais que decorrem das dinâmicas do mundo do trabalho tendem a voltar-se mais para a garantia e manutenção de condições mais primárias de existência. Questões que envolvem, por exemplo, as noções e conceitos de propriedade intelectual no mundo da informação tendem a ser, em geral, alheias ao trabalhador médio brasileiro. Problemas como os de *copyright*, *copyleft*, propriedade dos códigos fontes dos softwares que operacionalizam os principais sistemas de informação utilizados por instituições públicas e privadas, as reflexões sobre todos esses problemas ainda dão os primeiros passos em nosso país. De modo que muitos dos tomadores de decisões e criadores de políticas públicas ainda ignoram a relevância de toda essa problemática.

No Brasil, as mídias tradicionais representam, em larga medida, esse “vazio” ou esse esvaziamento crítico. Neste sentido é interessante notar como alguns setores da imprensa e responsáveis pela difusão de informações nas mídias brasileiras agem de modo a neutralizar a tensão, tergiversar e obnubilar os conflitos políticos da vida comum e cotidiana. E, de maneira aparentemente paradoxal, é exatamente desta ação diversionista que acaba resultando a força agregadora destes setores de mídia. Trata-se de uma força reconfortante e de produção de consensos, capaz de criar narrativas de mundos completamente harmônicos e sem dissonâncias, mundos inteiramente ficcionais, mas com força discursiva e de persuasão, força político-ideológica, força retórica ou sofisticada sem igual. Contra esta força neutralizadora que faz dos meios de

⁶³ Produção industrial que, na compreensão do materialismo histórico, implica necessariamente em transformações políticas e ideológicas.

comunicação máquinas de obliterar conflitos e recalcar indignações e expectativas políticas, alguns movimentos culturais e sociais - grupos como os aqui tipificados (MPL e Mídia Ninja) - propõem uma ação parresíasta, uma coragem consciente de dizer e de explicitar as intenções e os modos pelos quais setores da política institucional e grupos de mídia empresarial controlam os fluxos informacionais, de modo a criar uma ilusão de neutralidade.

A chamada *Era da Informação*⁶⁴ conjuga elementos da *sociedade do espetáculo*, da *sociedade disciplinar* e da *sociedade do controle*. E assim o faz através de alguns atributos típicos da dinâmica informacional no atual estágio de desenvolvimento das sociedades globais, estágio aonde as informações já vêm sendo consideradas, junto do petróleo, o recurso mais valioso do século XXI⁶⁵. Os atributos são: pervasividade; descentralização; instantaneidade; ubiquidade; profusão e reticularidade. Estes atributos configuram a lógica que regula e condiciona os modos de produção e de desenvolvimento das culturas e sociedades na *Era da Informação*. A pervasividade das redes digitais de comunicação é tão profunda e intensa que pensadores como Bruno Latour defendem teoricamente a concepção de que, atualmente, as ações sociais não são atributos apenas de seres humanos, mas também de dispositivos e artefatos tecnológicos. Segundo Latour, em sua *teoria ator-rede*⁶⁶, para além de uma centralidade do ser humano como único agente comunicativo, a própria noção de comunicação mediada por computador (CMC) induz a equívocos, na medida em que faz pensar no computador ou nos dispositivos informáticos como meros instrumentos, objetos mediadores e neutros na constituição da relação comunicativa, o que recairia em uma visão dualista homem/máquina.

A partir das considerações acima expostas acerca da *sociedade em rede* e dos usos das TICs, vamos em busca de responder a seguinte questão: O *ciberespaço* pode ser compreendido como uma esfera pública? Para

⁶⁴ CASTELLS, 2005.

⁶⁵ <https://www.economist.com/news/briefing/21721634-how-it-shaping-up-data-giving-rise-new-economy> - *Fuel of the future. Data is giving rise to a new economy*. In. The Economist. Consultado em 28/03/2018.

<https://www.economist.com/news/leaders/21721656-data-economy-demands-new-approach-antitrust-rules-worlds-most-valuable-resource> - *The world's most valuable resource is no longer oil, but data*. In. The Economist. Consultado em 28/03/2018.

⁶⁶ LEMOS, 2013.

discorrermos sobre a existência ou não de uma esfera pública digital, fazem-se necessários alguns apontamentos introdutórios sobre os conceitos de esfera pública e *ciberespaço*. No que se refere à reprodução e formação de uma esfera pública, LÉVY 2017 discute a *eclosão da nova esfera pública para o pensamento político*. Não obstante utilizarmos textos e abordagens conceituais desenvolvidas por Lévy nesta dissertação, não partimos da premissa – a qual pode ser inferida de uma leitura do artigo supracitado - de que uma nova esfera pública, propriamente dita e completamente distinta, tenha surgido exclusivamente com o advento das mídias digitais. Pensamos⁶⁷ que ao tematizar a Internet como mais um âmbito de ação cultural e política, capaz de ampliar as vozes de setores específicos da sociedade, reverberar e suscitar disputas políticas e conflitos sociais; podemos assim melhor investigar os modos pelos quais o surgimento de novos meios de comunicação podem transformar significativamente a dinâmica dos debates públicos, a configuração e reprodução de uma esfera pública e a mobilização de estratos da sociedade civil. Com essas balizas e precauções conceituais podemos, agora, desenvolver algumas ideias a propósito de uma esfera pública na e da Internet.

Mediados e também constituídos pelo modelo de comunicação da Internet, sujeitos e atores sociais de diferentes espectros político-ideológicos e em constante *guerra de posição*⁶⁸ disputam pelo *monopólio*⁶⁹ de uma opinião pública e pela *hegemonia* na sociedade civil. A partir das leituras de CASTELLS 2013, GOMES 2005 e 2008, ANTOUN&MALINI 2013, FAUSTO&SORJ 2016 e 2015, admitimos a premissa de que há nas redes, e particularmente nas plataformas digitais aqui estudadas, uma emergência de controvérsias e produção de consensos, uma emergência de afetos disruptivos e sentimentos de suscitam coesão e solidariedade, emergência de disputas narrativas de setores da sociedade em torno de questões referentes ao funcionamento do nosso sistema político, social e econômico⁷⁰. Questões

⁶⁷ Referenciados em ANTOUN&MALINI 2013, GOMES 2005, SODRÉ 2006 e LEMOS 2016

⁶⁸ Nos dizeres de Antônio Gramsci In. Cadernos do cárcere. V. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.

⁶⁹ - Cf. Max Weber In. Política Como Vocação.

⁷⁰ Um dos indicativos dessas emergências e questões suscitadas na opinião pública durante as manifestações de junho de 2013 foram os *cinco pactos em favor do Brasil*, anunciados pela então presidenta Dilma Rousseff no dia 24 de junho de 2013, no intuito de responder aos

relativas à participação, deliberação e representatividade no nosso regime democrático⁷¹. Esta emergência, entretanto, é sutil e por vezes fragmentada, “difusas” como tornou-se lugar comum dizer a respeito das insatisfações e reivindicações dos manifestantes em junho de 2013. Trata-se de um rastro e sintoma de processos mais amplos, de conflitos políticos e sociais que explodiram nas ruas das principais capitais brasileiras em junho de 2013.

ÁGORA DIGITAL E TERRITÓRIOS INFORMACIONAIS

Olhar a história das transformações comunicativas não significa, portanto, somente perceber as mudanças das formas de armazenar, organizar e comunicar as informações, num sentido evolutivo, mas sim perceber o caráter qualitativo de cada ruptura comunicativa e, com esta, a cada fase, a introdução de uma nova forma de perceber e de sentir o mundo e de definir a realidade. DI FELICE 2007. pág. 1.

Historicamente há uma associação comum - mas de modo algum simplória - entre os conceitos de cidadania e espaço físico-geográfico. Como observa SILVEIRA 2010, em Platão e Aristóteles os limites da *pólis* eram estabelecidos pelo alcance da voz humana, ou seja, até onde pode-se estabelecer o diálogo entre cidadãos. Assim, o potencial de reverberação das vozes com legitimidade para o diálogo tem sido um fator fundamental e primordial de todo pensamento acerca das fronteiras e ações políticas.

Entre os gregos, a cidadania foi pensada, inicialmente, como um atributo do *zoon politikon* e uma condição inerente ao sujeito que pertence a um lugar, um território físico. O homem, enquanto animal político, é aquele que sente-se inexoravelmente parte legítima do espaço que ocupa e no qual atua, ao mesmo tempo em que é legitimado por outros sujeitos que ocupam e sentem-se

protestos que vinham ocorrendo no Brasil. Os cinco pactos referiam-se a: I – Reforma política; II – Responsabilidade fiscal; III – Investimento em mobilidade urbana; IV – Mais verbas para a educação pública; e V – Melhorias na saúde

⁷¹ *A alternativa histórica à democracia representativa é a democracia direta, vencida historicamente por inadequada a sociedade de massa e à complexidade do Estado contemporâneo (...). A introdução de uma nova infraestrutura tecnológica, entretanto, faz ressurgir fortemente as esperanças de modelos alternativos de democracia, que implementem uma terceira via entre a democracia representativa, que retira do povo a decisão política, e a democracia direta, que a quer inteiramente consignada ao cidadão. Estes modelos giram ao redor da ideia de democracia participativa e, nos últimos dez anos, na forma da democracia deliberativa, para a qual a Internet é decididamente uma inspiração. GOMES 2005, p. 5.*

pertencentes ao mesmo território. Há, nesse contexto, uma conexão necessária entre a dimensão do comum e do local, dimensões imanentes a toda ação política e, em última instância, imanentes a toda ação coletiva na medida em que ela é condicionada pelas fronteiras do político.

Subjacente a essas observações que perpassam as reflexões da teoria política e a história do pensamento ocidental, há uma gama de conceitos, relações sociais e processos culturais complexos que instauram muito do nosso vocabulário e entendimento geopolítico. Palavras como Estado-nação, cidade, território, governo, país, fronteira, povo, sociedade civil e esfera pública, todas guardam esta complexidade em suas definições ao longo da história, todas ecoam uma noção do comum imanente a ação coletiva e fundamento da ação política.

Nesse momento podemos nos questionar a respeito dos propósitos desta breve e absolutamente lacunar digressão em uma dissertação que pretende investigar as dimensões e horizontes das relações entre Internet, manifestações políticas contemporâneas e movimentos sociais eminentemente urbanos. E a resposta a esta questão pode ser expressa da seguinte forma: ao contrário do que as noções de *cibercultura*, comunicação virtual e redes sociais da Internet nos levam comumente a pensar, a chamada sociedade da informação, o *espaço dos fluxos*, bem como as redes telemáticas de comunicação não prescindem e não existem necessariamente em detrimento dos espaços físicos, a despeito da materialidade dos *espaços de lugar* de onde se fala, nem da presença no aqui e agora, ou seja, dos aspectos qualitativos dos modos de comunicação.

Mas ao contrário, as redes digitais de comunicação ressemantizam estas noções espaciais e temporais - pensadas tradicionalmente sob um prisma físico - de modo a repensar antigas díades e dicotomias espaciais e temporais na contemporaneidade, contexto marcado pela instantaneidade, pervasividade e ubiquidade dos fluxos informacionais (CASTELLS 2005).

No caso que nos diz respeito, as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, manifestações amplamente difundidas e mobilizadas pelas redes sociais da Internet, foram um exemplo dessas conexões entre *espaços*

dos fluxos e espaços dos lugares, um exemplo das interseções entre processos político-culturais e dinâmicas espaciais e de formação de territórios.

Suscitadas por demandas referentes as questões de mobilidade urbana ou, em outros termos, problemas de locomoção, acessos e usos dos espaços públicos, as manifestações foram, desde seu início, amplamente articuladas pela Internet e pelas redes sociais digitais, ou seja, por aparelhos que operacionalizam modos de produção e reverberação das informações e correntes de opinião e, desse modo, transpassam localidades e territórios físicos, dado o caráter instantâneo, ubíquo e pervasivo dos fluxos informacionais na Internet.

E aqui, não obstante toda a abissal distinção histórica e tecnológica, as antigas conexões entre o comum e o local como atributos de toda ação coletiva continuam a ser atualizadas. Se, histórica e teoricamente, um binômio “comum-local” tem ensejado e instaurado a ação coletiva, em Junho de 2013 este binômio se faz presente ao pensarmos as relações entre as ruas e as redes, ou seja, as relações entre a materialidade e localidade daquelas manifestações e a pervasividade, ubiquidade e instantaneidade das informações sobre o que ocorria naquelas manifestações.

Em junho de 2013 as reivindicações pelo direito à mobilidade e as apropriações de locais públicos somaram-se a um conjunto de disputas simbólicas (mas nem por isso sem implicações físicas e materiais) em torno da representatividade, da participação e da capacidade de deliberação diante das instâncias decisórias do governo. Ou seja, nas manifestações de 2013 confluíam as reverberações de vozes daqueles que reivindicavam cidadania ou se descobriam enquanto cidadãos, sujeitos de direitos e deveres, e um conjunto de disputas sobre a legitimidade e eficácia da ação coletiva movida por um horizonte comum.

Por certo, esses processos que expressamos aqui sob o termo “binômio”, ocorrem numa conjuntura em que a noção de “local”, tão sólida nas tradições de pensamento político, desmancha no ar de uma sociedade da informação, de uma sociedade civil global e de uma opinião pública transnacional. Todavia, se de fato tudo o que era sólido desmanchou no ar, as noções e categorias de

entendimento que desmancharam não foram aniquiladas ou tornaram-se simplesmente obsoletas.

Os instrumentos podem ser substituídos, trocados de acordo com a funcionalidade, já as ideias, bem como as dinâmicas de produção simbólica que as animam não se prestam à *obsolescências programadas*, a não ser que as pensemos enquanto ideologia no sentido de alienação e obliteração da consciência; o que, de todo modo, pode resultar em efeitos político-pragmáticos bem concretos, ainda que eventualmente as custas de alguma abdicação ou mitigação programática do entendimento.

Tomamos as manifestações de junho de 2013 como um exemplo emblemático para se pensar as conexões entre as ações coletivas e os atos conectivos. E julgamos que uma compreensão mais profícua dessas conexões ultrapassa ou não reside exclusivamente numa apreensão dessas conexões enquanto movimento ideológico ou processo de alienação, mas sim numa síntese de múltiplas determinações, num entendimento das dinâmicas de produção simbólica e múltiplas conexões de sentidos.

E é nesse sentido que entendemos as informações sobre as manifestações não como fenômenos secundários, mas sim como fatores que acabam por reconfigurar as próprias manifestações nas ruas com todos os seus efeitos de violência policial, agressão de manifestantes, de repórteres e depredação de patrimônios públicos e privados⁷².

As *redes de indignação e esperança*, assim nomeadas por Manuel Castells, são redes de permanente territorialização e desterritorialização de espaços de poder, redes que configuram uma *partilha do sensível*⁷³. Essas redes, junto aos atores sociais que a constituem, vocalizam nichos ideológicos, agenciam núcleos de controvérsias e dissenso na opinião pública e fazem emergir espaços de dissidência na sociedade civil. Estes nichos, núcleos e espaços, por sua vez, ajudam a configurar o debate público, debate que é uma das condições para o surgimento de movimentos sociais.

⁷² INTERVOZES 2014.

⁷³ RANCIÉRE 2010.

Em junho de 2013 o Brasil teve sua experiência de *redes de indignação e esperança*. Com o desenrolar dos acontecimentos, nas ruas e nas mídias cidadãos e cidadãs brasileiros vivenciaram uma espécie de sismo dos terrenos político-ideológicos, um tipo de paroxismo dos sentimentos nacionais e catarse dos afetos de justiça.

Foram – e talvez possamos dizer que tem sido desde então – momentos de constantes conflitos entre territórios, momentos de territorialização e desterritorialização da cidadania brasileira, momentos de *partilha* agonística e estética, momentos onde antigos e novos problemas da democracia - representatividade política, modelos de deliberação democrática e formas de participação direta do povo – vieram à tona com a velocidade, instantaneidade e pervasividade que caracterizam a comunicação em redes digitais.

É em processos agonísticos de territorialização, como esses ocorridos no Brasil, que surgem conceitos como ciberdemocracia, democracia digital, ciberativismo, cibercultura e ciberespaço. Estes conceitos - para além da referência à ciência cibernética e ao mundo digital – também trazem consigo a memória de outras noções e conceitos igualmente fundamentais e mais antigos do pensamento político. E é a partir dessa interseção de conceitos e noções aparentemente extemporâneos que alguns autores que pesquisam sobre a sociedade da informação cunham expressões como a de “Ágora digital”, utilizada no título da presente sessão.

A Ágora histórica remete àquele espaço físico da Atenas Clássica, berço da democracia onde os homens dialogavam e deliberavam acerca de questões atinentes a sua vida em comunidade. Espaço de debate, âmbito da deliberação e exercício direto de seus atributos e predicados de cidadãos, homens da *pólis*. Hoje, todavia, o que se entende por democracia é substancialmente diferente daquilo que se vivia na Ágora ateniense.

Não obstante, ao abordar a Internet como campo político e tematizar as redes sociais digitais da web 2.0 em suas implicações culturais, sociais e econômicas, somos levados a atualizar e problematizar, mais uma vez, os impasses quanto aos modos de deliberação, representação e participação

direta do povo; questões primordiais e ineludíveis do que temos chamado de democracia até então.

Num primeiro momento, a expressão *Ágora* digital pode soar algo paradoxal, antinômico e mesmo contraditório. Como conjugar a dimensão virtual, instantânea e fluida dos fluxos de informações em redes digitais e a dimensão espacial, presencial, física e material das relações sociais? A rigor, seres humanos não fluem. Eles podem migrar, mas sempre no intuito de se estabelecer - ainda que momentaneamente - em um lugar físico. Seres humanos intercambiam bens materiais e simbólicos constantemente, porém estes intercâmbios não podem ser pensados propriamente como um fluxo no sentido de algo que é contrário a toda fixação.

Portanto, um espaço de fluxos seria uma contradição em termos e a própria noção de espaço virtual implicaria em aporia e num contrassenso insolúvel, na medida em que o exercício da cidadania e a materialização dos atributos do animal político (no sentido que nos foi legado pela tradição de pensamento ocidental) no mundo seria algo inviável e ilusório.

Ocorre que esses problemas aparentemente insolúveis e que redundariam na mais vã ilusão podem ser, do modo como expomos aqui, nada mais que falsas questões. E isso precisamente porque, se tudo flui como a tradição desde Crátilo nos faz perceber, esse fluxo só ocorre de acordo com medidas.

Então, se queremos pensar em como as redes de comunicação digital se relacionam com algo que se possa chamar de uma nova *ágora*, um lugar de debates públicos e deliberações políticas, devemos investigar não os fluxos informacionais em si, porque, como tentamos argumentar, eles não existem. Por outro lado, devemos sim buscar a medida adequada que possibilita esse fluxo de informações ubíquos, pervasivos e instantâneos que suscitam os debates e possibilitam as deliberações.

Tomemos aqui uma problemática na qual aparentemente não caberia ou seria inútil uma reflexão sobre fluxos virtuais de informações na Internet, uma problemática que tende a ser pensada como sendo de ordem estritamente

física e geográfica, ainda que com influências e impactos políticos e culturais: o processo de formação de territórios e de estabelecimento de fronteiras.

Podemos levantar uma premissas acerca da noção de território e defini-lo do seguinte modo: território é toda forma de controle sobre um espaço e sobre fronteiras. Numa primeira perspectiva, esses espaços e fronteiras dizem respeito a dimensões físicas, eminentemente concretas e materiais, ou seja, referem-se aos modos de dominação e controle de topologias, corpos físicos e extensões geográficas.

Numa segunda perspectiva, essas formas de controle e modos de dominação são exercidos sobre dimensões simbólicas, morais e éticas, ou seja, dizem respeito a territórios culturais, econômicos e políticos. Por certo, essas duas perspectivas não existem em detrimento ou a despeito uma da outra, ainda que, para efeitos teórico-metodológicos e de análises sobre questões de mobilidade, dinâmicas de fronteiras e constituição de territorialidades, uma dessas perspectivas ganhe maior relevo em relação à outra.

No intuito de não estreitar possibilidades críticas e analíticas, de ir além desses limites e aproximar-se dos liames conceituais e limiares teóricos que a noção de território suscita, André Lemos⁷⁴ propõe o conceito de *territórios informacionais*⁷⁵, a partir do qual busca dar maior visibilidade à dimensão híbrida de todo território que é, em última instância, sempre e simultaneamente físico-simbólico, moral-material, objetivo-subjetivo. O conceito de *território informacional* visa, assim, pensar o território como processo de formação, transformação e fusão de lugares, temporalidades e espacialidades.

⁷⁴ LEMOS 2013, 2005.

⁷⁵ Segundo André Lemos “... por território informacional entendo camadas de controle informacional (eletrônico-digital) em forte relação com o lugar. Este é fruto não de uma fixação, mas de mobilidade de fluxos territorializantes e desterritorializantes. Um lugar é, seja ele qual for, caracterizado por controle de fronteiras, territórios (culturais, subjetivos, pessoais, legais, geográficos e informacionais). Essa última dimensão, a informacional, tem se tornado muito importante com o desenvolvimento das redes telemáticas e reconfigurado práticas (sociais, culturais, econômicas...) nos espaços urbanos das grandes cidade. (...) Redes Wi-Fi, 3G, 4G, bluetooth, RFIDs, entre outras, têm transformado os lugares, criando novas formas de espacialização. Precisamos descrever as dinâmicas dos territórios informacionais na reconfiguração do espaço urbano contemporâneo para melhor compreender as diversas relações entre espaço, lugar, mídia e dispositivos móveis”. Texto extraído do blog de André Lemos “Carnet de Notes: Tecnologia, Comunicação e Cultura” (<http://andrelemos.info/>).

Nesse processo, tanto as relações econômicas de produção, distribuição e consumo como as relações comunicativas, ou seja, aquelas que envolvem a existência de formadores ou criadores de informação, emissores e receptores dessas informações; todas essas relações entrecruzam-se e interagem entre si necessariamente na configuração de fronteiras, territorialidades e mobilidades.

Falar sobre território nessa perspectiva é, portanto, deslindar limites, liames e limiares materiais, físicos e simbólicos, no sentido de superar os impasses teórico-metodológicos resultantes das díades tradicionais da teoria social (indivíduo-sociedade, global-local, centro-periferia, identidade-alteridade, nativos-estrangeiros etc.).

Portanto, se existe, em determinado contexto, um território que possa ser definido exclusivamente a partir de suas propriedades informacionais (suas relações comunicativas e trocas simbólicas), se existe de fato um único território totalmente informacional, esta totalidade só pode ser entendida como efeito das múltiplas conexões entre atores sociais e formas de ação coletiva que, por sua vez, só existem na medida em que interagem e constituem redes de relações e entrelaçamento de sentidos.

Quando nos propomos a definir e perscrutar os conceitos e noções de território, fronteira e mobilidade, o desafio é não cair em discursos essencializantes e que redundam em uma metafísica do lugar, perspectiva na qual o externo e o interno, o simbólico e o material seriam pensados como mônadas e realidades independentes; e também não incorrer em discursos absolutamente relativistas em nome de um fetichismo das particularidades as quais chamamos, equivocadamente, de empiria. De modo paradoxal ou dilemático, tais discursos revelam-se igualmente essencializantes e metafísicos.

De um lado, reconhecer e superar os limites das abordagens que tomam os fenômenos sociais não como processos, mas como realidades ontologicamente determinadas, de outro lado, ao primar pela dimensão fundamentalmente relacional dos fenômenos sociais, cuidar para não sobrevalorizar as particularidades em função de uma noção de empiria e em

detrimento dos conceitos, fazendo do pragmatismo uma ontologia ou, pior, um absolutismo travestido de método.

Eis o duplo desafio, talvez dilema fundamental de toda teoria social: não restringir suas análises a ponto de torná-las estéreis para compreender qualquer coisa que não seja a si mesma. E também não se deixar iludir por discursos pretensamente filosóficos, com ares de grande teoria e que, para manter a sua legitimidade de teoria total, negligencia as particularidades, julga prescindir do cotidiano e chega mesmo a depreciar qualquer lastro empírico.

Movidos por este desafio, a tematização de territorialidades, dinâmicas fronteiriças e de mobilidade surge como algo especialmente caro à sociologia. Uma vez que essa disciplina científica constituiu, e continua a constituir, suas bases de autonomia e legitimidade científica em um período histórico de intensas e progressivas trocas comerciais, transformações dos limites nacionais, reformulações dos papéis dos Estados e interação entre culturas distintas. Não se trata, portanto, de um temática propriamente nova.

Entretanto, os modos de abordá-la e as habilidades para deslindar novos caminhos de pesquisa tendo em vista antigas perspectivas e impasses recorrentes, esses renovam-se constantemente em busca de superar dificuldades metodológicas e dar conta da crescente indiscernibilidade entre aquilo que se entende por dimensão global e dimensão local, nacional e regional, o central e o periférico. Especialmente nas grandes metrópoles, as fronteiras e limites materiais, físicos e simbólicos que formam as identidades e definem as relações sociais mostram-se de fato e de maneira cada vez mais evidente como liame e limiar.

Liame porque as metamorfoses no mundo da comunicação – especialmente a comunicação mediada por computador (CMC) e interconexões digitais - têm tornado mais complexo estabelecer cabalmente quem é produtor, emissor e receptor de informação e conhecimento. Assim, num mundo onde as trocas comerciais, relações simbólicas e de reciprocidade tendem a ser não apenas mediadas, mas também constituídas⁷⁶ mais e mais por dispositivos

⁷⁶ LATOUR 2007

eletrônicos digitais e redes telemáticas, distinguir com precisão o lugar e as fronteiras entre quem produz bens materiais e simbólicos, quem consome esses bens e quem os distribui, isso tem sido uma tarefa cada vez mais sutil e complexa. Na chamada *cibercultura*⁷⁷ os elementos e sujeitos envolvidos na comunicação – produtor, emissor e receptor – tendem a unificar-se ou aparentarem ser indiscerníveis.

Junto à essa unificação e aparente indiscernibilidade dos sujeitos que constituem lugares, espaços e fronteiras, também a instantaneidade, pervasividade, ubiquidade e profusão dos fluxos informacionais sobre fenômenos culturais, econômicos e políticos acabam por obliterar a dimensão concreta, física e material desses fenômenos. O uso do próprio termo “fluxo” tende a relegar as micro relações de poder e reciprocidade, denotar certa impessoalidade e inviabilizar em grande medida o reconhecimento da ação individual ou o significado de organizações e fenômenos de pequena escala.

Não obstante a importância de se pensar estruturas institucionais numa perspectiva conceitual mais ampla, o termo “fluxo” codifica uma *perspectiva gerencial*⁷⁸ e se presta facilmente a um dualismo metafísico e ao tratamento de instituições como entes monolíticos (O Estado, o mercado, a família, a sociedade civil, etc.).

Agindo assim, impede-se a compreensão das micro relações de poder, controle, dominação e legitimação, relações de natureza dinâmica que formam redes de indivíduos que atuam socialmente (tanto no mundo físico como no mundo digital) de modo a interconectar material e simbolicamente as dimensões da ação e da estrutura social, do local e do global, do nacional e do regional, do individual e do coletivo.

Ou seja, a *perspectiva gerencial* manifestada no uso do termo “fluxo” conduz a uma visão estanque e dicotômica das relações sociais e instituições, facilitando, por exemplo, a utilização ideológica das noções de Estado-Nação e livre mercado como entidades essencialmente antagônicas e que disputam

⁷⁷ LEMOS 2005.

⁷⁸ ROCKFELLER 2011.

pelo domínio e controle monopolista de algo que seria frouxamente identificado como “a sociedade civil” ou “o povo”.

Analogamente, assim como a função das instituições disciplinares (prisões, escolas, famílias, etc.) não é primordialmente corrigir, gerar solidariedade, muito menos ressocializar indivíduos, mas sim gerir os pequenos ilegalismos cometidos por aqueles que são, por assim dizer, pré-determinados e marcados pelo sinal da incorreção, da menoridade, da servidão e da exclusão, também os dispositivos digitais e telemáticos de comunicação cujo funcionamento é frequentemente compreendido a partir da noção de “fluxo informacional”, não estão necessariamente a serviço de uma emancipação, maior autonomia e expansão democrática da comunicação e da ação cidadã. Se podemos vislumbrar uma ágora digital, se há um potencial democrático das redes digitais, há também, como epifenômeno, a reprodução e mesmo o aprofundamento e intensificação de estruturas de controle, vigilância e dominação próprios das relações sociais no mundo *off-line*.

Por fim, ainda que a transformação de uma comunicação de massas para uma *comunicação pós-massiva*⁷⁹ seja algo impactante do ponto de vista das funções da mídia, seus modos de comunicação e influências na formação de uma esfera pública, configuração de correntes de opinião, ou ainda, dito de outro modo, mesmo que as redes digitais e telemáticas que constituem territórios informacionais sejam capazes de transformar territórios geopolíticos; nada de essencialmente novo sob o sol quando se trata de pensar as relações sociais. Se por um lado os dualismos teórico-metodológicos garantem objetividade porque satisfazem nossas categorias de entendimento, por outro lado também instauram aporias e revelam contradições, insolúveis, insondáveis e sem fronteiras.

Desta forma, no que diz respeito a constituição de territórios informacionais e às mobilidades dos sujeitos e seus modos de se comunicar, não há de um lado a sociabilidade em rede e de outro a sociabilidade “real” *off-line*. Os territórios que definem uma e outra continuam móveis, as fronteiras que balizam uma e outra são, antes de tudo, liames e limiares de novos modos

⁷⁹ LEMOS 2005

de viver em sociedade. Pode-se dizer que esses territórios são novas Ágoras possíveis, agora mediadas e constituídas pelas redes telemáticas de comunicação digital.

Por um lado, os territórios que configuram esta nova Ágora possível são limiares e liames que lembram os antigos e perenes impasses epistemológicos dualistas e apontam para a superação desses impasses tão cogentes quanto analiticamente profícuos e inspiradores. E aqui, para pensar as condições de emergência destes territórios limiares e que apresentam-se como liames históricos, vale lembrar as palavras de Michel Foucault a propósito do método genealógico de abordagem da história:

Ninguém é portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício. FOUCAULT, 2004, p. 24

De outro lado, estas mesmas Ágoras possíveis continuam a representar horizontes e critérios de ação coletiva, de novas dinâmicas de produção de correntes de opinião e de mobilização da sociedade civil através dos fluxos de informação.

A constituição de fronteiras é a expressão do poder que se exerce sobre os espaços físicos e simbólicos. Nesse sentido pensar uma ágora digital possível é agir condicionado por dinâmicas fronteiriças e regimes de mobilidade comunicativa, onde o exercício da cidadania é um constante movimento de territorialização e desterritorialização.

CALEIDOSCÓPIO DIGITAL DE JUNHO

Ao falarmos sobre as manifestações de junho no Brasil é relativamente comum encontrarmos um número significativo de matérias jornalísticas e mesmo artigos acadêmicos cuja tônica do discurso reside no caráter difuso e espontâneo daqueles protestos. Hoje, passados quase seis anos desde aquela irrupção de indignações e expectativas populares nas ruas, quando se tenta lançar um olhar retrospectivo e delinear uma periodização coerente a fim de interpretar aquelas manifestações, um dos discursos mais recorrentes é aquele que afirma que, se houve alguma unidade ou convergência de pautas mais imediatas daqueles protestos, estas se deram tão somente na primeira fase das manifestações; quando as demandas do Movimento Passe Livre por redução das tarifas de transporte público e tarifa zero pareciam dar alguma organicidade e coesão àqueles protestos.

A profusão de sentidos expressa em junho de 2013 pode sim conotar uma multiplicidade de pautas difusas, mas disso não se deve deduzir que “ser difuso” é um atributo das múltiplas conexões de sentidos a serem interpretadas sobre aquele contexto. Ser ou não ser difuso são resultados dos olhares que se lançam sobre aquelas manifestações, não são as causas ou algo inerente àqueles manifestações em si. É preciso cautela para não incorrer nas ilusões do saber imediato e em conclusões apodíticas sob o pretexto de alcançar uma objetividade total na análise de fenômenos sociais. Se há uma *neutralidade axiológica* possível na compreensão desses fenômenos sociais - ou seja, daqueles que constituem um conjunto de ações relativas a fins, valores, afetos e tradições -, é preciso não perder de vista que essa neutralidade somente existe enquanto procedimento metodológico, meio de estabelecer tipologias possíveis, e não como busca de isenção moral através de uma experiência laboratorial e asséptica do social, ou ainda, uma tentativa de transformar proposições e imperativos hipotéticos em proposições e imperativos categóricos.

Se há algo de categórico na análise e interpretação de fenômenos sociais, esse algo é o conflito e, em última instância, a imprevisibilidade dos acontecimentos que nos permite tão somente estabelecer tendências e não

determinações e sobredeterminações cabais. Esperar o inesperado é o único imperativo categórico e juízo que condiz com uma compreensão adequada de fenômenos sociais, fenômenos cujo conflito é imanente. E aqui também lembramos que as noções de “conflito” e “imprevisibilidade” não são sinônimos de “espontaneidade” e “difuso”. Essas distinções são importantes para compreendermos os processos e dinâmicas das ruas e das redes (*online e offline*) em junho de 2013. São importantes na medida em que “difuso” e “espontâneo” também são alguns dos adjetivos frequentemente usados, ainda hoje, para se falar dos modos de comunicação nas redes sociais da Internet.

Em um primeiro momento, há uma percepção relativamente comum que nos leva a pensar que os fluxos de informação através de mídias sociais na Internet não constituem nada além de narrativas vãs e absolutamente despolitizadas. Sob essa percepção, as redes sociais na Internet seriam tão somente máquinas de entretenimento fútil, uma espécie de instrumento de dispersão e tergiversação em massa. E, de fato, essa não é uma avaliação inteiramente despropositada, haja vista que as redes sociais da Internet - particularmente o *Facebook* e o *Twitter*, as mais famosas no Brasil no ano de 2013 - são arquitetadas em função de um modelo de negócios específico de uma empresa ou corporação transnacional. Esse modelo de negócio, por sua vez, é baseado na segmentação de consumidores de informações e venda de propaganda para nichos de mercado.

Ou seja, o usuário de redes sociais é simultaneamente, por um lado, o consumidor de um serviço específico de mídia e entretenimento, e, por outro lado, o próprio produto a ser vendido ou a matéria prima da propaganda a ser distribuída e consumida (capitalismo cognitivo). Nesse sentido é perfeitamente compreensível, e em larga medida adequado, que se atribua às redes sociais da Internet o caráter de espaço de esvaziamento crítico, um lugar de reificação dos sujeitos tornados produtos de marketing e propaganda. Pensando em uma perspectiva de formação ideológica, é perfeitamente coerente argumentar que as redes sociais da Internet acabam promovendo um esgarçamento do tecido social. E isso, justamente, por serem espaços de produção e reificação de sujeitos-mercadoria, espaços onde se incute a ideia de que todas as formas de interação e modos de comunicação são simples epifenômenos da propaganda

e do marketing, ou seja, subprodutos de determinações econômicas e dominância mercadológica. Nesse sentido, plataformas como o *Facebook* e o *Twitter* também exercem o mesmo papel de lugares como *shopping centers* e outros espaços de compra e venda de mercadorias, lugares que representam verdadeiros arquétipos de vida em sociedade para típicas subjetividades ultraliberais⁸⁰.

A estrutura e o modelo de negócios das redes sociais da Internet estimulam em seus usuários uma percepção na qual as distinções entre as dimensões do público e do privado passam a ser dirimidas e invalidadas. As relações concretas e materiais de existência são como que obnubiladas e obliteradas em uma nuvem de comunicação virtual. Nas redes sociais da Internet somos levados a pensar que podemos armazenar todas as relações “na nuvem” e depois distribuí-las em streaming de notícias, tal como as imagens e áudios que captamos em dispositivos telemáticos e transformamos em dados digitais. Entretanto, a “nuvem” - ou qualquer outro sistema de armazenamento de dados digitalizados - não comporta e tão pouco é capaz de exprimir a materialidade das relações sociais e a dimensão dos encontros e reciprocidade que constitui as ações sociais. Há todo um conjunto de conceitos e terminologias (virtual, ciberespaço, *streaming*...) referentes ao mundo das tecnologias de informação e comunicação que nos levam a pensar os fluxos informacionais nas redes da Internet, bem como todos os efeitos desses fluxos, como algo essencialmente espontâneo, difuso, da ordem de uma segunda natureza propriamente informacional.

Um dos termos frequentemente utilizados quando se quer expressar uma das principais características dos fluxos informacionais nas plataformas de comunicação da Internet é o termo “viral”. Ocorre que esse termo, ainda que expresse uma dimensão importante da comunicação na Internet, a saber, a rápida difusão das informações, também nos leva a pensar um processo de contágio e influência, tal como opera aquilo que entendemos na terminologia biológico por “vírus”. Ora, se os efeitos da comunicação na Internet se dão como em um processo de vazamento de dados, fluxo ou ondas informacionais,

⁸⁰ DUFOR 2005.

este processo não ocorre de modo necessariamente deletério e de maneira a produzir imunidade dos organismos afetados, tal como ocorre nos processos virais. A transmissão massiva, automatizada e em escala industrial das informações nas redes da Internet tem efeitos tanto de desinformação e desconstrução de narrativas em função de interesses nem sempre republicanos e democráticos, quanto de constituição de outras narrativas capazes de ampliar e reverberar o debate público em torno de questões atinentes à sociedade civil e interesse coletivo.

Essa ambivalência da comunicação através de redes digitais faz de plataformas como o *Facebook* e o *Twitter* tanto fatores de produção de discursos disruptivos ou fatores de esgarçamento do tecido social, quanto fatores de adensamento de narrativas, aglomeração e enxameamento de indignações, medos, ódios e expectativas. Entretanto, isso não é tudo. Para compreender o que há de realmente difuso, espontâneo e vão nas mídias sociais, para conhecer qual é o real potencial de esvaziamento político e crítico das redes sociais da Internet, faz-se necessário desconfiar das proposições e saberes imediatos e espontâneos, afim de precaver-se contra ilusões apodíticas. De fato, as redes sociais da Internet são plataformas de comunicação e entretenimento com os atributos e efeitos possíveis que observamos acima. Todavia, estabelece-se uma falsa relação dedutiva quando, dessa primeira premissa, deduz-se: “logo há uma vacuidade crítica e política nessas redes”. E a falsidade dessa dedução se dá, precisamente, porque não há qualquer relação causal e unilinear entre redes sociais da Internet e manifestações políticas e culturais. Não obstante, disso também não podemos aduzir que não existem quaisquer relações entre manifestações sociais nas ruas e a dinâmica das redes sociais da Internet.

Há sim relações, porém, elas não se dão como causalidade unilateral. As relações entre as ruas e as redes não se estruturam ora horizontalmente e ora verticalmente, mas sim de modo rizomático e reticular, como confluência de múltiplos efeitos discursivos, políticos e simbólicos. Efeitos que são produzidos não exclusivamente por instâncias centrais e centralizadoras de deliberação política-institucional (partidos, sindicatos, associações, etc.), mas sim pela profusão de regimes discursivos e tipos de ação social. É possível, e julgamos

adequado, estabelecer uma correspondência estrutural entre o processo de formação de multidões nas ruas brasileiras em junho de 2013 e a dinâmica de formação de redes sociais através das plataformas digitais de comunicação e outras formas de interação. Desse modo, os limites, liames e limiares entre as ruas e as redes se nos apresentam cada vez menos abstrusos e espontâneos na medida em que buscamos compreender suas interseções não em termos ideológicos ou daquilo que aliena, mas sim em termos de superposição de dimensões, conexão e fusão de horizontes de sentido.

Nos dizeres de Paulo Arantes⁸¹, as demandas das manifestações *sugerem um limiar que no fundo ainda não se ousou transpor*. Ao referir-se de modo enigmático às revoltas de junho de 2013, como *um limiar* que ainda não foi transposto, Paulo Arantes não aponta para um raio em dia de sol. No que diz respeito ao tema aqui abordado, as massivas mobilizações nas ruas e os usos igualmente massivos de redes sociais *on-line* também não são fenômenos inteiramente aleatórios e sem conexão alguma. Em seu posfácio à edição brasileira, CASTELLS 2013⁸² enfatiza logo de início: *Aconteceu também no Brasil*. Castells defende o caráter relativamente espontâneo das manifestações pelo mundo reiteradas vezes em seu livro, além de revelar um otimismo também recorrente em relação ao potencial da Internet para fomentar práticas cidadãs e desenvolver a Democracia. Outro autor (LÉVY 1999) justificará a existência de uma *ciberdemocracia*. Entretanto, para além dessa defesa e desse otimismo, a expressão enfática no início do posfácio do livro de Manuel Castells também não é, de modo algum, casual. No contexto da obra de Castells, o caso das manifestações de junho de 2013 não é um ponto fora da curva em suas pesquisas, mas antes a realização de um prognóstico, fruto de uma longa análise que Castells realizou a propósito das conexões entre as redes da Internet e as manifestações de rua ao redor do planeta.

O acesso à Internet e a popularização das redes sociais digitais têm transformado significativamente o panorama das manifestações populares de protesto no mundo inteiro. Alguns exemplos recentes e emblemáticos de

⁸¹ Entrevista com Paulo Arantes para o Estado de São Paulo no dia 26/06/2013.

⁸² CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperanças*.

manifestações com grandes e significativas mobilizações realizadas também através da Internet são:

- Tunísia e Egito (Primavera Árabe – eclodiu em 2011), com demandas por um estado de bem-estar social que garanta condições mais dignas de vida;
- Israel (2011), com mais de 300 mil pessoas nas ruas solicitando intervenção do Estado na regulação dos preços das habitações;
- Estados Unidos da América (Movimento *Occupy Wall Street* - 2011), propondo amplas reflexões sobre a crise financeira global e o sistema econômico e político;
- Espanha (Movimento 15M ou Os Indignados), manifestações ocorridas em 2011 que resultaram em novas opções políticas, como o partido *Podemos*. Os Indignados demandavam melhores condições de exercício da cidadania e possibilidades reais de contraposição ao sistema financeiro global;
- Chile (Mobilizações estudantis em 2011-2012), tendo como pauta principal a educação pública de qualidade e gratuita.

Considerando as devidas particularidades locais e não obstante as distinções culturais e geopolíticas desses eventos, dois aspectos comuns podem ser destacados em todas essas manifestações. Primeiro, temos uma expansão do acesso às mídias digitais⁸³ que ampliou o potencial de mobilização dos movimentos sociais, de organização de protestos e de confluência de interesses. Alguns desses interesses, com as mais diferentes motivações político-ideológicas. Essa expansão resultou no crescimento das possibilidades de interação e comunicação em tempo real entre milhares ou milhões de pessoas conectadas à Internet no mundo inteiro. Este crescimento, por sua vez, tem representado um importante contraponto às narrativas hegemônicas e aos discursos das mídias tradicionais do mundo. Um contraponto resultante, seja da ação conscientemente orientada de ativistas e movimentos sociais, seja da ação motivada por diversos interesses de internautas; sujeitos que encontram na Internet e nas mídias digitais novos

⁸³ Dados estatísticos sobre a expansão do acesso às mídias digitais na última década. Cf. SORJ 2003, FAUSTO&SORJ 2016 e 2015.

meios de comunicação mais propícios para expressar suas visões de mundo e desenvolver uma comunicação de modo mais horizontal, emancipado, autônomo e aparentemente livre da ingerência das grandes corporações de mídia empresarial. Novos meios capazes de transformar os sujeitos usuários dessas mídias digitais, de meros telespectadores passivos, em agentes simultaneamente produtores e consumidores de informações.

O contraponto (harmônico ou não) entre as mídias da Internet e a imprensa empresarial tradicional é real e pode ser constatado por algumas das mais recentes pesquisas sobre a mídia no Brasil⁸⁴. Todavia, é importante observar que, dada a importância que o *príncipe eletrônico* ou o chamado *quarto poder* tem de influenciar os processos sociais globais e locais, e dado o fato de, atualmente, esse *quarto poder* ser majoritariamente controlado por grandes corporações; trata-se, aqui, menos de um contraponto no sentido de contraposição e bem mais de um contraponto harmônico, norteado por um único centro discursivo, um único centro tonal, onde duas linhas discursivas - como linhas melódicas no sistema de música tonal - interagem modulando dissensos (dissonâncias) de forma centrífuga e consensos (consonâncias) de forma centrípeta. E nessa sinfonia de regimes discursivos e exercícios tonais de poder, não há que se minimizar ou negligenciar os efeitos do controle - hoje ainda hegemônico - das grandes imprensas corporativas e empresariais no que diz respeito à formação de uma opinião pública. No Brasil esses efeitos também têm sido significativos. E, particularmente durante o período das manifestações de junho de 2013, o controle que as grandes corporações midiáticas têm exercido sobre os meios de comunicação e os fluxos informacionais incidem sensivelmente na configuração da opinião pública.

Cartazes dispersos nas manifestações revelaram que os jovens manifestantes se consideravam “sem voz pública”, isto é, sem canais para se expressar e ter sua voz ouvida. Ou melhor, a voz deles não se expressa nem é ouvida publicamente. Vale dizer que as TICs (sobretudo as redes sociais virtuais acessadas via telefonia móvel) não garantem a inclusão dos jovens – nem de vários outros seguimentos da sociedade brasileira – no debate público cujo monopólio é exercido pela velha mídia. MARICATO 2013, pág. 90.

⁸⁴ INTERVOZES 2014; SILVA & STABILE 2016; UNESCO 2017.

Há ainda um segundo aspecto comum entre essas manifestações que têm surgido nos mais distintos países: as pautas de reivindicações. Todas, de um modo ou de outro, ligadas a uma aspiração por democracia real, por condições de exercício da cidadania mais justas e mais igualitárias frente ao sistema de fluxos financeiros globais, frente à expansão dos mercados de capital rentista em detrimento do capital produtivo regulado pelo Estado. Esse Estado, democrático e de direito que, em tese, deveria garantir direitos sociais fundamentais, mas que, num contexto de globalização neoliberal, tende a atuar primordialmente como potencializador de mercados, através de uma administração gerencial tecnoburocrática voltada exclusivamente para o capital financeiro e para interesses supranacionais de grandes corporações e oligopólios transnacionais. E junto desse segundo aspecto comum das manifestações, dessas pautas de reivindicações, também surgem manifestações contrárias aos princípios democráticos e republicanos. Manifestações que decorrem ora de convicções autoritárias e abertamente reacionárias, ora de uma profunda descrença com o sistema político institucional e ora de um inconformismo em não compreender as próprias manifestações locais como resultado da dinâmica mais ampla do capitalismo global.

Junho de 2013 é, em grande parte, resultado da confluência de dois processos: o primeiro refere-se à entrada do Brasil, a partir de 2003, em um “ciclo de acumulação flexível ou pós-fordista” (regime de acumulação do capital fundado, preponderantemente, na internacionalização das relações de produção e organização do trabalho) com impactos significativos no mundo do trabalho. Isso implicou no fato de que amplas camadas da população, em sua maioria jovens entre 18 e 28 anos de idade, começaram a ingressar no emprego formal, sobretudo no setor de serviços. E esse aumento de jovens no mercado de trabalho formal também foi acompanhado de uma progressiva precarização das condições de trabalho as quais este contingente de jovens passou a ser submetido⁸⁵. O segundo processo diz respeito à eclosão e intensificação de reivindicações pelos direitos ao espaço público e à garantia da mobilidade urbana. Essas reivindicações foram levadas a frente

⁸⁵ Ruy Braga In. MARICATO 2013, págs. 79-82.

principalmente por movimentos populares de jovens e estudantes que se manifestavam pela redução das taxas de transporte público em suas cidades.

Os efeitos e limites da confluência desses dois processos encontraram sua expressão emblemática nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. Nos principais meios de comunicação brasileiros, tornou-se lugar comum identificar junho de 2013 a uma insurreição de uma “nova classe média”. Segundo POCHMANN 2012, porém, tratava-se de uma nova classe trabalhadora descrita e analisada por Ruy Braga como parte do novo “preariado” brasileiro. A percepção que foi se consolidando na opinião pública, entre os anos 2003 e 2013, foi a de que a expansão daquela nova classe trabalhadora se deu não apenas e prioritariamente em função do aumento da capacidade de consumo dos novos trabalhadores, mas em larga medida na contramão e em detrimento da consolidação de direitos sociais e trabalhistas.

Em junho de 2013, diante da crise de representatividade da democracia gerencial brasileira, as formas de resistências, os anseios de emancipação e as mobilizações por direitos sociais, todas essas manifestações apresentam sinais de um esgotamento dos modos até então tradicionais pelos quais partidos políticos e demais instituições do Estado e da sociedade civil protestavam e manifestavam suas reivindicações. Em outra análise de conjuntura, junho de 2013 significou o esgotamento do *lulismo* e do *pemedebismo*, modelos de mediação de conflitos sociais e amplos pactos e alianças a fim de garantir uma governabilidade⁸⁶. Esse esgotamento de formas típicas de ação coletiva e mobilização política não é de modo algum apanágio de junho de 2013. No Brasil, intelectuais como Octávio Ianni já apontavam para os efeitos de uma reconfiguração dos modelos de comunicação de massas na formação de uma opinião pública com potencial de mobilização civil.

Segundo Ianni, o advento de um *príncipe eletrônico*, manifesto nos oligopólios das corporações midiáticas, seria um dos fatores mais relevantes para a crise de representação dos partidos políticos tradicionais. As funções de hegemonização cultural dos organismos estatais, atribuídas por Gramsci ao que ele chamou de *moderno príncipe*, já não mais se mostravam tão eficazes e

⁸⁶ NOBRE 2013.

legítimas, dados o atual estágio de formação de uma sociedade civil global e as transformações nos modos midiáticos de produção e circulação da informação. As formas de manifestação política e mobilização social que tradicionalmente se davam de acordo com as proposições de partidos, sindicatos e associações em um modelo pastoral de organização e centralização de deliberações, agora, paulatinamente passam por uma reconfiguração. De modo que surge um novo tipo de sujeito que se manifesta, não mais um sujeito político institucionalmente situado, mas cada vez mais um sujeito individualizado, a expressão brasileira mais recente de um *homo oeconomicus* neoliberal, um indivíduo sujeitado, indiferente, conformado e acomodado em sua servidão voluntária diante de uma vida determinada pela expectativa de consumo.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E RECORTE CRONOLÓGICO

O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate. A história ensina também a rir das solenidades da origem (...). A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo, ela está do lado dos deuses e para narrá-la se canta sempre uma teogonia. Mas o começo histórico é baixo, não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfases. FOUCAULT, In. *Microfísica do Poder*, pág.18.

Ainda que junho de 2013 tenha se mostrado um período de intensas revoltas e emblemáticas manifestações populares em todo o Brasil, uma pesquisa que vise compreender as mobilizações de protesto que têm marcado a nossa história política recente - por mais específica e pontual que seja essa pesquisa - não se restringe ao período de junho de 2013. Temos aqui um truísmo, a não ser que se propugne uma análise a despeito dos movimentos, sínopes e *disparates* históricos; o que não é o nosso caso.

De todo modo, não obstante termos estabelecido uma periodização para efeitos de pesquisa morfológica, reafirmamos esse truísmo a fim de afastar a noção de que os processos e efeitos das manifestações aqui analisadas circunscrevem-se estritamente, como um ponto de origem, à junho de 2013 ou à interpretações particulares sobre os sentidos, as causas e os resultados

daquelas manifestações. E é importante reafirmarmos esse truísmo porque passados quase seis anos daquele mês de junho, ainda hoje, algumas das narrativas mais recorrentes na mídia, na opinião pública e mesmo em meios acadêmicos estão permeadas dessas noções que caracterizam junho de 2013 como um fenômeno ou conjunto de eventos difusos, inesperados e espontâneos. Algo como um átimo caótico em um amplo e ordenado processo histórico, um ponto fora da curva, um raio em dia de sol, tão fugaz e casual quanto de baixa relevância para um entendimento conjuntural mais sólido das recentes dinâmicas culturais e políticas do Brasil.

Nesse sentido, é também importante dizer que aquelas manifestações que marcaram nossa história política recente não começaram em junho de 2013 e ainda, como afirma a socióloga Ângela Alonso, *junho de 2013 é um mês que não terminou*⁸⁷. Os começos e os términos dos processos sociais são passíveis de descrição e análise. E, se queremos compreender tais processos, é necessário que assim o façamos. Sem embargo, em última instância e de fato os fenômenos sociais e movimentos históricos não são subsumíveis aos nossos esquemas analíticos e perspectivas teórico-conceituais, sempre datados e situados. Por mais geniais que sejam esses esquemas, por mais que pensemos metodicamente em termos de representações coletivas bem fundadas empiricamente e por mais difícil que seja para alguns de nós admitirmos os limites das teorias, ainda assim, tudo o que conseguimos é estabelecer nexos, realizar prognósticos e apontar tendências, o que não é pouco, desde que feito com o devido rigor e acuidade teórico-metodológica. Porém, ainda assim não é algo que nos autorize a denotar nenhum atributo mântico.

No mais, continuamos a ser incitados e impelidos pelo tempo como *motor imóvel e imagem móvel da eternidade*⁸⁸, como uma representação daquilo que é, em si, da dimensão do imponderável e inefável. Continuamos a ser exortados a interpretar os sinais do tempo. E o tempo continua sendo aquele que só se deixa sentir como indício, no átimo e no fortuito, tão plenos quanto inapreensíveis. O tempo, enquanto processo e dinâmica de acontecimentos, só

⁸⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>

⁸⁸ Referências a Aristóteles e Platão, respectivamente.

se mostra naquele instante inesperado em que não atentamos para ele, em que ele nos escapa, ou naquele momento em que ainda não temos condições de questioná-lo⁸⁹. Porém, a consciência da imponderabilidade e inefabilidade do tempo não nos autoriza a desistir da razão e abdicar da vontade de entendimento que é, em outros termos, vontade de mudança. Pelo contrário, conscientes do tempo, concluímos necessariamente que é inevitável esperar o inesperado.

E aqui, julgamos que foi também movido por essa concepção um tanto enigmática dos sentidos e vocações suscitadas em seu tempo, que atores e sujeitos envolvidos nas manifestações de junho de 2013 pensaram e se moveram nas ruas e nas redes de comunicação. Muitos se manifestaram nas ruas e nas redes em junho de 2013 esperando o inesperado, alguns pelo fato de não conseguirem conceber perspectivas possíveis diante do aparente caos político que se anunciava, um caos que contradizia modelos e concepções tradicionais de representação, deliberação e participação democráticas, uma sensação de caos fomentada em grande parte pelas estratégias de diversionismo midiático que estabelecem um clima de permanente dissonância cognitiva. Outros ainda manifestavam-se movidos pela intuição da potência do inesperado, diante da sensação de ocaso de um sistema político. E, ao atuarem nas ruas e nas redes, visavam justamente o adensamento, enxameamento, a perda de controle e difusão da profusão de indignações e expectativas populares. Desse modo, esperar o inesperado também foi o diapasão dos dois movimentos aqui pesquisados; o MPL e a Mídia Ninja.

Ao reconhecerem a si próprios como coletivos independentes, autonomistas, horizontais e descentralizados, sem lideranças formais e cujo principal objetivo é viabilizar a livre expressão de insatisfações e percepções populares, grupos como o MPL e a Mídia Ninja acabavam criando espaços nem sempre esperados de ação coletiva e de fluxos de informações com potencial de transformação social. A articulação de movimentos sociais nas ruas e também as redes sociais da Internet são exemplos desses espaços de

⁸⁹ Em sua obra *Confissões*, Santo Agostinho se perguntava sobre o que é o tempo. E ao buscar uma resposta, dizia em seguida: *se ninguém me pergunta, eu sei; se quiser explicar para quem me pergunta, já não sei.*

profusão e fluxo permanente de ação coletiva e comunicativa. Diante desses processos que ensejaram espaços inesperados de ação coletiva e atos conectivos, e buscando uma adequada compreensão das manifestações de junho no Brasil e suas relações com o fenômeno das mídias sociais na Internet, também julgamos necessário um recuo e enquadramento histórico de modo a estabelecer nexos entre as manifestações de junho e os processos sociais antecedentes e referentes.

Com isso, queremos situar as relações aqui analisadas em um quadro interpretativo que nos auxilie na compreensão das formas de ação coletiva, dos modos de ação política e mobilização social e suas inflexões em nossa história recente; inflexões que indicam transformações nos modos de constituição da opinião pública face às novas tecnologias de informação e comunicação. Tratam-se, pois, de inflexões que não ocorrem de maneira unilinear nem resultam em relações necessárias de causa e efeito. Ou seja, elas vão das instâncias tradicionais de participação política (partidos, sindicatos, associações, etc.) aos espaços públicos e privados de interação e formação de uma opinião pública (redes de familiares, amigos e conhecidos sem vínculos institucionais mais orgânicos, ambientes virtuais de comunicação e espaços midiáticos em geral), de um lado a outro e vice-versa.

E é a partir dessas inflexões que buscamos as conexões possíveis entre os processos históricos de ação coletiva na sociedade brasileira e as dinâmicas de produção e circulação de informações nas redes sociais que se formam na Internet e a partir da Internet. Desse modo, julgamos que algumas pesquisas de opinião sobre o prestígio das redes digitais diante de novas e tradicionais formas de mobilização social são indiciárias de algumas dessas conexões possíveis. E aqui destacamos as avaliações feitas na pesquisa Datafolha do dia 18 de junho de 2013, onde se declara:

REDES SOCIAIS TÊM MAIS PRESTÍGIO E INFLUÊNCIA QUE POLÍTICOS E INSTITUIÇÕES

Entre uma série de instituições, que incluem Congresso Nacional, Presidência da República, Igreja Católica e Imprensa, além de redes sociais, estas últimas alcançaram maior prestígio e importância na sociedade brasileira, segundo os paulistanos.

Para 65%, as redes sociais na internet tem muito prestígio na sociedade brasileira, enquanto 21% avaliam que tem pouco

prestígio, e 8%, nenhum prestígio. A fatia dos que avaliam as redes sociais com muito prestígio é maior do que a verificada para a imprensa (61%), Em seguida, considerando somente a taxa de muito prestígio, aparecem Igreja Católica (35%), Forças Armadas (27%), Igreja Universal do Reino de Deus (28%), sindicato de trabalhadores (20%), Poder Judiciário, incluindo juízes e promotores (20%), Presidência da República e ministérios (19%), partidos políticos (16%) e Congresso Nacional, incluindo deputados federais e senadores (12%).

Uma comparação com pesquisa realizada em março de 2007 mostra que todas as instituições perderam prestígio desde então. Nessa pesquisa, em que redes sociais não foram incluídas, a imprensa era considerada como portadora de muito prestígio por 65%, o índice mais alto. Em seguida aparecia Igreja Católica (52%), Forças Armadas (38%), Igreja Universal (36%) e sindicatos de trabalhadores (36%). O Congresso Nacional tinha o menor percentual de muito prestígio (20%).

Sobre a capacidade de influência de cada uma dessas instituições, além das redes sociais, 72% dizem que estas últimas têm muita influência na sociedade brasileira, outros 18% avaliam que tem pouca influência, e 5%, nenhuma influência. O índice de muita influência obtido pelas redes sociais, neste caso, é similar ao verificado quando citada a imprensa (70%). A Igreja Católica (34%) e a Igreja Universal do Reino de Deus (32%) vêm a seguir, com o mesmo patamar de grande influência, segundo os paulistanos. Os partidos políticos têm muita influência na avaliação de 28%, seguidos por sindicatos de trabalhadores (27%), Congresso Nacional, incluindo deputados federais e senadores (26%) e Forças Armadas (25%).

Quando comparado ao resultado de 2007, somente a capacidade de muita influência da imprensa não caiu desde então. As redes sociais também não estavam incluídas nessa pesquisa, que tinha a Presidência da República avaliada por 52% como muito capaz de influenciar a sociedade brasileira. Em seguida apareciam Igreja Católica (49%), Poder Judiciário (47%) e Congresso Nacional (45%)⁹⁰.

Partindo do que conseguimos aduzir dessas pesquisas, tomamos como parâmetro comparativo e referencial analítico dois conjuntos de fenômenos e mobilizações sociais⁹¹. De um lado, algumas das primeiras manifestações de protesto onde se fez uso das novas mídias e redes digitais, a saber, aquelas manifestações situadas nos contextos dos movimentos antiglobalização e altermundialização (Ação Global dos Povos – AGP; Movimento Zapatista; Primavera Árabe, Occupy Wall Street, 15M)⁹². De outro lado – a fim de situar o

⁹⁰ Cf. Estatísticas sobre junho de 2013, acessos e usos de TICs no Brasil - gráficos referentes aos anos 2012 e 2013.

⁹¹ ALONSO 2009; CASTELLS 2013; FAUSTO&SORJ 2015; GOHN 1997; TOURAINE 2006; WALLERSTEIN 2002.

⁹² LÖWY 2008.

Movimento Passe Livre e a Mídia Ninja em um panorama mais abrangente de movimentos sociais no Brasil diante do processo de reestruturação do capitalismo global - um conjunto de mobilizações sociais nos contextos brasileiros que vão do início da abertura política, no ano de 1974, até o contexto atual da Nova República.

E aqui destacamos, primeiro as greves e movimentos operários no ABC Paulista, depois algumas das recentes manifestações em várias cidades brasileiras pela redução de passagens de transporte público e pela tarifa zero. Manifestações estas que contam com a participação – mas, sobretudo, com a interação - de estudantes e de uma nova categoria de trabalhadores, a qual o sociólogo Ruy Braga denominou *precarizado*⁹³. Para fins de extração de dados referentes às ações do MPL e da Mídia Ninja nas ruas e nas redes sociais, seguimos uma periodização que vai do dia 6 de junho ao dia 29 de junho; levando em conta uma primeira fase contextual que perpassa e encontra-se distribuída por todo o período das manifestações de junho. Apresentamos, pois, essa periodização⁹⁴ sob os seguintes títulos:

I. Antecedentes das manifestações ou Pré-Junho de 2013:

A julgar pela recorrência com que ainda hoje se alude a junho de 2013 nos principais noticiários sobre questões políticas no Brasil, de fato é possível asseverar que *junho de 2013 é um mês que não acabou*⁹⁵. Todavia, em se tratando de análise de processos históricos, o mesmo juízo de suspensão ou prolongamento do término das manifestações e seus efeitos na conjuntura política brasileira também podem ser atribuídos ao início e aos fatores que ensejaram aquelas manifestações. Assim, também é possível dizer que aquele sismo ou paroxismo de indignações e expectativas em junho de 2013, realmente, não começou naquele ano e mês.

⁹³ MARICATO; BRAGA Et. al 2013.

⁹⁴ Essa cronologia foi formulada a partir das seguintes fontes bibliográficas, jornalísticas e audiovisuais:

* Relatório “Protestos no Brasil 2013” (Link: <http://artigo19.org/?p=4967>). Realizado pela ONG de direitos humanos Artigo 19 (Link: <http://artigo19.org/>). Acessado no dia 20/12/2018.

* <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/07/confira-o-saldo-dos-protestos-que-aconteceram-em-todo-o-pais>. Acessado no dia 20/11/2018.

* <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb>. Acessado no dia 20/11/2018.

⁹⁵ Cf. Nota 33.

Qualquer tentativa de delimitar cabalmente as origens de um dado contexto é sempre deficitária e guarda mesmo algo de ficcional, entretanto, é necessário estabelecer algum critério de avaliação para que possamos encadear argumentos de modo coerente e compreender conjunturas. Nesse sentido, chamando a atenção para a composição dos manifestantes e estrutura social que gestou junho de 2013, o sociólogo Ruy Braga afirma:

Pesquisa da empresa de consultoria Plus Marketing na passeata de 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro mostrou que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos. A idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos. Dados colhidos em Belo Horizonte apontam na mesma direção.

Se os grupos pauperizados que dependem do programa Bolsa Família e os setores organizados da classe trabalhadora que em anos recentes conquistaram aumentos salariais acima da inflação ainda não entraram na cena política, o “precariado” (...) está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento.

Os aumentos nos gastos sociais não aliviam quase nada as carências desses setores. Uma pesquisa nacional realizada pelo Ibope⁹⁶ durante as passeatas do mês de junho de 2013 mostrou que os problemas mais citados pelos manifestantes eram a saúde (78%), a segurança pública (55%) e a educação (52%). Ademais, 77% dos entrevistados mencionaram a melhoria do transporte público como a principal razão dos protestos. Estamos diante de um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade. Ruy Braga, In. MARICATO Et. al. 2013, pág. 82.

Outro aspecto contextual que se pode destacar como fator que contribuiu para o advento das manifestações de junho foi o aumento dos conflitos sociais no primeiro governo Dilma Rousseff. Emblemático desse período foi a greve dos docentes das Universidades Federais e a greve dos servidores técnico-administrativos das Instituições de Ensino Federais que fizeram do ano de 2012 o ano das greves nacionais da educação. Ademais, dados do DIEESE dão conta de que o ano de 2012 teve a maior quantidade de greves desde o ano de 1997, e em 2013 o Brasil passou por 2050 greves, índice 134% maior que o registrado no ano anterior de 877 greves. De modo geral, é possível

⁹⁶ Cf. Pesquisa Ibope.

afirmar que o registro do aumento desses conflitos sociais indicam a deterioração da renda média dos trabalhadores de diversos setores.

Toda essa efervescência adicionou mais pressão ao contexto de conflitos sociais que já vinham explodindo há algum tempo e que, em junho de 2013, ganharam uma dimensão e notoriedade ímpar, somados às demandas cada vez mais urgentes e recorrentes em várias capitais brasileiras, demandas por melhores condições de mobilidade urbana que o MPL levou ao nível da ação direta e permanente de enfrentamento nas ruas. O objetivo do MPL é ocupar os espaços públicos para reivindicar melhores condições de mobilidade e chamar a atenção para um processo de gentrificação e privatização dos modos de locomoção dos cidadãos. E esse objetivo tem um motivo muito claro: o entendimento de que vivemos um progressivo processo de precarização das condições de mobilidade nas capitais brasileiras. E a propósito desse processo de precarização podemos citar:

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que os preços médios da tarifa, no Brasil, mais que dobraram entre 2002 e 2013, com correção de 139,56%, superando de longe a alta de 104,46% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Se o parâmetro de comparação for o Plano Real, editado em julho de 1994, o quadro é ainda mais desfavorável aos trabalhadores: os reajustes atingiram 647,21% contra inflação de 332,33%.

Com base nos números do IBGE, uma passagem de ônibus e metrô que custava R\$ 0,50 em 1994 sai hoje por R\$ 3,24. Ou seja, um trabalhador que gastava R\$ 240 com uma tarifa de ida e outra de volta por ano, agora é obrigado a desembolsar R\$ 780. “As tarifas de ônibus e metrô, de fato, subiram mais que a inflação e isso pesou demais para os trabalhadores”, observou André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos. Segundo ele, aumentos substanciais como esse criaram um desconforto na população. Os R\$ 0,20 a mais nas passagens em São Paulo só foram o estopim para as manifestações⁹⁷.

O adensamento desses conflitos ensejaram o contexto de ebulição de indignações que culminaram em junho de 2013. Já no ano de 2013, temos outros indicadores e avaliações de conjuntura significativas para compreender

⁹⁷ Correio Brasiliense Economia: *Entre 2002 e 2013, as passagens de ônibus ficam 139,56% mais caras.*
Link: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/06/19/internas_economia,372156/entre-2002-e-2013-as-passagens-de-onibus-ficam-139-56-mais-caras.shtml Acessado em 20/11/2018.

tanto os antecedentes quanto os próprios acontecimentos naqueles fatídicos dias de junho:

A ARTIGO 19 realizou um levantamento de todos os protestos realizados entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013, com base em registros e reportagens veiculados no jornal “Folha de S. Paulo”, no site do Movimento Passe Livre e da ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, chegando aos seguintes números sobre a violência e as violações nos protestos: 696 Protestos; 15 Manifestações com mais de 50 mil pessoas; 16 Manifestações com mais de 10 feridos; 112 usos de armas não-letais; 10 usos de arma de fogo; 8 mortes; 837 pessoas feridas 2608 pessoas detidas; 117 jornalistas agredidos ou feridos; 10 jornalistas detidos. ONG ARTIGO 19, pág. 28⁹⁸.

O ano de 2013 representa uma mudança na estrutura dos protestos sociais que vinham acontecendo nos últimos anos no país. Desde meados dos anos de 1990, os principais protestos eram geralmente organizados por movimentos sociais atuantes (como o MST) e partidos políticos de esquerda, sendo que aqueles que tinham um número maior de participantes não chegavam a índices tão grandes quanto aos das manifestações pelas Diretas ou pelo impeachment do presidente Collor, nem à amplitude de grupos e classes sociais que aderiram àqueles protestos.

No início desse ano, destacaram-se protestos de movimentos organizados (especialmente movimento de mulheres e LGBT) contra a indicação de um deputado, conhecido por sua oposição aos movimentos de defesa de direitos humanos, para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, espaço historicamente ocupado por parlamentares ligados às lutas por direitos e emancipação das minorias no país. A questão difundiu-se amplamente pelas mídias sociais na internet, repercutindo também nos veículos de mídia tradicionais, e foi tema central da ação desses movimentos nos primeiros meses de 2013. O impacto desses protestos foi sentido pelo deputado, que ordenou a detenção de dois manifestantes por injúria na Câmara dos Deputados. Ainda assim, os protestos não se massificaram e perderam a visibilidade depois de alguns meses. ONG ARTIGO 19, págs. 18-19⁹⁹.

O MPL já vinha se manifestando periodicamente desde 2003, com a Revolta do Buzu em Natal, e desde 2005 quando de sua constituição formal como movimento orgânico no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Foi também devido a essas ações diretas, táticas e programáticas de enfrentamento que os protestos de junho foram difundidos e transformados nas

⁹⁸ Cf. MARQUES 2013.

⁹⁹ Idem.

emblemáticas Manifestações de Junho de 2013. Essas ações diretas de enfrentamento acabaram por conjugar uma série de indignações, demandas e expectativas sociais já latentes, apresentando todas as suas consequências de repressão policial, depredação de propriedades públicas e privadas, manifestação de um clima crescente de polarização política e configuração de uma opinião pública a respeito dos sentidos de junho de 2013¹⁰⁰.

No que se refere ao clima de crescente polarização política percebido naquele ano de 2013, julgamos importante destacar algo sobre a polarização que pode parecer óbvio, mas que nossa cultura política recente¹⁰¹ tem obnubilado, fazendo parecer que a polarização é um vício, desvio de conduta ou resultado de um distúrbio de nosso sistema político. Essa mesma cultura política que, a partir de uma leitura que fazemos de NOBRE 2013, tem sido movida por estratégias de coalizão e um ideal pragmático-conciliatório de governabilidade que reproduz, em larga medida, uma mítica cordialidade¹⁰² do povo brasileiro. E, de fato, essas percepções sobre o fenômeno da polarização têm vindo à tona desde aquelas manifestações, gerando grande polêmica e muitas vezes dando a tônica das pautas políticas na mídia tradicional brasileira e nos demais canais de comunicação e expressão da opinião pública. Ocorre que, a esse respeito, o que julgamos merecer uma reflexão mais atenta é o fato de que a polarização política não é um corolário ou consequência exclusiva das manifestações de junho de 2013, nem de qualquer outro evento político em particular de nossa história recente pós-redemocratização.

A polarização entendida, aqui, como defesa contundente e radical de posições dissonantes é, na verdade, uma expressão do dissenso elevado ao paroxismo. Trata-se, portanto, de um efeito do acirramento de conflitos sociais e das tentativas de dirimi-los ou equacioná-los. Em outros termos, devido à vontade ineludível de encontrar consensos e ao fato inexorável de que a vida política é feita de dissensos, a polarização é uma tendência inelutável da vida política e talvez mesmo da condição humana. No mais, a polarização política em sentido amplo não é um apanágio deste ou daquele momento histórico

¹⁰⁰ Cf. Pesquisa Ibope

¹⁰¹ Cf. NOBRE 2013.

¹⁰² Cf. SOUZA 2016.

específico, tão pouco uma consequência direta da ampliação dos fluxos de informação e profusão de redes sociais que as novas tecnologias telemáticas propiciam. Os conflitos são atributos de toda ação política, assim como os consensos, os contratos e a busca por coesão a partir da obediência a normas estabelecidas constituem expressões daquilo que conhecemos pelo nome de 'social'.

Um entendimento dos contextos históricos que suscitaram aquilo que chamávamos de 'político' e que, com o advento da modernidade, passamos a chamar de 'social' - aqueles processos que autores como Hannah Arendt e Jurgen Habermas denominaram declínio e reconfiguração estrutural da esfera pública - pode nos ajudar, hoje, a compreender uma certa recorrência da noção de polarização política desde as manifestações de junho de 2013. É, pois, de se notar que, sobretudo na Era da Informação, um período que potencializa a indiscernibilidade entre as dimensões do público e do privado, um período em que os sentidos do comum estão subsumidos não mais a um imperativo ético-moral que instaura o social, mas sim ao fetiche da mercadoria, ao preço não mais apenas como conceito operativo das relações econômicas capitalistas, mas, sobretudo, como categoria transcendental de entendimento e condição de possibilidade da existência humana; é, pois, de se notar que nesse mundo os sentidos do comum sejam cada vez menos concebíveis e que é precisamente pelo fato desses sentidos não serem, muitas vezes, sequer vislumbrados, que a polarização torna-se a única alternativa. Porém, agora não mais a polarização como tendência de um processo político, mas a polarização como efeito distópico da falência absoluta de todo modo de compreensão, ou seja, de todo senso do comum.

Além das ações diretas de enfrentamento nas ruas e seus efeitos, outro fator relevante no que se refere ao acirramento dos conflitos políticos e a configuração de uma opinião pública foram as interseções entre os acontecimentos das ruas e os modos de difusão da informação a respeito dessas manifestações nas mídias sociais da Internet. A propósito dessas interseções Tiago Pimentel e Sérgio Amadeu Teixeira afirmam:

A mobilização cidadã nas ruas a partir das redes sociais criou um espaço híbrido entre as redes e as ruas. Havia quem

*estivesse nas ruas relatando, pelas redes, o calor da mobilização social. Havia quem estivesse nas redes, interagindo, compartilhando e se posicionando, aumentando a mobilização e amplificando o engajamento social, para muito além das ruas*¹⁰³.

A formação desse *espaço híbrido entre as redes e as ruas* foi um dos aspectos de ‘novidade’ inseridos nas análises e interpretações sobre aquelas manifestações. Um *espaço híbrido* que tem sido frequentemente identificado com uma *nova esfera pública*¹⁰⁴, ou seja, um ambiente que configura um novo espaço do comum. Porém, essa identificação carece, amiúde, de um rigor histórico-empírico ou exige grande fôlego teórico para sustentar certa flexibilidade conceitual. É problemático designar as redes sociais da Internet como necessariamente um *espaço do comum*¹⁰⁵, tendo em vista o fato de que os ambientes digitais de comunicação são, sobretudo, espaços publicitários, privados e comerciais. Ou ainda, em termos filosóficos, em função da dimensão eminentemente corporativa e privada da Internet, a comunicação mediada por computador não primária pelo *uso público da razão* e seu contraponto harmônico com os *usos privados* que conduziria à autonomia dos sujeitos conectados. Temerário ser tão categórico, mas não é possível negligenciar o fato de que, na Internet, a tecnologia mais influente criada em contexto neoliberal, a autonomia do sujeito tende a ser preterida e subsumida aos lucros publicitários.

Sendo “o comum” um critério fundamental da configuração de um espaço ou esfera pública propriamente dita, a comunicação mediada pela Internet não responderia necessariamente a esse critério. Se a Internet, essa rede cibernética composta de múltiplas redes, é vista por alguns como um espaço interativo, colaborativo, um *espaço de autonomia* e construção do *comum*, é preciso não perder de vista o fato de que isso só ocorre em potência. E, para um entendimento sóbrio, é prudente não superestimar ou hipostasiar nem a tecnologia, nem os fenômenos sociais, muito menos fazê-lo em detrimento do outro, tornando tecnologia e sociedade realidades inteiramente distintas e necessariamente antinômicas.

¹⁰³ Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013. Link: <http://interagentes.net/?p=62> Consultado em 20/11/2018.

¹⁰⁴ LÉVY 2017;

¹⁰⁵ ANDRADE 2014; DARDOT 2016;

Ainda que no contexto de junho de 2013 já fosse relativamente acessível uma ampla bibliografia tanto sobre os chamados Novos Movimentos Sociais¹⁰⁶ quanto sobre suas conexões com as novas mídias digitais – e nessa temática, Manuel Castells talvez seja um dos precursores e cientistas sociais mais notórios –, o discurso que se espalhou com maior intensidade (sobretudo na mídia tradicional, mas não apenas) denotava certa perplexidade, descrença, negligência ou omissão diante das dimensões que esse novo *espaço híbrido* poderia ganhar e dos efeitos que a configuração desse novo *espaço* poderia ter nos processos políticos e na dinâmica cultural naquele momento.

No dia 21 de março de 2013, a cidade de Florianópolis viveu um acréscimo da passagem de ônibus de R\$ 2,85 para R\$ 3,05. Com intensa mobilização e graças a uma liminar¹⁰⁷, esse aumento foi revisto pela prefeitura. Esse episódio foi considerado uma grande vitória do MPL e foi especialmente lembrado nos primeiros atos convocados pelo MPL para junho de 2013 em São Paulo.



Faixa exibida quinta-feira em São Paulo aponta Capital como inspiração para queixa. Gabriela Biló / Futura Press¹⁰⁸.

Apresentamos aqui, sumariamente, outros acontecimentos que antecederam junho de 2013 e que tiveram grande difusão nas mídias sociais da Internet. Trata-se de frentes de lutas sociais que adensam uma atmosfera marcada pela deterioração das condições de reprodução da vida e pela

¹⁰⁶ Cf. ALONSO 2009; ASSIS 2002; GOHN 1997.

¹⁰⁷ <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/04/liminar-suspende-aumento-da-passagem-de-onibus-em-porto-alegre.html> Consultado em 13/12/2018.

¹⁰⁸ Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/06/inspirados-em-porto-alegre-protestos-em-serie-contra-reajustes-na-tarifa-de-onibus-se-espalham-pelo-pais-4171189.html>. Consultado em 15/11/2018.

corrosão da renda dos trabalhadores de inúmeras camadas sociais, etnias e grupos minoritários:

- Remoção de Pinheirinhos em São Paulo.
- Campanha Somos Todos Guarani Kaiowa em 2012.
- Discussão sobre tarifa em Vitória (2011) e em Porto Alegre em Março de 2013.
- Belo Monte.

II. Emergência das Manifestações (entre os dias 3 e 11 de junho):

No dia 3 de junho de 2013 estudantes saem em protesto na Av. Rio Branco no Rio de Janeiro contra o reajuste da tarifa de transporte público de R\$ 2,75 para R\$ 2,95. No dia 6 de junho ocorre o primeiro ato de manifestação das chamadas “Jornadas de Junho”, articulado pelo Movimento Passe Livre. Segundo o levantamento realizado por PIMENTEL&SILVEIRA 2013 das postagens públicas no *Facebook* entre os dias 5 e 21 de junho de 2013, a propósito do aumento das tarifas de transporte:

O aumento do valor das tarifas do transporte público, em vigor desde dia 2 de junho, catalisou o primeiro ato convocado pelo Passe Livre São Paulo no mês de junho. Agendado para 6 de junho de 2013 como evento do Facebook, a página do ato apontava cerca de 20.500 confirmações de presença. Nas ruas, houve confronto entre manifestantes e polícia militar. A avenida 23 de Maio chegou a ser interditada pelo curso da manifestação. Já na Avenida Paulista, a tropa de choque foi acionada para dispersar os manifestantes.

Neste dia nossas buscas encontraram cerca de 10.500 mensagens públicas no Facebook.

A maior Autoridade da movimentação nas redes, neste dia, foi a página do jornal Estadão no Facebook, seguido de perto pela página do Passe Livre São Paulo. Abaixo, mas ainda em destaque, a página do NINJA, projeto de mídia independente, e a página da revista Carta Capital. PIMENTEL & SILVEIRA 2013.

Nesse dia (dia 6 de junho), manifestantes ocupam a Av. Presidente Vargas no centro do Rio de Janeiro e ocorrem confrontos com o batalhão de Choque da Polícia Militar. Na Cidade de São Paulo, em resposta ao anúncio de

aumento do transporte público de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, o MPL convoca - através de suas redes constituídas principalmente (mas não apenas) de jovens entre 15 e 30 anos de idade¹⁰⁹ e grupos de alunos secundaristas - uma ação direta na capital paulista. Essa primeira manifestação conta com cerca de cinco mil pessoas concentradas na Avenida Paulista. Foi também a partir desse dia que começaram a reverberar com maior intensidade nas mídias (jornais, TV e Internet) os casos de confrontos nas ruas e de violência policial sob a alegação de cumprir ordens de desobstrução das vias públicas.

Segundo dois integrantes do MPL de São Paulo - o professor de História Lucas Monteiro de Oliveira e a estudante de direito Nina Cappello, entrevistados no Programa Roda Viva da TV Cultura no dia 17 de junho¹¹⁰ -, a atuação da PM contou com a anuência de autoridades tanto da prefeitura quanto do governo do Estado de São Paulo. Em junho de 2013 o MPL ganha maior visibilidade para suas principais reivindicações: redução das tarifas e tarifa zero no transporte público. Nos dias 7 e 8 de junho os protestos e confrontos com a Polícia Militar continuaram na cidade de São Paulo. O segundo ato contra o aumento das passagens é convocado pelo MPL no dia 7 de junho. No evento criado pelo MPL/SP através do Facebook aproximadamente 6.200 perfis confirmaram presença e foram levantadas cerca de 17.000 mensagens públicas também no Facebook sobre as manifestações. Entre as páginas mais visitadas e comentadas no *Facebook* estavam a do jornal Estadão, seguido de Carta Capital, Folha de São Paulo e *Anonymous* Brasil.

A página do Movimento Passe Livre/SP ocupava nesse dia a sétima posição em nível de acessos. (PIMENTEL&SILVEIRA 2013). Ainda no dia 7, em Manaus (AM), o prefeito Arthur Virgílio (PSDB) reduz a tarifa de ônibus de R\$ 3 para R\$ 2,90. No dia 10 de junho de 2013, uma liminar da Justiça cancela o aumento da tarifa de ônibus em Goiânia, que saiu de R\$ 3,00 e voltou para R\$ 2,70. No dia 11 de junho, o MPL/SP convocou o terceiro ato, também utilizando nas redes da Internet:

¹⁰⁹ Fontes Ibope e IBGE.

¹¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY> Vídeo acessado no dia 19/11/18.

A página do evento no Facebook contou com cerca de 13 mil confirmações de presença. Nossas buscas, nesta data, retornaram cerca de 13 mil resultados. Tal qual os dois atos anteriores este ato também foi marcado por repressão policial. Cerca de duas centenas de pessoas foram presas, aproximadamente duas dezenas foram indiciadas. Nos dias que se sucederam, a repercussão nas redes foi crescente. No dia seguinte, 12, nossas buscas retornaram cerca de 31.000 mensagens.

Analisamos uma amostra estatística retirada de um universo de 142.068 mensagens coletadas no Facebook entre os dias 5 e 12 de junho, agrupando portanto o período que cobre os 3 primeiros atos contra o aumento de tarifa dos transportes públicos. Os dados da pesquisa indicam que a percepção dos usuários da rede social em relação às manifestações convocadas pelo movimento Passe Livre em todo o Brasil neste momento era majoritariamente positiva – 65% das mensagens analisadas percebiam de maneira positiva as manifestações. Uma parcela de 19% das mensagens analisadas indicaram uma percepção negativa dos eventos e outros 15% foram mensagens classificadas como neutras uma vez que tratavam-se apenas da repercussão de notícias sem comentários que permitam inferir a posição do autor da mensagem.

Entre os temas mais recorrentes nas postagens coletadas constaram mensagens de apoio ao movimento contra o aumento da tarifa e aos manifestantes, representando uma parcela de 27%. Mensagens que sugeriam a adesão de seus autores aos protestos, contendo convocações para as manifestações, notas públicas do Movimento Passe Livre, confirmação de presença nos eventos criados para a divulgação dos atos e fotografias com registros pessoais da manifestação, representam uma parcela de 20% dos itens coletados. Comentários negativos, acusando os manifestantes de práticas de depredação do patrimônio público e vandalismo representam 15% do total. Cerca de 11% das mensagens criticavam especificamente o alto valor das tarifas, sem expressar um posicionamento em relação às manifestações e 11% trataram de denunciar excessos na conduta da Polícia Militar. Outros 6% criticavam a postura do Partido dos Trabalhadores em relação às manifestações e 5% criticavam a cobertura midiática dos grandes veículos de comunicação. Havia ainda uma parcela de 3% que associavam as manifestações à corrupção do poder público.

Dentre as maiores **autoridades** da movimentação nas redes deste dia, encontram-se a página do jornal Estadão no Facebook, seguido da página 'A Verdade nua & Crua' e do Passe Livre São Paulo. Abaixo, mas ainda em destaque a página do NINJA e da Folha de São Paulo. PIMENTAL&SILVEIRA 2013

III. Difusão e abrangência nacional: (entre os dias 13 e 16 de junho).

O quarto ato convocado pelo MPL/SP ocorreu no dia 13 de junho de 2013. Na página do MPL no Facebook aproximadamente 28000 perfis confirmaram participação.

Uma análise qualitativa a partir de amostra estatística das postagens do Facebook estimou que, neste dia, a percepção dos usuários da rede social em relação às manifestações era majoritariamente positiva, representando uma parcela de 62% da amostra. Usuários com uma percepção negativa em relação à manifestação que ocorria naquele momento em São Paulo representavam 16% do total. Outros 22% foram postagens classificadas como neutras e representam apenas a repercussão de notícias sem comentários que permitam inferir a posição do autor da mensagem.

Dentre os temas mais recorrentes nas postagens do dia 13 estão mensagens de apoio à manifestação contra o aumento das tarifas, representando 27% do total, e críticas à atuação violenta da polícia militar, representando uma parcela de 19% das mensagens – mais que o dobro do volume registrado nos dias precedentes. Outros 13% são postagens que sugerem a adesão de seus autores ao movimento, contendo convocações para as manifestações, notas públicas do Movimento Passe Livre, confirmação de presença nos eventos criados para a divulgação dos atos e fotografias com registros pessoais da manifestação.

Mensagens que criticavam especificamente o alto valor das tarifas, sem expressar um posicionamento em relação às manifestações representam uma fatia de 10% do total e outros 9% eram mensagens que criticavam a cobertura dos grandes veículos de comunicação.

Entre as postagens que evidenciam uma percepção negativa das manifestações estão mensagens que acusam os manifestantes de praticarem atos de depredação do patrimônio público e vandalismo, representando 7% do total e 5% firmam que o protesto contra o aumento de 0,20 centavos na tarifa é irrelevante para solucionar os problemas que o país enfrenta.

A postura do Partido dos Trabalhadores e do prefeito Fernando Haddad em relação às manifestações foi criticada em 6% das mensagens e outros 2% criticam a postura do PSDB e do governador Geraldo Alckmin.

Havia ainda uma parcela de 2% que avaliavam que o direito democrático deveria ser exercido pelo voto, e não em manifestações públicas.

Neste dia nossas buscas retornaram cerca de 45 mil mensagens públicas no Facebook. No dia seguinte, a repercussão dos atos espalhou-se ainda mais pelas redes. Cerca de 125 mil mensagens retornaram em nossas buscas.

Entre as maiores autoridades da movimentação nas redes neste dia constaram a página do jornal Estadão no Facebook, seguida da página 'A Verdade Nua & Crua' e da página do Occupy Brazil.

A página do Passe Livre São Paulo foi a décima-terceira autoridade mais importante na movimentação das redes. PIMENTEL&SILVEIRA 2013.

Os dias 15 e 16 de junho são os momentos em que a inflexão das narrativas difundidas pela imprensa tradicional e corporações empresariais de mídia se torna notória. Esta inflexão ocorre, principalmente, após o impacto que a repressão da polícia contra os manifestantes tiveram na opinião pública. Mesmo detendo o monopólio dos meios de comunicação tradicionais, as grandes corporações midiáticas não foram capazes de rivalizar – ou não planejaram contrapor-se - a rápida difusão das informações sobre a violência policial através das redes sociais na Internet.

IV. Dispersão de pautas, capitulação, cooptação das mobilizações: (entre os dias 17 e 20).

Nos dias 17 e 20 ocorre, respectivamente, o quinto e sexto ato convocados pelo MPL.

A partir da grande repercussão da repressão policial do dia 13, o Movimento do Passe Livre reorienta-se e abre sua pauta: “Não é só os 20 centavos”, diziam os manifestantes. Não era só os 20 centavos, era também pelo direito de livre manifestação, pela não criminalização dos movimentos sociais, pelo direito à cidade. A indignação contra a repressão policial torna-se combustível para alimentar a adesão massiva de outros atores sociais, ao mesmo tempo que o alargamento da pauta dava vazão à outras vozes e outras bandeiras.

Neste dia, entre as maiores autoridades da movimentação nas redes encontram-se a página Movimento Contra Corrupção e Anonymous Brasil. Abaixo, mas ainda em destaque, a página do jornal Estadão no Facebook. A página do Passe Livre São Paulo neste dia foi a sexta autoridade mais relevante na movimentação das redes.

Na quarta-feira (19) o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) anunciaram a revogação do aumento das tarifas do transporte público. Ainda assim, o Passe Livre São Paulo manteve um ato previamente convocado para o dia 20, com o intuito de comemorar a redução das tarifas. No dia 19 nossas buscas retornaram cerca de 285 mil resultados e cerca de 300 mil resultados no dia 20.

Neste dia, entre as maiores autoridades da movimentação nas redes destacam-se a página do Anonymous Brasil e do Movimento Contra Corrupção. A página do Passe Livre São Paulo neste dia já não contava na lista das 20 maiores autoridades da movimentação das redes. PIMENTEL&SILVEIRA 2013.

No dia 19 de junho a Prefeituras de São Paulo e do Rio de Janeiro anunciam redução no valor das tarifas de transporte público. Dia 18 de junho de 2013: Governos de quatro capitais brasileiras (Cuiabá, Porto Alegre, Recife e João Pessoa), além de outras cidades, anunciam queda nas tarifas de ônibus. Dia 19 de junho de 2013: Passa a valer em Cuiabá (MS) redução no preço das passagens de ônibus. São Paulo e Rio de Janeiro anunciam redução de tarifas no transporte coletivo. Prefeitura de Aracaju (SE) anuncia redução de R\$ 0,10 no transporte público da capital. Dia 20 de junho de 2013: Começa a valer em Recife (PE) o novo preço da passagem de ônibus. Houve redução de R\$ 0,10 em todas as categorias. No Rio de Janeiro (RJ), entra em vigor a redução no preço do ônibus coletivo, que saiu de R\$ 2,95 e voltou para R\$ 2,75 a tarifa. Protestos em Curitiba (PR) fazem prefeito Fruet (PDT) anunciar queda no preço do transporte coletivo. A tarifa da rede integrada diminuiu de R\$ 2,85 para R\$ 2,70 a partir de 1º de julho.

V. Descenso e fase de desmobilização: (entre os dias 21 e 29)

- Dia 21 de junho de 2013: Presidenta Dilma Rousseff (PT) faz pronunciamento em rede nacional.
- Dia 24 de junho de 2013: Em São Paulo (SP), começa a valer a anunciada redução de preço no transporte público, que volta a R\$ 3,00. Presidenta Dilma Rousseff (PT) faz reunião com governadores e prefeitos para discutir pactos e propõe plebiscito sobre Reforma Política.
- Dia 25 de junho de 2013: PEC 37 é rejeitada pela Câmara dos Deputados. Câmara aprova destinação dos recursos dos royalties para a educação e saúde.
- Dia 26 de junho de 2013: Pela primeira vez, desde a Constituição de 1988, o STF determina a prisão imediata de um deputado com mandato em vigor. A ministra Carmen Lúcia rejeitou recurso do deputado Natan Donadon (PMDB-RO). Senado aprova projeto que transforma corrupção em crime hediondo. Senado conclui votação de projeto do FPE e aprova novas regras do fundo. DER (Departamento de Estradas e Rodagens) anuncia redução de tarifas na Grande Natal (RN).

- Dia 29 de junho de 2013: Câmara de Belo Horizonte aprova desoneração de impostos para reduzir tarifa de ônibus.

REDES E EFERVESCÊNCIA COLETIVA: A INTERNET E AS RUAS

... a arte da política reside em insistir em uma determinada demanda que, embora completamente 'realista', perturba o cerne da ideologia hegemônica e implica uma mudança muito mais radical, ou seja, que embora definitivamente viável e legítima, é de fato impossível. Era este o caso do projeto de saúde universal de Obama, razão pela qual as reações contrárias foram tão violentas, assim como as reivindicações do caso brasileiro, como o projeto "Tarifa Zero".
Slavoj Žižek In. Cidades Rebeldes (MARICATO et. al 2013)

As manifestações de junho de 2013 no Brasil foram precedidas por, pelo menos, dez anos de mobilizações populares em favor do direito à cidade e de melhorias na mobilidade urbana. Em sua maioria, foram manifestações contra os reiterados e sempre iminentes aumentos das tarifas de transporte público nas várias cidades brasileiras. Algumas destas mobilizações foram reconhecidas como grandes protestos e revoltas populares, tal como junho de 2013. Porém, ao contrário das manifestações de junho, elas permaneceram circunscritas aos municípios em que ocorreram. Alguns dos exemplos mais representativos dessas mobilizações são: Pula-catraca (Goiânia/GO, 2015); A Revolta do Buzu (Agosto de 2003, Salvador/BA); A Revolta do Busão (Setembro de 2012, Natal/RN); Revolta da Catraca (junho e julho de 2004, e maio e junho de 2005, Florianópolis/SC); Manifestações nos dias 21 de janeiro, 18 de fevereiro, 21 de março e 1 de abril de 2013 (Porto Alegre/RS)¹¹¹.

A abrangência nacional, os impactos locais e globais, bem como as repercussões e conexões internacionais¹¹² de junho de 2013 devem-se não

¹¹¹ Cf. <http://tarifazero.org/>.

¹¹² A propósito das repercussões internacionais sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil, conferir o enquadramento das matérias publicadas pelos jornais *Le Monde* e *New York Times*, entre os dias 14/06/2013 e 30/06/2013. A classificação realizada por Isabela Patrícia Maia Silva (no âmbito de sua monografia, apresentada em dezembro de 2015 para curso de Comunicação Social: Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília - UNB) - apresenta um total de 34 matérias realizadas pelo jornal *New York Times* e 34 matérias realizadas pelo jornal francês *Le Monde*. Link: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12476/1/2015_IsabelaPatriciaMaiaSilva.pdf. Consultado em 19 de março de 2018.

apenas, mas sobretudo, ao fato de que as manifestações ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro; aqueles que são reconhecidos como os dois maiores centros econômico e político do Brasil e que, por isso, concentram as maiores atenções dos meios de comunicação e das empresas de mídia. Após alguns anos de experiências e de protestos - sobretudo dos movimentos por redução das passagens de transporte público e por tarifa zero - as manifestações de junho de 2013 mobilizaram multidões nas ruas das principais cidades brasileiras, pessoas de diferentes classes sociais e espectros político-ideológicos. O acesso e os usos da Internet, principalmente o contingente de pessoas conectadas às plataformas digitais como o *Facebook* e *Twitter*, possibilitaram um contraponto narrativo em relação à informação produzida e difundida pelas empresas de mídia tradicional. E esse foi um dos fatores que influenciaram de maneira relevante o número vertiginoso de pessoas que aderiram aos protestos, principalmente após o segundo dia de protestos, do dia 11 de junho em diante.



Cf. Artigo *A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho*, escrito por João Feres Júnior (IESP-UERJ), Lorena Miguel e Eduardo Barbarela (IESP-UERJ). Nesse artigo, os autores propõem: *Analisaremos as palavras de ordem que mais mobilizaram os manifestantes, colhidos de sites da internet de grande tráfego e das redes durante os eventos, para tentar identificar os grandes temas da crise econômica e da crise política. Além disso, lançaremos mão da análise quantitativa de conteúdo dos principais jornais brasileiros - O Globo, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo - durante os três meses que se seguiram ao início das manifestações, identificando a presença dos enquadramentos crise econômica e crise política nesses veículos, bem como o tratamento dado à reação da presidenta Dilma Rousseff às manifestações no mesmo período.* Link: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt22-1/9026-a-midia-impressa-na-cobertura-das-manifestacoes-de-junho/file>. Consultado em 10 de maio de 2018.

Imagem 1 (à esquerda) - 17 de junho de 2013 Ocupação do Congresso Nacional¹¹³.

Imagem 2 (à direita) - Topo do Congresso Nacional, em Brasília, ocupado por manifestantes no dia 17 de junho¹¹⁴.

O poder de mobilização das redes sociais na Internet ficou mais evidente no dia 17 de junho de 2013. Dia em que centenas de manifestantes subiram no teto do Congresso Nacional e cerca de 35 mil pessoas ocuparam a Esplanada dos Ministérios. Este também foi o dia em que registraram-se as primeiras mortes dos protestos e os maiores contingentes de manifestantes: Manaus, Vitória e São Paulo (cerca de 100 mil) e Rio de Janeiro (cerca de 300 mil)¹¹⁵. Foi a partir do dia 17 que se consolidou a grande repercussão nacional e internacional das manifestações. A tal ponto que o dia 17 de junho de 2013 ficou conhecido como uma das maiores ou a maior manifestação popular de protesto e reivindicações na história recente do Brasil, comparada às Diretas Já (1983-1984) e ao impeachment de Fernando Collor (1992).

Durante as manifestações de junho, as questões que emergiram sutilmente dos interstícios microdiscursivos nas redes e as demandas das ruas que apontavam (e talvez ainda apontem) para um horizonte não vislumbrado¹¹⁶, ambas interseccionavam-se e confluíam na formação de múltiplas correntes de opinião pública, levantando polêmicas acerca dos limites e liames entre as dimensões da vida pública e privada, trazendo à tona sentimentos e representações sobre o que entendemos por cidadania e como a exercemos em nossa vida. Tais questões e demandas desvelam ou tornam mais explícitas as nossas compreensões e condutas diante das diferenças entre direitos e privilégios. Junho de 2013 foi um dos momentos de emergência mais incisivos de todas essas percepções, representações e sentimentos. Um sismo dos afetos, uma *efervescência coletiva*¹¹⁷, um paroxismo das paixões¹¹⁸,

¹¹³ Fonte: <https://www.flickr.com/photos/midianinja/>. Consultado em 05/01/2019.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Cf. MARQUES; LIMA; QUINTANILHA et. al. 2013.

¹¹⁶ As demandas das manifestações de junho de 2013 *sugerem um limiar que no fundo ainda não se ousou transpor*. Entrevista de Ivan Marsigli com Paulo Arantes intitulada “O futuro que passou: há duas décadas o Brasil só faz avançar – e no entanto ninguém aguenta mais”. Publicada no Estado de São Paulo, dia 22/06/2013. Visualizado em 15 de junho de 2018. Link: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,o-futuro-que-passou-,1045705,0.htm>

¹¹⁷ Em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* - particularmente no Livro III, onde são analisadas as funções sociais das principais atitudes rituais (ritos negativos, ritos positivos e cultos piaculares) e como estas atitudes confluem para a coesão social -, Émile Durkheim

por vezes subterrâneas e recalçadas sob o véu dos grandes discursos e metanarrativas sobre o que é o Brasil. Narrativas que nos ensinam sobre nossa venalidade e clientelismo quase como se fossem atributos inatos¹¹⁹, mas que tratam-se, na verdade, de processos históricos e discursivos que organizam e estruturam as relações sociais e visões morais de mundo que nos dizem sobre nossa suposta proverbial cordialidade, a apologia do Brasil como nação miscigenada e a alegria passiva do povo brasileiro¹²⁰.

E, nesse sentido, é de se notar que diante de um intenso esgarçamento de nossas malhas interpretativas mais profundas, cogentes, e diante de um mundo, e de um Brasil, que há muito já vive um crepúsculo dos ídolos do capital e da Casa-Grande; é realmente de se notar que sejamos exortados em um ímpeto de eterno retorno de narrativas soteriológicas e metadiscursos. Narrativas que outrora, em um passado não tão distante¹²¹, já foram hegemônicas e estruturaram nossas visões de mundo, mas que hoje, em cada vez mais espaços e de modo cada vez mais frequente, podem soar retrogradadas; ainda que muito úteis do ponto de vista político, do controle e formação de parte da opinião pública que vive das reminiscências de um Brasil pré-redemocratização. As manifestações de indignação em junho de 2013 – algumas com intenções republicanas e relativa consciência democrática, outras abertamente reacionárias – expressaram esse ímpeto de eterno retorno e apoteose de narrativas cada vez menos hegemônicas na sociedade brasileira como um todo.

utiliza a expressão *efervescência coletiva* para referir-se ao conjunto de condutas e circunstâncias que envolvem relações emocionais e afetivas, relações que explicitam os limites e aproximações entre os papéis sociais que os indivíduos exercem. Nestes termos, a *efervescência coletiva* apresenta-se não como fator disruptivo entre as pessoas e a função social que elas exercem em dado contexto, mas ao contrário, essa efervescência é uma consequência das atitudes rituais que geram um arrebatamento e sentido de união. E é neste sentido que afirmamos: em junho de 2013, a descarga afetiva e disposição anímica das pessoas nas ruas e nas redes foi também, em alguns momentos, uma *efervescência coletiva*.

¹¹⁸ Como exemplo desse “paroxismo das paixões” podemos citar o confronto do dia 20 de junho, em São Paulo, que terminou em agressões físicas entre membros de entidades estudantis, militantes de partidos políticos e grupos que se auto identificavam como “antipartidários”.

¹¹⁹ SOUZA 2015.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Cf. SOUZA 2015 e sua abordagem crítica das leituras que fazem os mais eminentes intérpretes do Brasil, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro.

Essa expressão se deu entre o ativismo de movimentos autonomistas e antissistêmicos como o MPL e uma iconoclastia antipolítica que, movida pelas estratégias de diversionismo da imprensa tradicional e das redes sociais da Internet, mostrava-se disposta a expressar seu descontentamento de modo indiscriminado, contra tudo e contra todos. Movidos por essa iconoclastia antipolítica, muitos propugnavam pelo fim da corrupção como mal de origem do Estado-nação brasileiro. Mas em alguns momentos de junho de 2013, muitos destes, em seu ímpeto de anticorrupção generalizado, acabaram sustentando as condições para que a mesma corrupção se fortalecesse e pudesse ser objeto de constantes tergiversações. Algumas reivindicações e insatisfações enunciadas em junho de 2013 expressaram uma espécie de carência nostálgica de metanarrativas que pudessem dar sentido àquelas manifestações explosivas de indignação, medo e esperança; manifestações que muitos precipitaram-se em definir, de modo peremptório, como inteiramente difusas, inconscientes, sem qualquer organicidade real¹²².

Em um segundo momento das manifestações de junho, diante da *efervescência coletiva* e da sensação hobbesiana de guerra de todos contra todos que se observou como resultado da fragilidade momentânea ou do ocaso do sistema político¹²³, a dinâmica de nossas percepções e afetos políticos aparecia como que capitulada num ciclo permanente de medos e esperanças, ódios e indiferenças. A permanência destes afetos cíclicos correspondeu, em nível institucional ao *estado de exceção permanente*¹²⁴ que logrou drenar e cooptar qualquer perspectiva de mobilização social, ação insurgente e estratégia política de resistência. Desde o período da Redemocratização de 1988, esta espécie de *estado de exceção permanente* tem sido validada e operacionalizada pelo que Sérgio Abranches chamou de *presidencialismo de coalizão* e Marcos Nobre chamou de *pemedebismo*. Ambos são formas de condução do sistema político que garantem certo nível de governabilidade e blindagem do sistema político contra mobilizações insurgentes e insatisfações da sociedade civil.

¹²² Citar reportagens de Arnaldo Jabor e Datena, depreciado e minimizando os efeitos das manifestações.

¹²³ NOBRE 2013.

¹²⁴ Conceito de Giorgio Agamben.

Do ponto de vista das disputas institucionais e da luta de classes, as revoltas de junho de 2013 também significaram o ápice de uma visão maniqueísta do Estado e do mercado¹²⁵. Segundo essa visão, o mercado seria o reino virtuoso de oportunidades e realizações pessoais, enquanto o Estado, ocupando posição diametralmente oposta ao mercado, representaria o império da corrupção, da degeneração de valores morais de honestidade, da procrastinação burocrática, depreciação do trabalho eficiente, dos vícios personalistas e patrimonialistas. Em determinado momento, os meios de comunicação, tanto a mídia tradicional quanto as redes sociais na Internet, começaram a vocalizar mais intensamente uma histórica e falaciosa cantilena da corrupção sistêmica como apanágio e mal de origem do Estado-Nação brasileiro. Enquanto, por outro lado, o mercado é louvado como reino da virtude, da liberdade e da realização de um indivíduo privado, sem história, sem direitos e sem cidadania.

É nessa cantilena falaciosa que a elite rentista se escora para levar setores da classe média e dos trabalhadores a defender ideias higienistas e totalitárias, uma visão novelizada, empedernida e maniqueísta da realidade, onde só pode haver mocinhos, heróis e justiceiros da pátria, contra bandidos e corruptos ligados umbilicalmente ao Estado. Nesse contexto, a despeito do fato das redes sociais no Brasil não serem institucionalmente determinadas pelo oligopólio familiar midiático brasileiro, elas também ajudaram a fortalecer esses discursos de corrupção inata do povo brasileiro, indolência burocrática endógena do Estado e mal de origem da nação brasileira. As redes sociais na Internet surgem como um espaço onde se manifestam efeitos discursivos e vestígios simbólicos dessa luta e erupção das paixões e representações político-institucionais. Como demonstrado por CASTELLS 2013 e explicitado no próprio título de uma de suas obras, as redes sociais são *redes de indignação e esperança*. Essas redes estruturam as formas típicas de um jogo dos afetos, um jogo que manifesta os papéis sociais ou os modos como os atores sociais operacionalizam sistemas particulares de ação.

¹²⁵ SOUZA 2015.

As redes sociais na Internet também denotam a arquitetura própria de um processo ou dinâmica dos sentimentos no *mundo da vida*¹²⁶ que transcorre nas interseções entre *ciberespaço* e espaços *off-line*. Esse processo é agenciado por indivíduos e coletivos que, na qualidade de usuários de um serviço de comunicação digital, criam e gerenciam perfis nas redes, configurando nichos ideológicos e bolhas de opinião. De acordo com a amplitude das redes e o adensamento das conexões que formam essas bolhas e nichos, a interação entre perfis pode suscitar núcleos de controvérsias e esferas de produção do dissenso, uma vez que, como observou FOUCAULT 2004¹²⁷ em seu projeto de arqueologia dos saberes e genealogia do poder, não há poder total ou saber unilateral, onde há saber e poder há táticas de contra poder e formas de resistências. Isso quer dizer que a existência de núcleos de controvérsias e espaços de produção de dissenso nas redes sociais é, de algum modo, proporcional ao adensamento de perfis e de suas atividades que formam nichos ideológicos e bolhas discursivas. Identificando esta proporcionalidade, é preciso qualificar as controvérsias, dissensos, concordâncias e aglomerações discursivas que decorrem desse processo, a fim de compreender os modos pelos quais os sujeitos e atores *online* se constituem, condicionam e são condicionados pelos processos culturais e políticos *off-line*.

As identidades coletivas são resultado de um processo intersubjetivo que ocorre em um ambiente de trocas simbólicas. Disso, podemos concluir que aquilo que somos depende, em certa medida, daquilo que os outros pensam a respeito de nós e de um mínimo de compartilhamento de conceitos e noções entre os indivíduos. Para além desse aparente truísmo, as relações de interdependência e intersubjetividade ganham uma dimensão própria nas interações sociais que ocorrem em plataformas como o *Twitter* e o *Facebook*. Nas redes sociais *on-line* nós somos os outros, somos uma perspectiva sobre um tema. Somente quando interagimos com os dispositivos tecnológicos - dispositivos que são sociotécnicos, ou seja, técnicos e cognitivos,

¹²⁶ Conceito forjado na fenomenologia de Edmund Husserl e desenvolvido, numa perspectiva sociológica, a partir Alfred Schutz.

¹²⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*.

simultaneamente – é que nos tornamos sujeitos e agentes que colocam em movimento dialógico as TICs.

Porém, isso não significa que as redes sociais na Internet e da Internet, ao viabilizarem relações sociais, são tão somente máquina de fabricar consensos, visões de mundo homogêneas. Elas podem sim atuar como máquinas de obliterar conflitos e de reificação ideológica em função de interesses, mas como asseverou Michel Foucault:

... não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos. FOUCAULT 2004, pág. 146.

De fato, há uma dimensão maquínica e instrumental das redes sociais na Internet, ocorre, porém, que toda ferramenta existe em função de uma operacionalização e de um uso prático de um sujeito que delibera sobre ela. E esse sujeito delibera a partir de suas condições materiais e simbólicas de existência. Seja como máquinas de fabricar consensos ou de obliterar conflitos, existe uma função que é comum a todas as redes sociais na Internet: fazer circular pontos de vista e correntes de opinião. Os pontos de vista que expressamos nas redes sociais não são criados propriamente por nós, enquanto indivíduos, mas são, sobretudo, efeitos de relações de poder e saber em nós, enquanto sujeitos, produtos de estruturas de subjetivação.

Os pontos de vista não pertencem a um indivíduo, mas o constituem enquanto identidade coletiva. Assim sendo, o ponto de vista não é produzido exclusivamente por quem “twitta” ou publica qualquer conteúdo no *Facebook*, ao contrário, ele é resultado do conjunto de ações daqueles que republicam as mensagens, seja replicando o seu conteúdo, seja dando anuência à postagem. Da mesma forma, não é a aglomeração, a densidade ou a “clusterização” dos nichos de correntes de opinião que funda o ponto de vista, mas antes, é o ponto de vista que engendra a associação massiva e aglomeração de sujeitos nas redes sociais. Dessas observações depreende-se que, para os nossos propósitos de pensar o que há de social e sociológico nas chamadas redes sociais, faz-se necessário ir além da tônica individual dos perfis em redes digitais, superar o costumeiro acento individual das abordagens sobre as dimensões culturais, políticas e sociais da Internet.

De fato, entre especialistas¹²⁸ e não especialistas nas temáticas que relacionam Internet, sociedade, política e cultura há uma tendência em associar diretamente questões referentes à *cibercultura* e questões referentes às liberdades individuais, temática clássica do pensamento liberal, ou ainda temáticas referentes ao consumismo e individualismo numa perspectiva estritamente mercadológica. Todavia, ocorre que, ainda que a *web 2.0* seja um espaço corporativo e com modelos de negócios voltados, em muitos casos, para a reificação ideológica, o consumo fútil, narcísico e inconsciente dos usuários, e mesmo que estes fenômenos possam surtir análises profícuas num viés psicanalítico, de tudo isso, porém, não é possível deduzir que os perfis de redes sociais sejam, tão somente, lares virtuais de internautas solipsistas, espaços exclusivos de exposição de egos e identidades descontextualizadas.

No que tange à nossa abordagem das redes sociais na Internet, pensamos o perfil não como lugar das identidades individuais, da exposição de egos e de um “eu” solipsista, mas como um lugar de sujeitos e atores sociais que, através dos atos conectivos, suscitam ações coletivas. Trata-se de um espaço a partir do qual os atores sociais exercem seus papéis - configurando correntes de opinião, expressando dinâmicas simbólicas, estruturas de dominação, posicionamentos nos sistemas cultural e político - e os sujeitos agenciam múltiplas redes de relações - performando uma identidade coletiva que articula múltiplas conexões de sentidos. Estes papéis sociais e agenciamentos se manifestam através de uma dinâmica de compartilhamentos, postagens, marcações, criação de eventos, *likes* e *retweets*. Esta dinâmica, por sua vez, pode ser inferida de dados e metadados extraídos através de ferramentas de coleta de informações que utilizam a API¹²⁹ das redes e plataformas aqui estudadas.

Por meio dessa base morfológica e quantificação de dados é possível fundamentar uma análise dos processos culturais e político-ideológicos nas redes *on-line*, processos que formam núcleos de correntes de opinião e nichos de visões morais de mundo. Essas correntes de opinião e visões morais de

¹²⁸ BENKLER 2006; TRIVINHO 2005; SORJ 2003.

¹²⁹ *Application Programming Interface*. Conjunto de padrões de programação que garante o acesso a uma plataforma Web e a um aplicativo de *software*.

mundo são expressão de micro discursos e narrativas particulares que, ao serem articuladas na rede mundial de computadores, ganham outra dimensão e potência comunicativas. O uso massivo de dispositivos móveis, plataformas digitais de comunicação e redes sociais nas manifestações de junho de 2013 tornou explícito o potencial das redes sociais digitais para adensar as micro indignações, inconformismos, expectativas e demandas da sociedade.

Para além de uma visão instrumental, as tecnologias telemáticas e de comunicação em redes na Internet são dispositivos de poder que reverberam e configuram saberes. Os poderes exercidos e saberes enunciados, ou seja, os produtos destes dispositivos tecnológicos suscitam modos específicos de subjetivação. Os protestos nas ruas em junho de 2013 e o uso massivo de dispositivos móveis por pessoas que registravam os acontecimentos e transmitiam as informações nas redes sociais, chamou a atenção também para este fenômeno: um processo de subjetivação e a construção de discursos que ocorria de acordo com a capilaridade e o adensamento das micro indignações nas redes sociais. O adensamento desses micro discursos passa a exercer um papel disruptivo em relação às narrativas homogeneizantes e interpretações políticas lineares e totalizantes. Abre-se uma zona cinzenta nas redes sociais. E esta zona torna mais perceptível que, entre discursos hegemônicos e contra hegemônicos, há uma profusão de micro discursos que são mais ou menos difundidos de acordo com a estrutura e função dos meios de comunicação que os reverberam.

É por meio desse adensamento ou “clusterização” dos discursos em níveis micromoleculares que ganham maior visibilidade as *redes de indignação e esperança*, os afetos e percepções mais cotidianos, aqueles que emergem dos interstícios das grandes causas, interpretações e narrativas totalizantes sobre a vida em sociedade e sobre questões políticas. Nas redes sociais o que flui são os micro discursos afetivos e intersticiais. Fluem como as águas de um córrego subterrâneo ou olho d’água que, por não serem visíveis, dão a impressão de não serem importantes para o fluxo dos rios mais caudalosos, os rios cujas águas correm com a força dos discursos mais controversos.

AS RUAS E AS REDES: MOVIMENTO PASSE LIVRE E MÍDIA NINJA

Permitir que as pessoas tenham livre acesso aos mais diferentes espaços públicos, a qualquer hora e sem que precisem arcar com taxas que limitem o pleno exercício de seu direito de ir e vir; isso levaria a uma situação de distúrbio e caos urbano generalizado, certo? Bem, esse não é o entendimento do MPL. As lutas por um mundo sem catracas, por tarifa zero e por passe livre são os ideais e demandas que animam o MPL. Nessas lutas, além das reivindicações por redução das tarifas de transporte, o que está em jogo é o embate crítico e a ação direta de confrontação frente um modelo de gestão das cidades que prioriza os processos de gentrificação e militarização dos espaços públicos. Sonho! Loucura! Imprudência! Ingenuidade! Utopia! Provavelmente, para muitos gestores que lidam com questões referentes à mobilidade e ao transporte coletivo nas grandes metrópoles, esses seriam alguns dos qualificativos atribuídos às ações do MPL.

Ocorre que, para o MPL, a catraca é um emblema do Capital, uma *expressão lógica do transporte como circulação de valor* e de força de trabalho precarizada. É necessário lutar por um mundo sem catracas, exatamente porque elas são um símbolo da capitulação da igualdade de direitos à cidade, da liberdade de locomoção. A catraca é uma forma de controlar o direito de ir e vir em função de interesses privados e em detrimento de direitos fundamentais. E sim, esse é um projeto utópico. A utopia do MPL, porém, não é algo súbito e casual – tão pouco difuso e propriamente espontâneo, como algumas leituras a respeito das manifestações de junho quiseram fazer crer -, mas sim efeito de uma conjuntura de revoltas antissistêmicas, altermundialistas e antiglobalização. Revoltas que atingem seus pontos de ebulição de modo cada vez mais recorrente e das quais temos alguns antecedentes emblemáticos¹³⁰.

O MPL está imbuído de sonhos e memórias de lutas recentes em favor de um outro mundo possível, um mundo diferente daqueles arquitetados por modelos de globalização excludentes e, por vezes, insustentáveis. A memória e o sonho são condições de possibilidade das utopias. E a utopia, do modo como expomos aqui, é a manifestação de um horizonte de sentidos. Não é uma

¹³⁰ LÖWY 2008.

crença mal fundada, mas aquilo mesmo que engendra o olhar que vê o outro, aquilo mesmo que suscita as perspectivas; perspectivas que nos permitem compreender as dimensões físicas e também simbólicas. Por tratar-se de um “não lugar” - um lugar possível, porém, diante das condições concretas e materiais de existência, um lugar inefável e incógnito -, toda utopia é silêncio ou, em larga medida, inaudível, uma vez que não se pode determinar o centro ou os centros de difusão daquilo que nela é reverberado, difundido, transmitido.

Além de silêncio, a utopia também é subterrânea, nasce e se forma em camadas profundas e imperceptíveis, circula como o ar pelas frestas, como o sangue pelas veias e artérias. A utopia age como um fluido intersticial, um fluido que ganha maior densidade na medida em que os espaços de fluxo passam a ser mais e mais restringidos; até que, em um átimo inesperado, a utopia irrompe com uma violência incontrolável e incompreensível, sublime e caótica. Nesse sentido, as manifestações de junho de 2013 foram um fenômeno utópico, resultado das contradições da sociedade brasileira expressas nas instituições públicas e privadas, nas classes sociais, etnias, grupos minoritários e indivíduos que manifestam essas contradições em suas lutas e práticas cotidianas. Um fenômeno que, a despeito de soar ruidoso, inaudível, incompreensível ou simplesmente silêncio para alguns, nem por isso é impossível auscultá-lo e perscrutá-lo. E essa auscultação e perscrutação são possíveis justamente porque múltiplos sentidos de junho de 2013 continuam a emanar das reflexões sobre a atual conjuntura brasileira, sobretudo quando se pensa em suas interseções com as novas mobilizações sociais e ações comunicativas. Os caminhos que as ações do MPL tomaram e a densidade que elas ganharam significaram uma faísca que, como dito no provérbio chinês, pode incendiar toda a pradaria.

A ‘fagulha’ das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem teto, os movimentos estudantis -, que, entre ‘catraços’, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop. p. 9. Raquel Rolnik In. Cidades Rebeldes.

Tocado o alarme de incêndio na imprensa e nas instâncias político-governamentais, o que se viu, nas ruas e nas mídias, foi a pressa mais ou menos desesperada a fim de encontrar saídas e soluções para aquela situação de mal-estar, frustração, indignação, descrença em mudanças possíveis e, simultaneamente, ímpeto de transformação. Nessa busca por saídas e soluções, novos e não tão novos atores sociais surgem em cena. Um desses atores sociais é o coletivo Mídia Ninja. Enquanto as ações do MPL se davam através das apropriações dos espaços públicos, reivindicando pelo direito ao transporte público e à mobilidade urbana, a Mídia Ninja, por sua vez, também atuava através da ocupação de espaços públicos, mas mais no sentido de produzir – como expresso no acrônimo NINJA – narrativas e ações independentes por meio de streaming de notícias nas mídias sociais da Internet e viabilizar eventos artísticos e programas culturais.

Quanto a proveniência histórica, a trajetória e organicidade política dos atores sociais aqui analisados, tanto o MPL quanto o Mídia Ninja apresentam pontos em comum e de distinção. No que se refere às semelhanças, ambos os movimentos provêm de um contexto ligado à luta antiglobalização, movimentos antissistêmicos¹³¹ e altermundistas que remontam à Ação Global dos Povos (AGP) e às experiências do Fórum Social Mundial (FSM). Todas essas experiências de mobilização têm em comum, dentre outras coisas: a prática da ação direta e descentralizada de indivíduos e coletivos como tática de ação política; e o uso das novas tecnologias de informação e comunicação digital como estratégia de difusão e/ou organização de suas ações, frente a um contexto global de desregulamentação e precarização do mundo do trabalho, privatização dos serviços públicos e monopólio ou oligopólio corporativo da informação. Devido a esta genealogia comum, ambos os coletivos reconhecem a si mesmos e podem ser identificados à esquerda do espectro político.

No que diz respeito às diferenças, podemos observar, inicialmente, as demandas e propósitos de cada movimento e o âmbito sobre o qual incidem as

¹³¹ *Cunhei o termo de 'movimento antissistêmico' na década de 1970, a fim de agrupar em uma só expressão aqueles que eram histórica e analiticamente reconhecidos como dois tipos distintos de movimentos populares, e de muitos modos até rivais - aqueles movimentos que foram situados sob o nome de 'sociais' e, por outro lado, aqueles que foram ditos 'nacionais'. WALLERSTEIN 2002.*

ações de cada um deles. As ações do Movimento Passe Livre têm como foco a questão da mobilidade urbana e tiveram início no ano de 2003 com a chamada Revolta do Buzu em Salvador. Isso quer dizer que as origens do MPL remontam há dez anos antes dos protestos de junho de 2013 e, pelo menos, dois anos antes de sua constituição formal no ano de 2005, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Em todo esse tempo, através de mobilizações e ações diretas de protestos, os manifestantes que integraram ou integram o que passou a ser chamado de MPL reivindicam o direito à livre circulação dos cidadãos e a redução das tarifas de transporte público. Duas palavras de ordem vocalizam suas demandas centrais: “Tarifa Zero!”¹³² e “Por um Mundo sem Catracas!”. Na perspectiva do MPL, tanto o uso de catracas como a cobrança de tarifas no transporte público são símbolos de uma estratégia neoliberal para suplantam o direito à cidade, restringir a mobilidade urbana e inviabilizar o acesso à espaços públicos em função de interesses privados e da manutenção de privilégios. Dessa forma, as tarifas e catracas são o emblema de uma noção de transporte público como circulação não de cidadãos, mas de força de trabalho precarizada, bens e propriedade privada.

As ações da Mídia Ninja, por sua vez, provêm da articulação de duas experiências de mobilização: o midialivrismo ciberativista e a experiência de vida colaborativa em rede do coletivo Fora do Eixo. Os neologismos midialivrismo e ciberativismo caracterizam um conjunto de experiências comunicativas e táticas de guerrilha informacional em rede que surge em um contexto de mobilizações antissistêmicas e contra hegemônicas, ou ainda, recuando na trajetória genealógica, o contexto da contracultura na década de 60 e 70, um momento de crescimento das demandas por democracia participativa e das lutas que Foucault chamou de antidisiplinares.

Com o advento do ciberespaço em 1984¹³³, as práticas midiáticas de contrainformação antissistêmicas que, até então, baseavam-se exclusivamente

¹³² Nota sobre o artigo de Slavoj Žižek - “Problemas no Paraíso”, In. Cidades Rebeldes, p. 101-108 - onde, a partir do conceito de “totalidade” em Marx, ele analisa as manifestações pelo mundo desde 2011 e propõe uma aproximação com as manifestações de junho no Brasil e a dimensão utópica e necessária, irrealizável, mas incontornável, das reivindicações por tarifa zero propostas pelo MPL.

¹³³ ANTOUN&MALINI 2013.

no modelo de comunicação em massa (ligados à radiodifusão, à imprensa e à mídia televisiva), passam a ocorrer também nos espaços de comunicação via comunidades virtuais na Internet. Antes disso, a rede mundial de computadores era uma rede de interações estritamente militares, acadêmicas ou financeiras, com pouco ou nenhum papel na formação de uma opinião pública para além dessas instâncias e instituições. A Internet, criada no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 com finalidades militares e acadêmicas, em 1995 torna-se um bem de consumo privado e passa a ser utilizado por um contingente mais amplo da sociedade civil. No entanto, o fato da Internet ter surgido como uma rede eminentemente acadêmica e militar imprime marcas profundas e indelévels em sua estrutura de funcionamento enquanto modelo de comunicação e dispositivo disciplinar e de controle da informação.

Na esteira do desenvolvimento de redes telemáticas, Manuel Castells identifica três modelos comunicativos:

- Comunicação interpessoal (telefone, carta, telegrama, etc.): modelo de comunicação interativa, onde um fala e o outro ouve. Esse modelo condiz com a comunicação acadêmica que se dá, pelo menos desde o século XVII, de forma interativa, ponta-aponta, um a um ou de muitos para muitos.

- Comunicação de massas: um centro emissor de informação e muitos receptores.

- Internet: modelo de comunicação onde não há um único centro emissor e produtor de informação, mas muitos produtores, emissores e receptores simultâneos de informação (comunicação pós-massiva¹³⁴). Um exemplo desse modelo é a *timeline* ou *feed* de notícias das plataformas de redes digitais como o *Twitter* e o *Facebook*.

No livro *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*¹³⁵ Fábio Malini e Henrique Antoun realizam uma historiografia do midialivrisimo ciberativista, um esquadrinhamento e uma cartografia do que se entende por ciberespaço como campo político, ambiente de mobilizações

¹³⁴ LEMOS 2007.

¹³⁵ MALINI 2013

sociais, lócus de conexões entre mídia de massas e *mídia pós-massiva*, e espaço de tensões, disputas e convergências de atores sociais distintos. Malini identifica três gerações básicas de ativistas na Internet:

I – Geração das primeiras comunidades virtuais e dos BBS em que a tônica é a lógica da quebra dos códigos de rede e dos vazamentos de informações. Os BBS (*Bulletin board system*) são sistemas telemáticos (comunicação computadorizada em redes eletrônicas informáticas) que surgiram na década de 70 e possibilitavam a comunicação via correio eletrônico, através de conexões com uma linha telefônica e, posteriormente, triangulação de linhas através da central telefônica. Após o advento da Internet, sobretudo da *world wide web*, os BBS passaram a ser preteridos.

II – Geração Web 2.0: Marcada pela formação de blogs, pelos conteúdos inseridos exclusivamente através de downloads e uploads. Contexto no qual as informações circulavam majoritariamente ainda sob a lógica da comunicação de massas, com a tradicional de separação dos sujeitos comunicativos (produtor, emissor e receptor da informação).

III – Geração Perfil: Surge no contexto de redes como o *Orkut*, *Facebook*, *Youtube* e *Twitter*. Todas estas são plataformas de mídia digital marcadas pelos *streaming*¹³⁶ de notícias e pelos compartilhamentos de informações em *timelines* e *feed de notícias*. Nesta *geração* os sujeitos comunicativos também passam a ser menos discerníveis entre si, todos os usuários de redes sociais digitais são, em certo sentido, simultaneamente produtores, emissores e receptores de informação.

A base material para análise dos atores sociais e sujeitos envolvidos nas manifestações de junho através dos coletivos MPL e Mídia Ninja reside precisamente naquilo que Antoun e Malini chamaram de *geração perfil*. Para pensar as dimensões e horizontes da *web* como campo político e espaço de fluxo de micro discursos, buscamos um adequado entendimento desta *geração*

¹³⁶ Forma de distribuição de informações digitais que, ao contrário das informações obtidas por *download* e do *upload*, não ocupa espaço no HD (*Hard Disk*) interno do computador e, por isso, não há o risco de incorrer em violação de direitos autorais por cópia ilegal de dados. Também em contraposição ao *download* e *upload*, o *streaming* dependem exclusivamente da qualidade da conexão à Internet de que se dispõe. Os dois grupos aqui estudados (MPL e Mídia Ninja) utilizaram amplamente de *streamings* durante as manifestações de junho de 2013.

cujas origens são eminentemente urbanas, haja vista que uma ampla parcela da população brasileira que utiliza a Internet vive nas grandes metrópoles.

Nas manifestações de junho de 2013, movimentos como o MPL e o Mídia Ninja atuaram de modo a estruturar as ações e reverberar as vozes da *geração perfil* e de alguns representantes do midialivrismo ciberativista. Nesse contexto, as experiências comunicativas em comunidades virtuais apresentam-se como um contraponto real possível ao modelo tradicional de mídia de massas e à concentração da informação por parte de corporações e instituições hegemônicas.

Segundo NOBRE 2013¹³⁷, o que chamamos aqui de contraponto foi antes um descompasso informacional entre a mídia empresarial tradicional e as novas mídias das redes sociais. Este descompasso engendrou um novo sujeito político, um sujeito que não quer se ver reduzido à um sistema político e que, tendo novas fontes de informação além das empresas midiáticas brasileiras, vê-se capaz de reivindicar uma participação mais direta e efetiva no debate público.

Para Marcos Nobre, junho marcou a quebra do acordo de governabilidade originado no período da redemocratização de 1985, governabilidade que tem sido, ainda segundo Nobre, sustentada e difundida pela grande mídia corporativa no Brasil. Nesse sentido, as manifestações de junho, bem como as ações diretas de midialivrismo ciberativista e as replicações de informação da chamada *geração perfil*, contribuíram para evidenciar a defasagem daquilo que Paulo Arantes chamou de *a fórmula mágica da paz*¹³⁸.

Essa *fórmula* sustentou um sistema político de coalizões que perdurou durante os trinta anos de experiência democrática no Brasil pós ditadura militar, tendo vivido seu descenso derradeiro nos governos petistas, especialmente após o primeiro mandato de Lula da Silva.

Enfraquecido o sistema de coalizões, o descenso da *fórmula mágica da paz* político-partidária fez emergir os conflitos sociais e contradições

¹³⁷ NOBRE, Marcos. In. Choque de Democracia. Razões da Revolta.

¹³⁸ ARANTES, Paulo. A Fórmula Mágica da Paz se Esgotou.

institucionais que os brasileiros acostumaram-se a negligenciar, minimizar ou omitir em função de um ideal de cordialidade e igualdade, ideal que muitas vezes serviu de subterfúgio para esconder a abissal desigualdade social que herdamos de um momento de autoritarismo institucionalizado.

Junho de 2013 também foi uma lembrança dessa herança. E sobretudo após o evidente descontrole e despreparo da polícia militar¹³⁹ ao lidar com manifestantes nas ruas, aprofundaram-se e fortaleceram-se as reminiscências de uma sociedade disciplinar e um Estado vigilantista¹⁴⁰ e persecutório, reminiscências que justificam e nos fazem naturalizar nossas representações de autoritarismo, punição e venalidade.

A exaustão¹⁴¹ de um modelo de conciliações político-ideológicas que teve em junho de 2013 um de seus momentos mais emblemáticos, não apagou essas reminiscências, pelo contrário, fez com que elas emergissem na consciência coletiva e ganhassem voz na opinião pública, agora também reverberada pelas novas mídias sociais da Internet. Se é possível vislumbrar algum legado de junho de 2013, este bem pode ser a acentuação dessas lembranças vigilantistas e persecutórias, as representações disciplinares e as resistências antidisciplinares que as acompanham, intensificando-se e tornando-se memórias cada vez mais cogentes nas decisões, condutas e hábitos cotidianos.

Outra lembrança suscitada em junho de 2013 - talvez esta sim uma verdadeira reminiscência dada a expressão emocional e aparência de vagueza de alguns inconformismos nas ruas - foi a constatação de que a Democracia real não é apenas um regime político, mas um modo de vida. Uma das grandes marcas das sociedades democráticas modernas é o reconhecimento da interdependência entre Estado e sociedade civil e de que as grandes transformações estruturais da sociedade não prescindem da sociedade civil e de uma opinião pública fortalecida. Pelo contrário, essas transformações

¹³⁹ MARQUES; LIMA; QUINTANILHA et. al. 2013.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Segundo a leitura de NOBRE 2013 a respeito do fenômeno que ele chamou de *pemedebismo*.

dependem de massivas mobilizações, das multidões ocupando espaços públicos e de uma esfera pública informada e com condições de divergir.

Junho de 2013, tal como maio de 1968 (NOBRE 2013), foi uma lembrança desse fenômeno típico das sociedades democráticas modernas. Para muito além de um sofisma e tergiversação midiáticas que alardeava para telespectadores sonâmbulos que “o gigante acordou”, as revoltas de junho explicitaram aquilo que o músico Tom Zé cantou nos seguintes versos: *Democracia que anda nua, atua quando me ousa, amua quando repouso.*

Em uma outra chave de leitura - essa bem mais difundida que as interpretações dos autores Marcos Nobre e Paulo Arantes acima citados -, diante do crescente descrédito e progressiva perda de legitimidade da mídia tradicional perante a opinião pública¹⁴² e a sociedade civil, as redes sociais teriam servido de instrumento de propagação de indignações difusas e não propriamente conscientes.

Essas indignações acabaram convergindo para a temática abstrata da luta contra a corrupção. As manifestações anticorrupção passaram a ser uma espécie de avatar de um sentimento de justificação, uma causa pela qual sentia-se que valia a pena lutar, uma causa abstrata que aglutinava os inconformismos mais antagônicos e que, exatamente por seu antagonismo, serviam de motivação ideológica para tergiversar diante das demandas mais legítimas, coerentes e urgentes da sociedade brasileira.

A despeito das reivindicações contra o aumento das passagens de transporte público e das demandas referentes à mobilidade urbana apresentarem visível regularidade sociológica em diversas cidades brasileiras, em dado momento das manifestações de junho a ideia abstrata de um novo movimento anticorrupção e a distinção maniqueísta entre vândalos e manifestantes ganharam tamanha dimensão que mesmo a academia, os partidos políticos ou os meios de comunicação de abrangência nacional não tematizavam ou pautavam essas reivindicações com tanta frequência.

¹⁴² Cf. Links: <http://intervozes.org.br/> e <https://rsf.org/pt/>; Pesquisa IBOPE a pedido da CNT: *Manifestações junho 2013*. Realizada entre os dias 19 e 20 de junho de 2013.

E é nesse momento que as mobilizações das ruas em confluência com as ações de midialivrismo ciberativista nas redes sociais digitais começam a ganhar maior força, através de um certo “vácuo” narrativo da grande imprensa e dos interstícios dos grandes discursos e interpretações de intelectuais sobre o que, de fato, ocorria naquele momento.

Portanto, as palavras midialivrismo e ciberativismo estão imbricadas e designam, respectivamente:

I - Um modelo de difusão e produção da informação que pretende-se desvinculado de interesses estritamente comerciais e mercadológicos, um modelo de comunicação midiática em rede onde as figuras do produtor, receptor e difusor da informação não são percebidas como rigidamente separadas;

II - um conjunto de táticas de guerrilha informacional no ciberespaço através de tecnologias de informação e comunicação (TICs).

No que se refere às ações ciberativistas em corporações midiáticas na Internet, tais como as plataformas *Twitter* e *Facebook*, o que poderia denotar uma contradição ou conflito de interesses, aqui pode ser melhor compreendido se pensarmos que algumas das comunidades virtuais que utilizamos hoje e que pensamos terem sido criadas por empresas privadas, foram na verdade criadas por ativistas, hackers e pessoas envolvidas em movimentos de justiça global. Este, precisamente, é o caso do *Twitter*, cujo protótipo – chamado TXT Mob: um serviço de compartilhamento de SMS e mensagens de texto via dispositivos móveis, semelhante à lista de e-mails – foi desenvolvido em 2004 pelos programadores e ativistas Tad Hirsch e Evan Henshaw a fim de ocupar e bloquear as ruas de Nova York evitando a repressão policial.

Quanto ao *Facebook*, não há este vínculo originário com mobilizações e ativismo social. Esta comunidade surge como uma rede estritamente acadêmica que visava ampliar as conexões e interações dentro de universidades, principalmente entre alunos. Com o tempo, o *Facebook* alcança outras universidades dos Estados Unidos da América e do Canadá, expande-se com um modelo de negócio próprio e transforma-se numa das maiores

corporações de Internet do mundo. Então, não haveria, aqui sim, uma contradição e conflito de interesses? Como pensar e promover ações de ciberativismo e midialivrismo a partir de uma empresa que visa tão somente ampliar suas margens de lucro e mercado consumidor?

Essa aparente contradição pode ser melhor pensada ou dirimida na medida em que pensamos as redes sociais digitais não numa perspectiva meramente instrumental e determinista, como causadoras das relações sociais - no nosso caso, dos protestos, mobilizações e conflitos políticos -, mas como indício da emergência de fenômenos sociais e como lugar de manifestação de micro discursos e disputas narrativas *online* em torno dos processos culturais e políticos que ocorrem, sobretudo, *off-line*, nas ruas. Sob esta perspectiva das redes sociais, a comunicação na *web* se dá em nível micromolecular, e esses micro discursos são muito mais reveladores das relações entre tecnologias digitais de comunicação e dinâmicas sociais. Bem mais do que os macro discursos e metanarrativas que abordam a tecnologia sob uma visão instrumental e determinista, e a sociedade sob uma visão linear e evolutiva. Pensar as relações entre ativismo digital e redes sociais na Internet não se trata de pensar relações de causa e efeito, mas sim de compreender processos não lineares, disruptivos, com múltiplas dimensões que emergem do conflito.

No contexto das manifestações de junho de 2013, a Mídia Ninja apresenta-se como um dos atores que exercem um papel central não apenas no entendimento das ações de midialivrismo ciberativista, mas também nas disputas narrativas e compreensão dos processos das ruas. A proposta dos Ninjas é alcançar uma maior horizontalidade dos fluxos informacionais, onde o receptor da informação não é pensado como um mero consumidor de informação, mas é chamado a tornar-se um ativista e agente da produção e difusão da própria informação. Dado que as fronteiras entre quem produz, quem consome e quem reverbera a informação apresentam-se muito mais fluidas, tênues e potencialmente mais independentes de grandes centros empresariais de mídia, a relação dos midialivristas com a informação pretende-se menos uma relação capitalista tradicional de produção e consumo de mercadorias, uma relação que envolve a obtenção de um salário como decorrência da venda sistemática da força de trabalho, e mais uma relação

colaborativa, interativa e ativista. Nessa relação, a produção da informação e seus modos de difusão pretendem-se produtos do engajamento e da ação direta e reflexiva dos indivíduos. O fundamento do midialivrismo e midiativismo incorporado pela Mídia Ninja reside na intenção de que os indivíduos passem de espectadores e receptores passivos das informações produzidas nos meios tradicionais e corporativos de mídia à agentes e ativistas da própria informação.

Uma outra dimensão da proveniência da Mídia Ninja é que ele surge no interior de um processo de debates e reflexões de uma rede de coletivos culturais chamada Fora do Eixo. Essa rede de coletivos foi criada em 2005 pelo trabalho de produtores culturais independentes e fomentada pelo programa Pontos de Cultura do Ministério da Cultura do governo federal, naquele momento levado à frente pelo ministro Gilberto Gil. Esse contexto originário possibilitou que a Mídia Ninja contasse, já desde seu início, com um contingente de colaboradores fixos que se dedicavam integralmente ao projeto. Já em 2013, ano das manifestações através das quais o trabalho dos Ninjas tornou-se conhecido em todo o Brasil, eles contavam com cerca de 15 pessoas em dedicação exclusiva ao projeto e aproximadamente 1500 interessados de 150 cidades de todos os estados brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, passados quase seis anos de Junho de 2013, muito ainda tem sido dito sobre aquelas manifestações populares que surgiram como um paroxismo de afetos políticos. Um paroxismo que, mesmo tendo efeitos explosivos e ainda hoje controversos, não foi um caso fortuito. Ademais, na história, aquilo que é tido como fortuito pode suscitar as mais densas e instigantes narrativas que ajudam a compreender os contextos.

Das múltiplas conexões de sentido e articulações de processos que se pode aduzir daquelas manifestações, buscamos destacar na presente dissertação aquelas que julgamos capazes de deslindar e perscrutar o contexto das manifestações de junho de 2013 em consonância com a temática das novas mídias digitais e os modos pelos quais essas mídias podem viabilizar a criação de redes sociais que, por sua vez, expressam a pertinência e atualidade dos limites e liames entre ação coletiva e ato conectivo na sociedade da informação.

Dadas as recentes condições de produção, circulação e consumo da informação, condições também expressas através da expansão do uso das novas mídias digitais, as dimensões e horizontes de Junho de 2013, bem como as potências de ação coletiva e de expressão de reivindicações que se descortinaram desde aquelas manifestações, puderam ser realçadas e mais amplamente difundidas. E isso tem se dado de tal modo que as chamadas redes sociais da Internet têm ganhado um papel de destaque nas reflexões sobre as principais dinâmicas e decisões políticas do país.

De fato, ainda que se priorize uma perspectiva mais instrumental e funcional na análise das TIC's em suas relações com os processos e estruturas sociais, tem se tornado cada vez mais difundido na opinião pública uma percepção de que as mídias sociais da internet operacionalizam uma *partilha do sensível* ou reconfiguração dos espaços de ação social e política, seja exercendo a função de máquina de diversionismo e tergiversação, repositório de expectativas e indignações, redes de idiosincrasias sobre a vida político-institucional cotidiana, ou ainda, a função de aparelho amplificador de correntes de opinião e adensamento de teias microdiscursivas. Por tudo isso, a análise

das redes sociais da Internet e na Internet tem se mostrado um campo privilegiado de reflexão sobre as ações coletivas e mobilizações sociais.

Junto das instâncias tradicionais de organização e mobilização social - partidos, sindicatos, associações, etc -, as redes sociais da Internet ensejam a *partilha do sensível*, instauram espaços de dissenso e suscitam bolhas ideológicas capazes de alterar significativamente os processos políticos decisórios, de participação e interação social. Junho de 2013 foi um exemplo emblemático dessa *partilha* com efeitos políticos e culturais que têm reverberado com intensidade nos modos como exercemos nossa cidadania, seja em nível cotidiano e micropolítico, seja em níveis institucionais e macroestruturais.

Assim como as tradicionais mídias televisivas - que tal como as redes da Internet constituem um ambiente de comunicação criado a partir de modelos de negócios próprios e com finalidades específicas de seguimentação de uma audiência com finalidades comerciais - as redes sociais da Internet têm atuado na reconfiguração de nichos de opinião pública. Esses nichos, por sua vez, a despeito de serem por definição um contingente minoritários da população com acesso às informações midiáticas, acabam por produzir amplos efeitos de propagação da informação. E, dado a profusão, a ubiquidade e pervasividade dessas informações, os seus impactos nas deliberações políticas, no enxameamento de bolhas de opinião e na sensível reconfiguração de uma cultura política também crescem exponencialmente.

No mais, é de se notar que, sobretudo desde o contexto das manifestações de junho de 2013 e de seus sismos políticos com intensos impactos culturais, grande parte das análises de conjuntura têm abordado o tema das redes sociais e novas mídias da Internet, seja considerando a relevância do tema para as análises, seja falando de sua superficialidade

ESTATÍSTICAS SOBRE JUNHO DE 2013, ACESSOS E USOS DE TICs NO BRASIL

GRÁFICOS REFERENTES AOS ANOS 2012 E 2013

I – PNAD/IBGE 2012-2013.

Os gráficos a seguir fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE). Na PNAD de 2013, foram pesquisadas 362.555 pessoas e 148.697 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação. O período de referências das amostragens é de 365 dias, sendo que para a pesquisa do ano de 2013 o período é de 27 de setembro de 2012 a 28 de setembro de 2013. A tabela 1 apresenta as especificações do tamanho da amostragem por Unidade da Federação.

Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 186	148 697	362 555
Rondônia	1/200	23	170	2 836	7 120
Acre	1/150	11	84	1 559	4 475
Amazonas	1/250	23	240	3 786	13 023
Roraima	1/150	5	57	985	2 767
Pará	1/350	61	563	8 628	22 455
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4 290	9 775
Amapá	1/200	6	60	935	2 890
Tocantins	1/200	23	148	2 490	6 457
Maranhão	1/600	35	205	3 144	9 270
Piauí	1/500	20	127	2 195	5 592
Ceará	1/600	48	457	7 683	19 122
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	4 897	11 864
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2 085	5 068
Paraíba	1/550	23	146	2 379	6 187
Pernambuco	1/600	50	581	9 004	20 561
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6 201	13 182
Alagoas	1/500	18	128	1 995	5 461
Sergipe	1/300	22	155	2 460	6 089
Bahia	1/600	88	731	11 678	27 247
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5 436	12 157
Minas Gerais	1/650	129	813	13 566	33 137
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	5 084	12 889
Espírito Santo	1/450	24	187	3 052	6 737
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 189	25 723
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	7 946	18 664
São Paulo	1/950	126	1 023	16 967	39 531
Região Metropolitana de São Paulo	1/650	37	489	8 160	19 568
Paraná	1/600	67	457	7 443	19 045
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	2 923	7 627
Santa Catarina	1/550	45	278	4 406	9 882
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 283	27 189
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7 633	17 214
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 681	6 327
Mato Grosso	1/350	31	204	3 145	7 148
Goiás	1/350	51	397	6 561	14 691
Distrito Federal	1/250	1	213	3 592	9 361

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes, segundo algumas características - Brasil - 2012-2013

Características	Domicílios particulares permanentes			
	2012		2013	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Iluminação elétrica	63 462	99,5	64 825	99,6
Telefone	58 176	91,2	60 365	92,7
Somente móvel celular	32 756	51,4	34 600	53,1
Somente fixo convencional	1 887	3,0	1 781	2,7
Celular e fixo convencional	23 533	36,9	23 985	36,8
Fogão	62 975	98,8	64 304	98,8
Filtro de água	33 851	53,1	34 828	53,5
Geladeira	61 635	96,7	63 322	97,3
Freezer	10 621	16,7	11 001	16,9
Máquina de lavar roupa	35 174	55,2	37 927	58,3
Rádio	51 594	80,9	49 329	75,8
Televisão	61 987	97,2	63 297	97,2
DVD	48 487	76,0	47 138	72,4
Microcomputador	29 583	46,4	32 196	49,5
Internet	25 714	40,3	28 045	43,1
Carro	27 095	42,5	28 392	43,6
Motocicleta	12 756	20,0	12 931	19,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2013.

Acesso à Internet

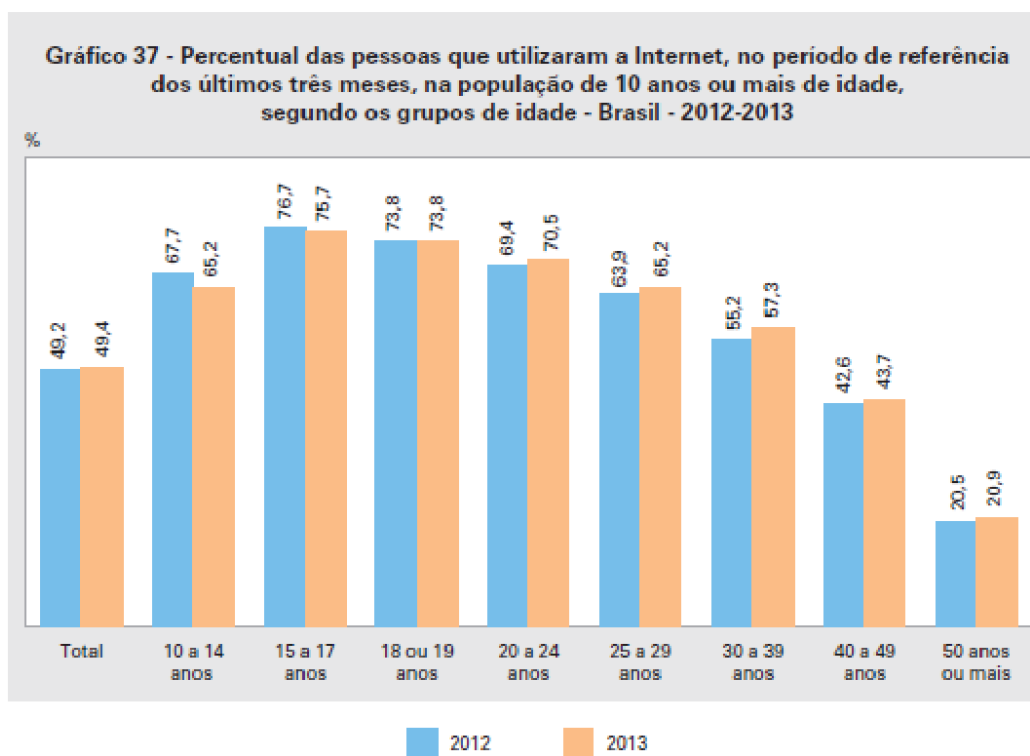
No Brasil, aproximadamente 85,6 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a Internet no período de referência da pesquisa em 2013. Foi um crescimento de 1,6% (ou 1,4 milhões) de usuários em relação ao ano de 2012. Esta foi a menor taxa de crescimento do contingente de internautas verificada pela pesquisa: de 2011 para 2012, foi de 6,9%; de 2009 para 2011, 14,8%; e, de 2008 para 2009, 21,6%.

Em todas as Grandes Regiões houve crescimento do contingente de internautas de 2012 para 2013: Norte (0,4%), Nordeste (3,3%), Sudeste (1,0%), Sul (2,0%) e Centro-Oeste (1,3%).

De 2012 para 2013, a proporção de internautas passou de 49,2% para 49,4% do total da população residente. Em 2013, as Regiões Sudeste (57,0%), Sul (53,5%) e Centro-Oeste (54,3%) registraram proporções acima da média nacional (49,4%), enquanto as Regiões Norte (38,6%) e Nordeste (37,2%) registraram os menores níveis.

Por grupos de idade, pessoas de 15 a 17 anos de idade e de 18 ou 19 anos de idade apresentaram as maiores proporções de usuários da Internet, no Brasil, em 2013 (75,7% e 73,8% respectivamente). Por Grandes Regiões, essas faixas etárias também foram destaques: Norte (59,8% e 62,4%), Nordeste

(63,4% e 62,0%), Sudeste (84,9% e 82,1%), Sul (84,0% e 80,6%) e Centro-Oeste (84,5% e 78,9%). Na média, os grupos etários de 40 a 49 anos de idade e de 50 anos ou mais de idade registraram proporções de usuários da Internet inferiores à média total nacional (43,7% e 20,9%, respectivamente). Mais da metade dos internautas tinham de 10 a 29 anos de idade (52,9%). As mulheres eram 51,9% do total. PNAD/IBGE 2012-2013 P.79.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2013.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

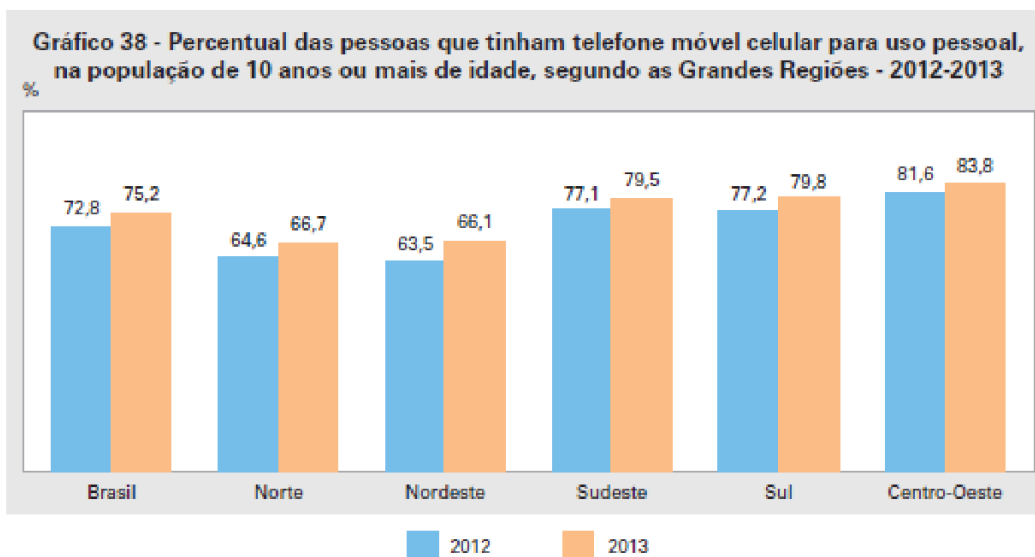
O levantamento indicou crescimento do número de domicílios que possuíam apenas o telefone móvel celular como meio telefônico em 2013. Em termos populacionais, foram contabilizadas cerca de 130,2 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ou 75,2% da população residente no Brasil, que tinham telefone móvel celular para uso pessoal. Em relação ao ano de 2012, foi um crescimento de

4,6%, o equivalente a 5,7 milhões pessoas. Esta taxa de crescimento foi menor que as verificadas em anos anteriores: de 2011 para 2012, foi de 6,4% e de 2008 para 2009, 8,9%.

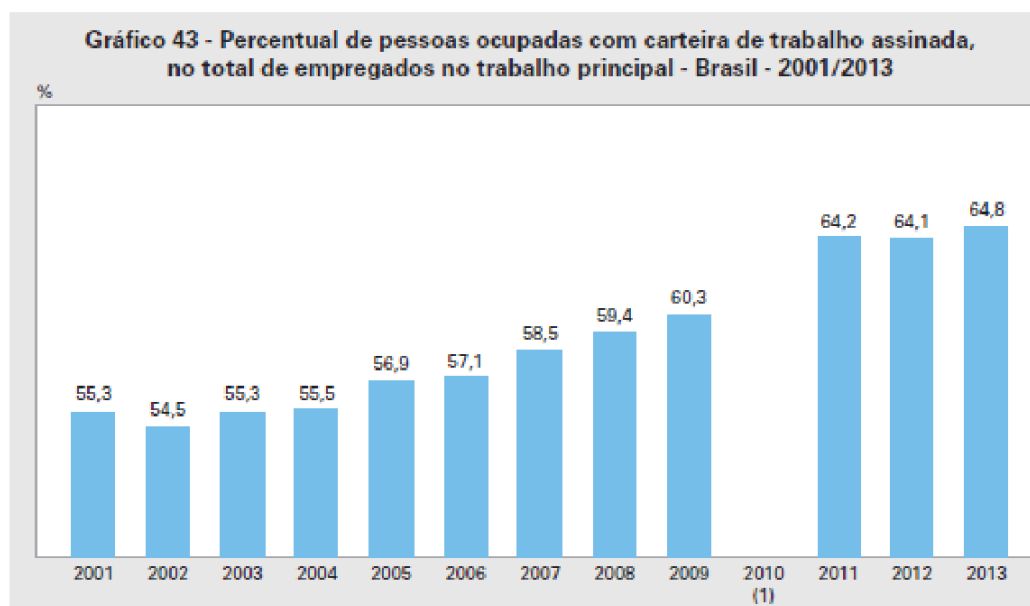
Em todas as Grandes Regiões também houve crescimento do total de pessoas que tinham telefone móvel celular de 2012 para 2013: Norte (5,6%), Nordeste (5,2%), Sudeste (4,1%), Sul (4,2%) e Centro-Oeste (5,1%).

Do total de pessoas de 10 anos ou mais de idade que possuíam telefone móvel celular para uso pessoal em 2013, 21,0% tinham 20 a 29 anos de idade, e 21,1% tinham 30 a 39 anos de idade. As mulheres corresponderam a 52,3% do total.

Em 2013, as proporções de pessoas que possuíam telefone móvel celular para uso pessoal em cada um dos grupos de idade superaram o patamar nacional de 75,2%, exceto nas faixas de 10 a 14 anos (49,9%) e de 60 anos ou mais de idade (51,6%). Por Grandes Regiões em 2013, Centro-Oeste (83,8%), Sul (79,8%) e Sudeste (79,5%) apresentaram proporções de pessoas que tinham telefone móvel celular superiores ao nível nacional (75,2%). Nas Regiões Norte e Nordeste, essa proporção ficou em 66,7% e 66,1%, respectivamente. PNAD/IBGE 2012-2013. p. 80



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2013.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2013.

Nota: Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Carteira de trabalho assinada

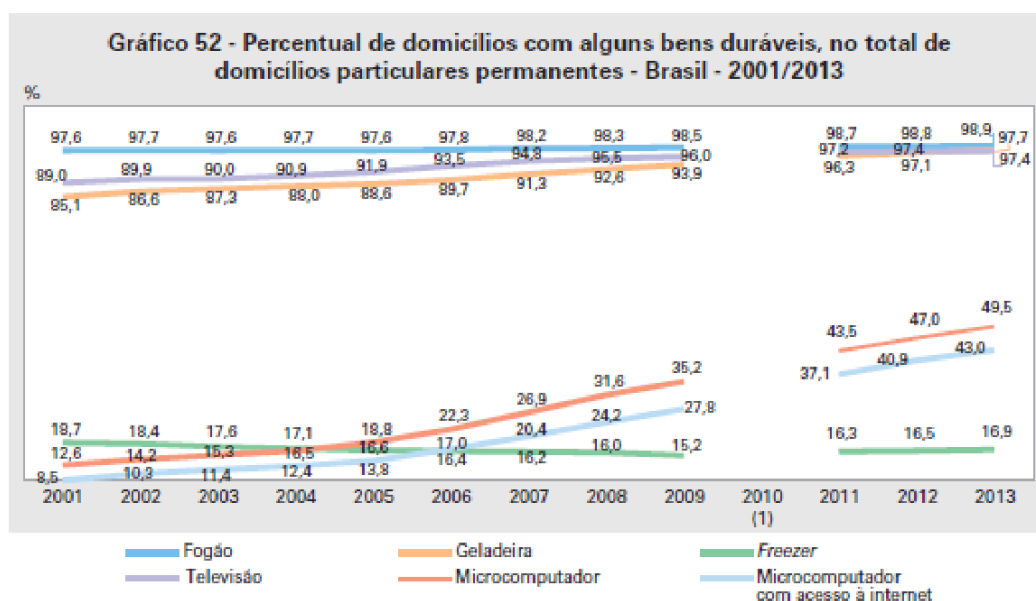
Em 2001, 55,3% do total de empregados (exclusive trabalhadores domésticos) possuíam carteira de trabalho assinada. Em 2002, essa proporção atingiu o menor patamar, 54,5%. A partir de 2003, houve crescimento do emprego com carteira de trabalho assinada, alcançando 64,8% em 2013, expansão de 9,5 pontos percentuais frente a 2001 (...)

Carteira de trabalho assinada no setor privado

Entre os empregados do setor privado, aqueles que possuíam carteira de trabalho assinada registraram percentual de 63,4% em 2001. Em 2002, essa proporção atingiu o menor patamar, 62,7%. A partir de 2003, houve crescimento desse indicador, alcançando 76,1% em 2013. Frente a 2001 a expansão foi de 12,7 pontos percentuais.

Contribuição previdenciária

A partir de 2003, houve aumento do percentual de pessoas ocupadas contribuintes de instituto de previdência em todos os anos. Essa proporção alcançou 62,1% em 2013, o que, frente à estimativa de 2001 (46,7%), representou um crescimento de 15,4 pontos percentuais. Essa expansão estava relacionada ao crescimento, no mesmo período, do emprego com carteira de trabalho assinada. PNAD/IBGE 2012-2013. p.84.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2013.

Nota: Exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) A pesquisa não foi realizada.

Em 2001, 12,6% dos domicílios tinham microcomputador, alcançando, em 2013 o patamar de 49,5%. No mesmo período, o crescimento da proporção de domicílios que possuíam microcomputador com acesso à Internet foi de 34,5 pontos percentuais: de 8,5% para 43,0%. PNAD/IBGE 2012-2013. p. 90.

8 Tecnologia da informação e comunicação

Tabela 8.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2012-2013

(conclusão)

Sexo e grupos de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses (1 000 pessoas)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2013						
Total	85 572	5 377	17 579	42 111	13 495	7 010
10 a 14 anos	10 783	725	2 588	4 890	1 677	903
15 a 17 anos	8 060	634	2 049	3 524	1 184	669
18 ou 19 anos	5 076	424	1 248	2 229	766	409
20 a 24 anos	11 160	838	2 605	5 077	1 699	941
25 a 29 anos	10 214	706	2 162	4 913	1 539	893
30 a 39 anos	18 200	1 092	3 456	9 291	2 809	1 552
40 a 49 anos	11 893	593	2 029	6 292	2 042	936
50 anos ou mais	10 185	363	1 442	5 895	1 778	706
Homens	41 173	2 547	8 237	20 402	6 587	3 399
10 a 14 anos	5 451	347	1 267	2 513	861	464
15 a 17 anos	3 978	313	997	1 739	607	323
18 ou 19 anos	2 546	206	624	1 125	393	199
20 a 24 anos	5 395	391	1 200	2 485	837	482
25 a 29 anos	4 829	332	982	2 355	727	432
30 a 39 anos	8 433	502	1 562	4 341	1 330	698
40 a 49 anos	5 570	267	904	2 979	975	445
50 anos ou mais	4 970	191	703	2 864	858	355
Mulheres	44 399	2 830	9 342	21 709	6 908	3 610
10 a 14 anos	5 332	379	1 321	2 377	816	439
15 a 17 anos	4 082	322	1 053	1 784	578	346
18 ou 19 anos	2 530	219	624	1 104	373	210
20 a 24 anos	5 765	448	1 405	2 592	861	459
25 a 29 anos	5 384	374	1 180	2 558	812	461
30 a 39 anos	9 767	590	1 895	4 950	1 479	853
40 a 49 anos	6 323	327	1 126	3 313	1 067	491
50 anos ou mais	5 215	173	739	3 032	921	352

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2013.

II – Datafolha: protestos sobre aumento na tarifa dos transportes.

METODOLOGIA

A pesquisa do Datafolha é um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. O universo da pesquisa é composto pela população **com 16 anos ou mais** da cidade de São Paulo.

Nesse levantamento realizado **no dia 18 de junho de 2013**, foram realizadas **805 entrevistas** com margem de erro máxima **4 pontos percentuais** para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Isto significa que se fossem realizados 100 levantamentos com a mesma metodologia, em 95 os resultados estariam dentro da margem de erro prevista.

Essa pesquisa é uma realização da Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha. Datafolha, pág.6.

Motivos da participação na manifestação

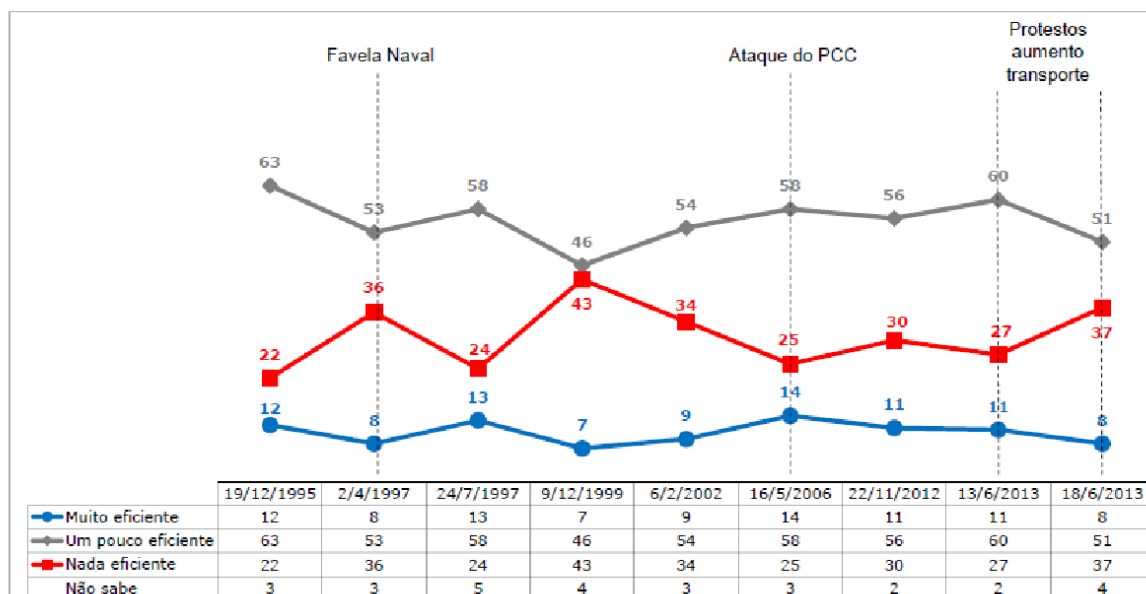
(Resposta espontânea e múltipla, em %)

	Manifestantes 17/06/2013	População 18/06/2013
Para protestar contra o aumento da passagem	56	67
Contra a corrupção	40	38
Contra os políticos	24	35
Por um transporte de melhor qualidade	27	27
Por mais segurança	13	20
Protestar contra a violência/repressão da polícia	31	18
Pela tarifa zero/passe livre	14	14
Pela saúde	2	7
Contra os gastos com a Copa das Confederações/ Copa do Mundo	-	5
Pela educação	-	5
Apoio à manifestação	1	-
Outras respostas	31	10

Fonte: Ontem aconteceu uma manifestação na cidade de São Paulo que reuniu cerca de 85 mil pessoas. Na sua opinião, por quais motivos essas pessoas participaram dessa manifestação?

Base : Total da amostra - moradores da cidade de São Paulo

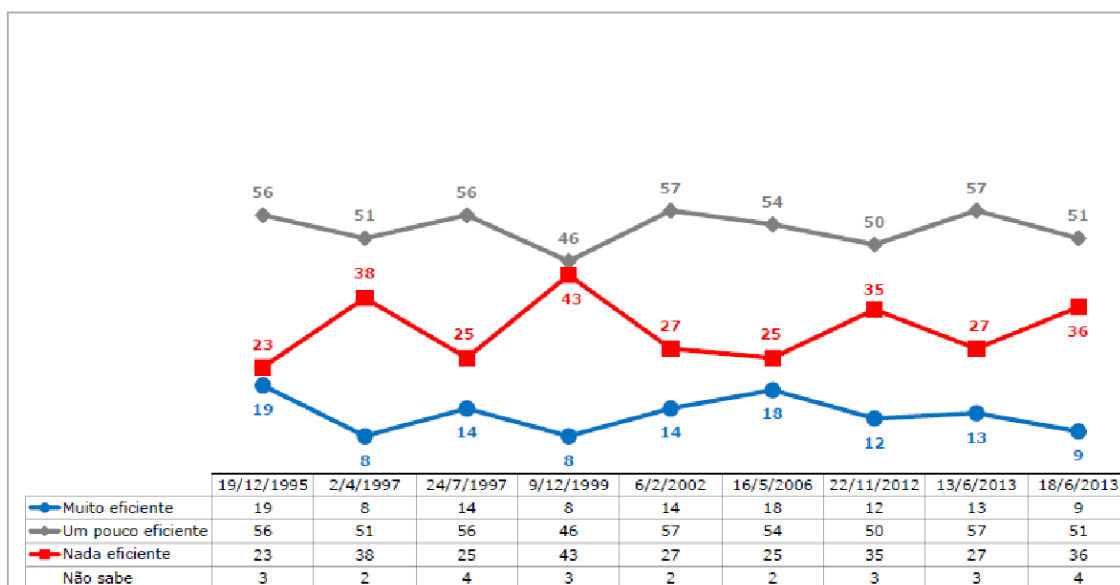
Grau de eficiência da Polícia Militar na prevenção dos crimes (Resposta estimulada e única, em %)



Fonte: Na sua opinião, a Polícia Militar de São Paulo é muito, um pouco ou nada eficiente na prevenção de crimes antes que eles aconteçam?
Base: Total da amostra - moradores da cidade de São Paulo

Pesquisa Datafolha, pág. 14.

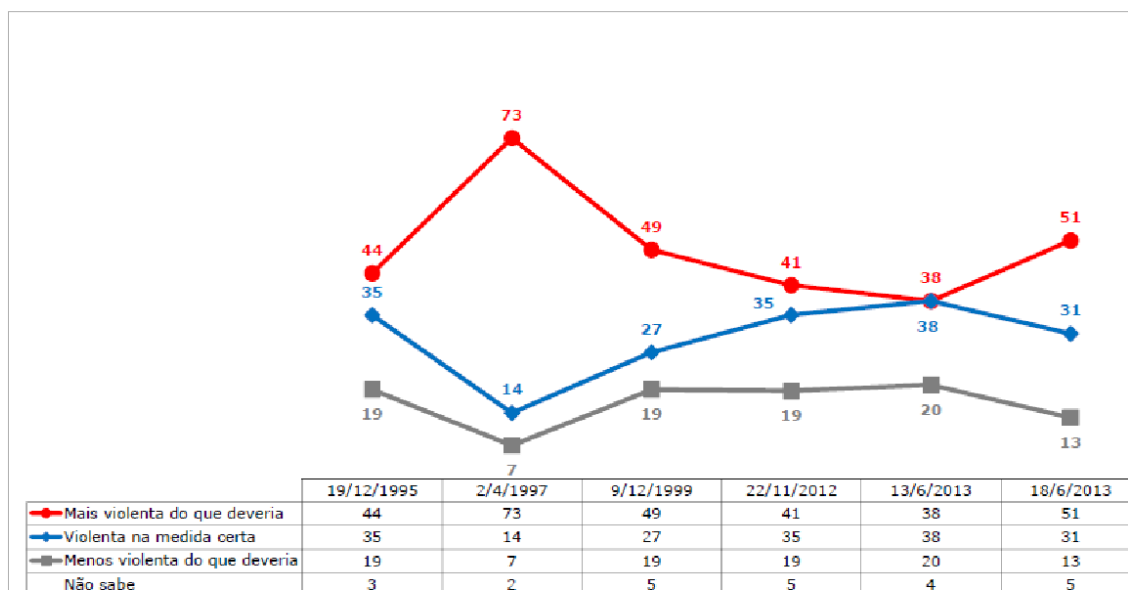
Grau de eficiência da Polícia Militar no combate aos crimes (Resposta estimulada e única, em %)



Fonte: E no combate ao crimes, depois que eles acontecem, a Polícia Militar de São Paulo é muito, um pouco ou nada eficiente?
Base: Total da amostra - moradores da cidade de São Paulo

Pesquisa Datafolha, pág. 15.

Opinião sobre a violência nas ações da Polícia Militar (Resposta estimulada e única, em %)



Fonte: Você diria que a Polícia Militar é mais violenta do que deveria, violenta na medida certa ou é menos violenta do que deveria ?

Base : Total da amostra - moradores da cidade de São Paulo

Pesquisa Datafolha, pág. 19.

Prestígio de algumas instituições nacionais (Resposta estimulada e única, em %)

	08 a 12 e 15/12/2003			19 e 20/03/2007			18/06/2013		
	Muito	Pouco	Nenhum	Muito	Pouco	Nenhum	Muito	Pouco	Nenhum
Congresso Nacional	30	47	17	20	43	34	12	40	42
Forças Armadas	44	39	12	38	43	14	27	51	16
Igreja Católica	58	31	7	52	34	11	35	44	15
Imprensa	74	18	4	65	27	6	61	30	6
Poder Judiciário	38	43	14	34	48	16	20	55	16
Partidos políticos	31	42	22	21	37	40	16	35	44
Presidência da República e Ministérios	51	35	9	31	43	24	19	52	24
Igreja Universal do Reino de Deus	44	29	19	36	27	31	28	33	29
Sindicato dos trabalhadores	42	40	13	36	46	15	21	53	22
Redes sociais na internet	-	-	-	-	-	-	65	21	8

Fonte: Agora vou citar algumas instituições nacionais e gostaria que você me dissesse de cada uma se tem muito prestígio, pouco prestígio ou nenhum prestígio na sociedade brasileira?

Base : Total da amostra - moradores da cidade de São Paulo

Pesquisa Datafolha, pág. 21.

Influência de algumas instituições nacionais (Resposta estimulada e única, em %)

	08 a 12 e 15/12/2003			19 e 20/03/2007			18/06/2013		
	Muito	Pouco	Nenhum	Muito	Pouco	Nenhum	Muito	Pouco	Nenhum
Congresso Nacional	51	34	9	45	35	16	26	47	23
Forças Armadas	48	36	11	44	40	12	25	51	19
Igreja Católica	54	35	7	49	38	10	34	47	15
Imprensa	75	17	3	70	21	6	70	23	4
Poder Judiciário	52	33	9	47	40	10	26	52	18
Partidos políticos	45	37	14	39	38	21	28	44	25
Presidência da República e Ministérios	60	28	6	52	33	12	31	47	19
Igreja Universal do Reino de Deus	45	30	17	42	28	25	32	37	22
Sindicato dos trabalhadores	41	42	11	35	49	11	27	54	15
Redes sociais na internet	-	-	-	-	-	-	72	18	5

Fonte: Gostaria também que você me dissesse, de cada uma, se tem muito, pouco ou nenhum poder ou capacidade de influência hoje no Brasil?
Base: Total da amostra - moradores da cidade de São Paulo

Pesquisa Datafolha, pág. 22.

P.3 Agora vou citar algumas instituições nacionais e gostaria que você me dissesse de cada uma se tem muito prestígio, pouco prestígio ou nenhum prestígio na sociedade brasileira.
(Resposta estimulada e única, em %)

		SEXO		IDADE						ESCOLARIDADE			RENDIA FAMILIAR MENSAL			
		Masculino	Feminino	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 anos ou mais	Fundamental	Médio	Superior	Até 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.	
CONGRESSO NACIONAL (SENADORES E DEPUTADOS FEDERAIS)	Muito	12	13	12	14	11	11	13	12	14	7	15	14	5	4	
	Pouco	40	38	42	49	43	34	35	37	34	41	41	40	38	44	
	Nenhum	42	47	39	31	44	51	46	39	42	39	50	36	44	49	
	Não sabe	5	3	8	5	2	4	5	12	10	4	3	8	2	8	
FORÇAS ARMADAS	Muito	27	31	24	32	26	25	26	27	29	27	27	26	30	20	
	Pouco	51	49	53	51	56	51	53	43	47	52	54	51	52	54	
	Nenhum	16	15	13	12	15	17	13	14	17	13	14	16	14	21	
	Não sabe	6	2	9	5	1	6	4	18	11	4	3	9	4	5	
IGREJA CATÓLICA	Muito	38	35	36	35	36	36	34	38	41	33	32	38	35	26	
	Pouco	44	45	44	44	47	45	43	41	35	40	50	42	46	50	
	Nenhum	15	15	13	17	14	14	16	11	15	14	15	12	14	16	
	Não sabe	6	4	8	4	4	6	7	10	9	5	4	6	4	6	
IMPRENSA	Muito	61	60	63	59	55	62	55	52	57	55	59	61	65	61	
	Pouco	30	31	30	30	24	31	31	37	33	27	33	32	28	29	
	Nenhum	6	7	5	10	8	4	3	3	5	5	8	4	5	9	
	Não sabe	2	2	3	1	2	3	1	7	4	2	1	3	2	2	
PODER JUDICIÁRIO (JUÍZES E PROMOTORES)	Muito	20	22	19	24	20	24	18	15	20	23	16	19	24	15	
	Pouco	55	53	56	47	59	54	58	55	51	55	61	54	56	60	
	Nenhum	19	21	18	22	18	20	17	22	20	18	21	19	16	19	
	Não sabe	5	3	7	7	3	3	7	8	9	8	2	8	3	6	
PARTIDOS POLÍTICOS	Muito	16	15	17	20	21	11	15	13	15	18	13	19	18	11	
	Pouco	35	35	36	38	30	36	39	33	32	36	38	34	37	34	
	Nenhum	44	47	41	38	45	50	40	47	45	41	47	41	42	46	
	Não sabe	5	3	6	4	4	3	6	7	7	4	3	6	3	6	
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS	Muito	19	21	18	18	18	19	22	18	21	20	15	23	19	12	
	Pouco	52	53	51	48	56	54	55	45	49	50	60	46	57	50	
	Nenhum	24	23	25	26	23	24	21	26	21	26	24	23	22	33	
	Não sabe	5	3	6	5	3	4	2	10	8	4	1	8	2	5	
IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	Muito	28	24	31	34	26	26	31	19	29	28	34	33	26	18	
	Pouco	33	37	29	37	35	37	26	28	28	34	36	32	37	33	
	Nenhum	29	31	28	22	33	29	30	32	29	27	34	23	27	41	
	Não sabe	11	8	13	7	7	8	13	21	14	11	6	12	11	8	
SINDICATO DE TRABALHADORES	Muito	21	24	15	23	20	23	22	13	20	21	21	19	24	14	
	Pouco	53	51	54	56	59	53	46	50	49	59	55	54	53	53	
	Nenhum	22	24	19	17	19	23	26	22	20	22	23	19	20	32	
	Não sabe	5	2	7	3	2	1	5	15	11	3	1	9	3	1	
REDES SOCIAIS DA INTERNET	Muito	65	63	67	74	70	71	66	37	47	71	77	58	68	71	
	Pouco	21	24	15	19	22	20	24	27	19	18	23	20	21	13	
	Nenhum	8	9	7	7	6	6	6	15	13	7	3	9	8	3	
	Não sabe	6	4	7	2	2	3	5	24	12	4	2	10	4	5	
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
Base ponderada	805	373	432	157	156	178	128	251	353	201	273	302	123	63		
Total Nos. absolutos	805	374	431	156	159	178	126	242	341	222	265	300	129	65		

Projeto: P03608
Base: Total de amostra
Data do campo: 15/06/2013

Pesquisa Datafolha, pág. 23.

Opinião sobre os protestos contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo
(Resposta estimulada e única, em %)

	13/06/2013	18/06/2013
A favor	55	77
Contra	41	18
Indiferente	3	5
Não sabe	1	1

Fonte: Você é a favor ou contra que haja protestos contra o reajuste da tarifa de ônibus na cidade?
Base: Total da amostra - moradores da cidade de São Paulo

Pesquisa Datafolha, pág. 27.

III – Pesquisa realizada pelo IBOPE a pedido da Confederação Nacional do Transporte.

✓ **Objetivos**

✓ **Datas de campo**

✓ **Coleta dos dados**

✓ **Seleção da amostra**

✓ **Amostra**

✓ **Margem de erro**

✓ **Fatores de ponderação**

✓ **% de verificação dos dados**

✓ **Cópias dos instrumentos de coleta de dados**

Especificações Técnicas - Pesquisa Quantitativa -

- ➔ Captar o clima geral da opinião dos brasileiros em relação à situação do país e em relação às últimas manifestações populares em diversas cidades do país.
- ➔ De 19 e 20 de junho de 2013
- ➔ Face a face (domiciliar)
- ➔ Probabilística nos dois primeiros estágios + cotas no estágio final
- ➔ 1.008 entrevistas
- ➔ 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre o total da amostra
- ➔ Não, por se tratar de uma amostra proporcional ao universo pesquisado
- ➔ • Pelo menos 20% do material dos entrevistadores foi criticado e verificado.
• 100% dos questionários foram submetidos a um teste eletrônico de consistência para verificação de coerência das respostas.
- ➔ Questionários e cartelas foram enviados para aprovação por parte do cliente antes do início dos trabalhos de campo e fazem parte do relatório/apresentação de pesquisa.

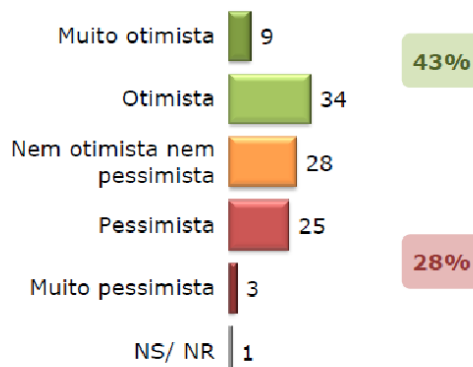
✓ As atividades do IBOPE Inteligência são regidas por padrões éticos da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP) e da World Research Association (ESOMAR).

✓ Além disso, os nossos procedimentos estão em conformidade com a Norma Internacional de Qualidade em Pesquisa de Mercado e Opinião – ISO 20252 e a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISO 9001.

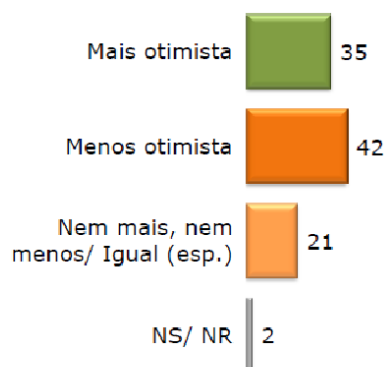
✓ Os arquivos ora enviados não podem ser alterados em nenhuma hipótese sem a prévia autorização do IBOPE Inteligência"

Expectativa em relação ao futuro do Brasil

Sentimento atual



Sentimento atual em relação a 2 anos atrás



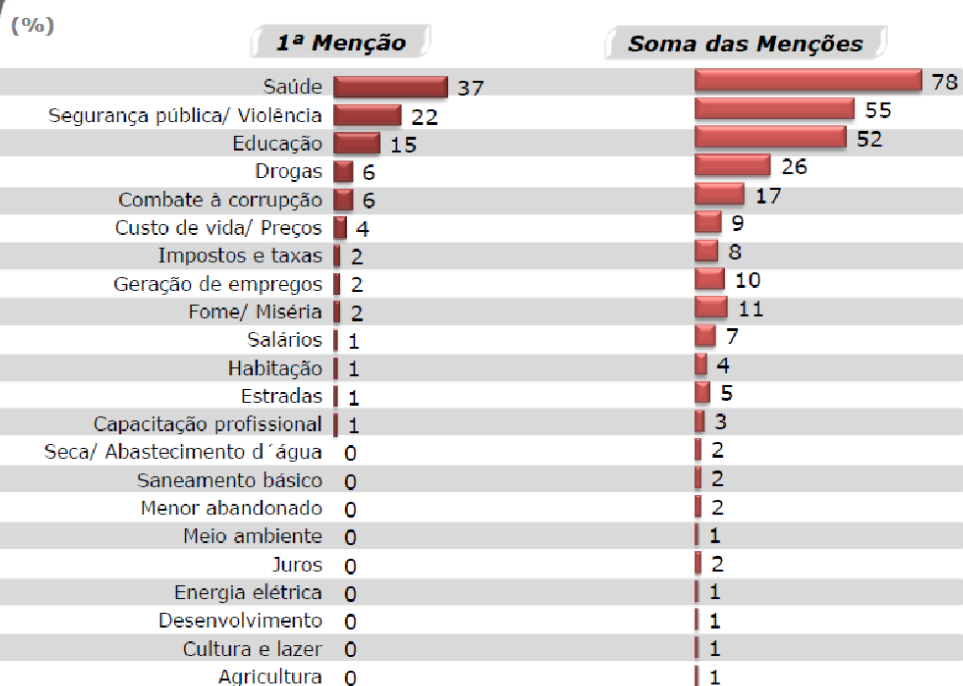
Base: Amostra (1008)

CNT Confederação Nacional do Transporte

P02) Como o(a) sr(a) diria que se sente atualmente em relação ao futuro do Brasil, o(a) sr(a) diria que está: (RU)
P03) Ainda pensando no que sente atualmente em relação ao futuro do Brasil, o(a) sr(a) diria que está mais ou menos otimista com o futuro do país do que há 2 anos atrás? (RU)

IBOPE
8 inteligência

Menção das áreas problemáticas do país



Base: Amostra (1008)

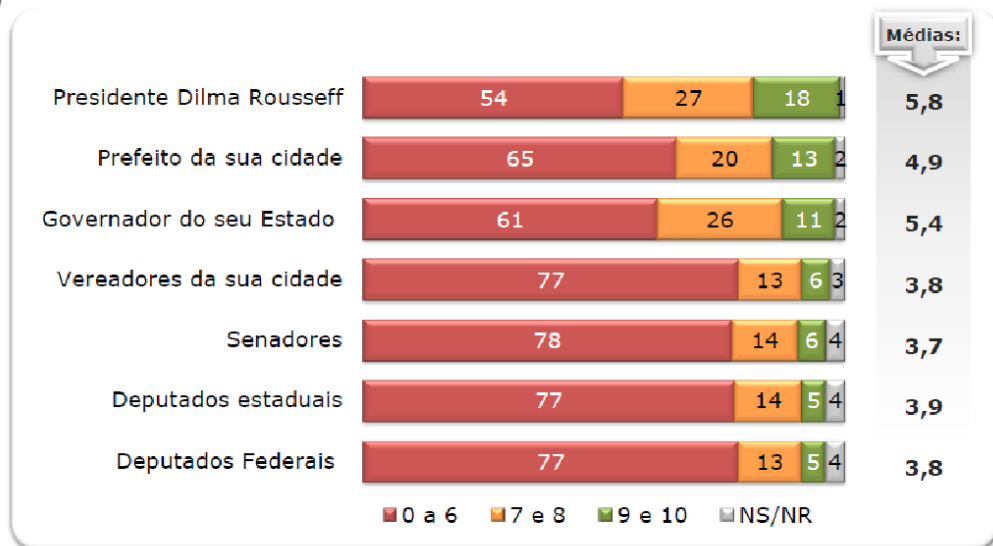
CNT Confederação Nacional do Transporte

P04) Falando agora sobre os problemas do país, na sua opinião, dessas áreas presentes no cartão, quais são as TRÊS em que o Brasil tem maiores problemas? Em 1º lugar? E em 2º lugar? E em 3º lugar?

IBOPE
9 inteligência

Avaliação do governo nos diferentes níveis

(%)



Base: Amostra (1008)

CNT

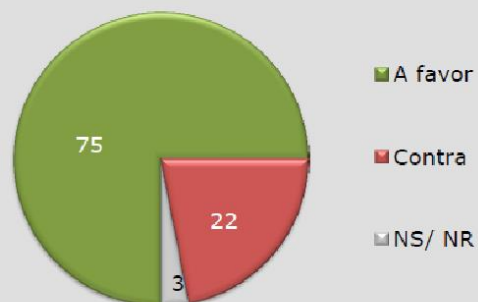
Confederação
Nacional do
Transporte

P05) Por favor, agora me diga que nota, de 0 a 10 o(a) sr(a) daria para a atuação do(a)/ dos(das)

IBOPE
10 inteligência

Posicionamento sobre as manifestações populares recentes

(%)



Base: Amostra (1008)

CNT

Confederação
Nacional do
Transporte

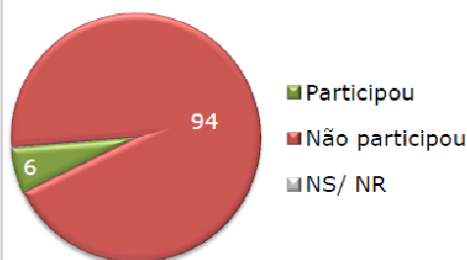
P07) Nos últimos dias ocorreram varias manifestações populares em diversas cidades do Brasil. O(a) sr(a) é a favor ou contra essas manifestações? (RU)

IBOPE
12 inteligência

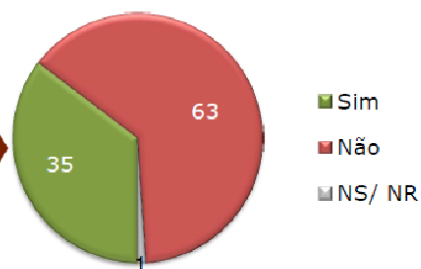
Participação nas manifestações

(%)

Participou das Manifestações?



Estaria disposto?



Base: Amostra (1008)

Base: Não participou das manifestações (950)

CNT

Confederação
Nacional do
Transporte

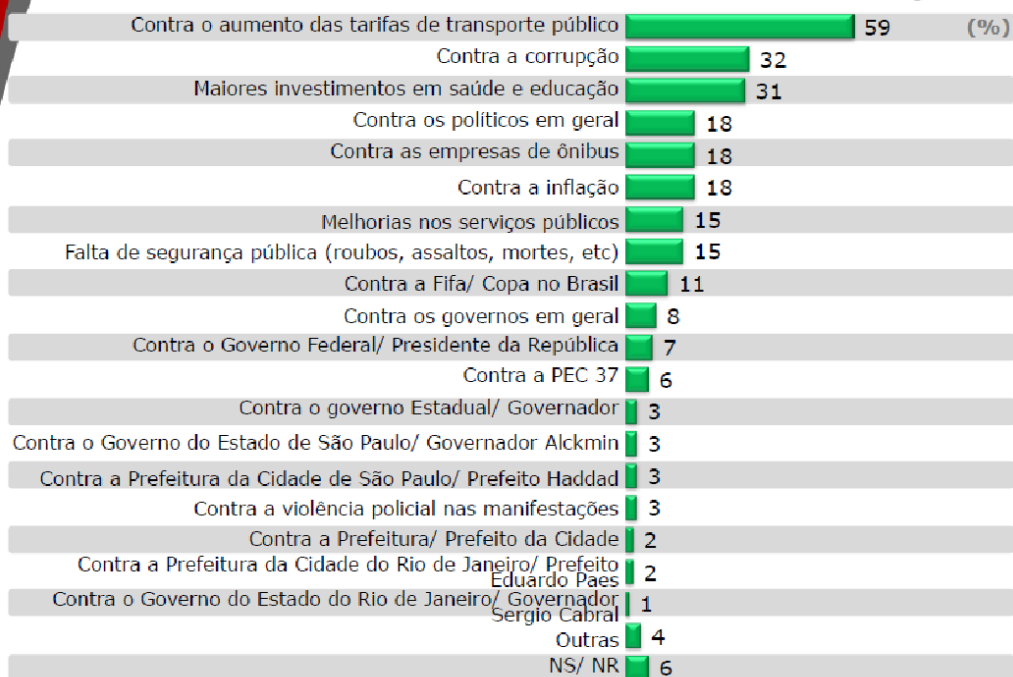
P15) E o(a) sr(a) participou de alguma destas manifestações? (RU)

P16) E o(a) sr(a) estaria disposto a participar de alguma destas manifestações? (RU)

IBOPE

13 inteligência

Percepção sobre o motivo das manifestações



Base: Amostra (1008)

CNT

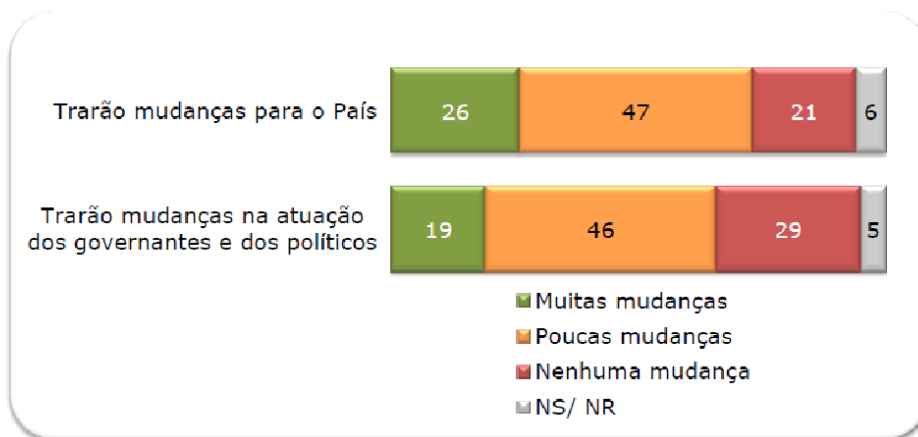
Confederação
Nacional do
Transporte

P08) E pelo o que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar, qual é o principal motivo destas manifestações? Mais algum motivo? (ESPONTÂNEA - RM)

IBOPE

14 inteligência

Expectativa quanto ao resultado das manifestações



Base: Amostra (1008)

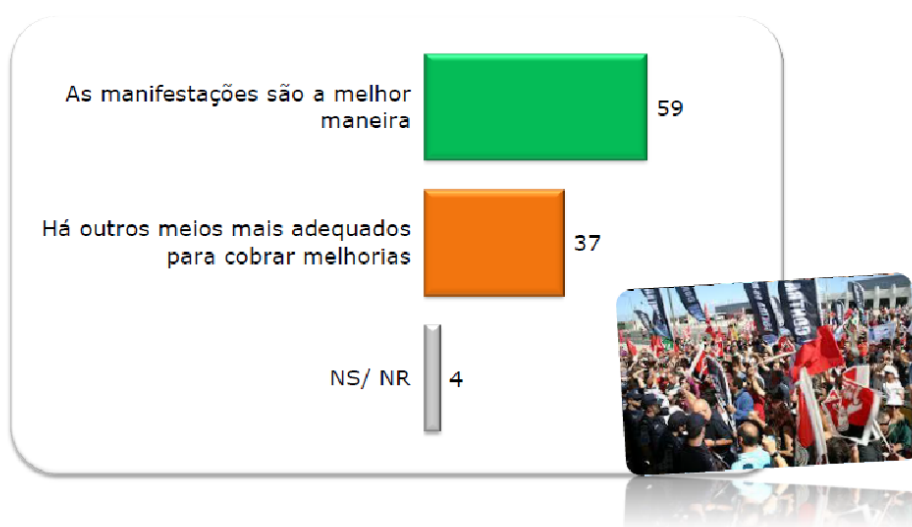
CNT

Confederação Nacional do Transporte

P09) Na sua opinião, o(a) sr(a) diria que de um modo geral estas manifestações trarão muitas mudanças, poucas mudanças ou nenhuma mudança para o país? (RU)
 P10) E, o(a) sr(a) diria que estas manifestações trarão muitas mudanças, poucas mudanças ou nenhuma mudança na atuação dos governantes e dos políticos no país? (RU)

IBOPE
15 inteligência

Avaliação das manifestações enquanto meio de cobrar melhor atuação do governo



Base: Amostra (1008)

CNT

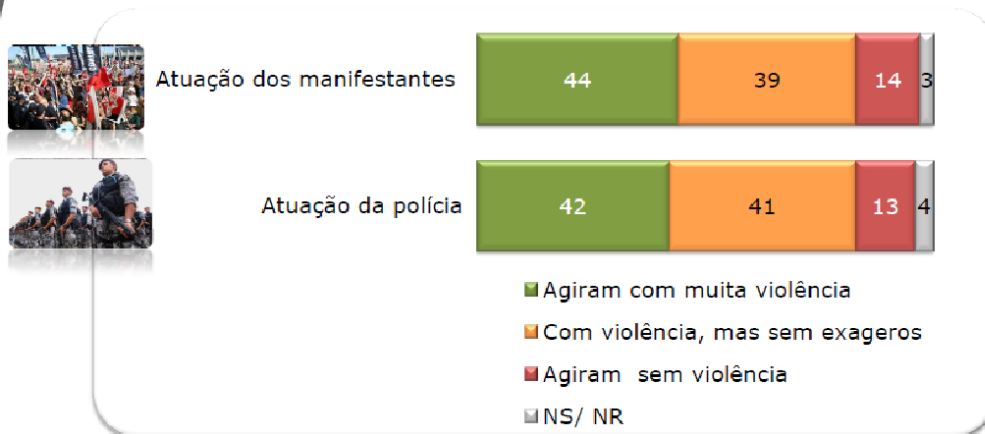
Confederação Nacional do Transporte

P11) Na sua opinião, as manifestações que ocorreram nos últimos dias, são a melhor forma que existe ou há outros meios mais adequados para cobrar melhorias nas políticas públicas e na atuação dos governantes e políticos em geral? (RU)

IBOPE
16 inteligência

Opinião sobre a atuação dos atores envolvidos

(%)



Base: Amostra (1008)

CNT

Confederação Nacional do Transporte

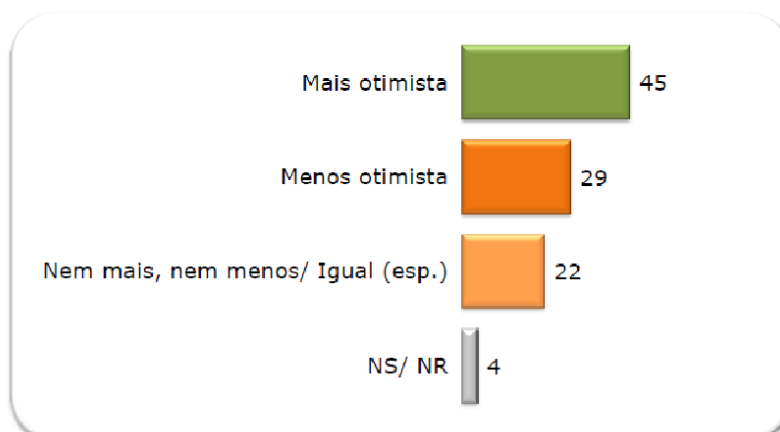
P12) Pensando na atuação dos manifestantes durante as manifestações, o(a) sr(a) diria que de modo geral os manifestantes: (RU)

P13) E pensando na atuação da polícia para conter as manifestações, o(a) sr(a) diria que de modo geral a polícia: (RU):

IBOPE
17 inteligência

Impacto das manifestações na expectativa em relação ao futuro do Brasil

(%)



Base: Amostra (1008)

CNT

Confederação Nacional do Transporte

P14) Agora levando em conta as manifestações que ocorreram nos últimos dias, e suas possíveis consequências, o(a) sr(a) diria que está mais otimista ou menos otimista em relação ao futuro do Brasil? (RU)

IBOPE
18 inteligência

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. In Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vol. 31. N°1, 1988. pp. 5-34.
- ADORNO, T. W. **A Indústria Cultural**. In: COHN, G. Comunicação e Indústria Cultural. São Paulo: T. A. Queiroz.
- ADORNO, Theodor W. **O Ensaio como Forma**. pág. 15-45. In: Adorno, W.T, Notas de Literatura I. Tradução Jorge de Almeida, Ed. 34, Coleção espírito crítico, 2003.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova – São Paulo. [Online]. 2009, n.76, pp.49-86. ISSN 0102-6445.
- AMARAL, Adriana. **Subculturas e cibercultura(s): para uma genealogia das identidades de um campo**. Dossiê ABCiber. Revista FAMECOS • Porto Alegre • n° 37 • dezembro de 2008 • quadrimestral.
- ANDRADE, Daniel Pereira; OTA, Nilton Ken. **Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval**. Tradução do francês de Naira Pinheiro dos Santos. Tempo Social, revista de sociologia da USP, 2014, v. 27, n. 1.
- ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais / Fábio Malini e Henrique Antoun**. – Porto Alegre: Sulina, 2013. (Coleção Cibercultura) ISBN: 978-85-205-0684-4.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. In: ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARAUJO, Hermetes Reis (org.); ACHIM, Seiler et. al. **Tecnologia, natureza e a "redescoberta" do Brasil - Laymert Garcia dos Santos**, p. 23-46; **Os motores da história Entrevista com Paul Virilio**, p. 127-148. In. *Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente*. - São Paulo: Ed. Estação da Liberdade, 1998. ISBN 85-85865-86-5.
- ASSIS, Érico Gonçalves de. **Movimentos em rede: ativismo político e mídias digitais**. ECOS Revista v. 9, n. 1. 2002. Publicação semestral da Escola de Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. **Ação direta e simbologia das "jornadas de junho": notas para uma sociologia das manifestações**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 145-164.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. ISBN 85-7110-699-1.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da História**. In: _____. Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas Volume I. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994c.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks. How social Production Transforms Markets and Freedom**. Yale University Press, 2006. ISBN 13: 978-0-300-11056-2.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. 2º edição. Companhia das Letras – São Paulo. ISBN 85-85095-05-9.

BOBBIO, Norberto. **Conceito de Sociedade Civil**. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1982. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 1º edição 1982, 3º reimpressão 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de Sociólogo: Metodologia da Pesquisa na Sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 5º edição.

BRANCO, Claudia Castelo; MATSUZAKI, Luciano Yoshio (ORGs). **Olhares da Rede**. São Paulo: Momento Editorial, 2009. ISBN 978-85-62080-05-0.

CAPPELLOZZA, Alexandre; MORAES, Gustavo Hermínio Salati Marcondes de; MEIRELLES, Fernando de Souza. **Information technology and social movements: a study in the free pass movement**. Pág. 137-153. Gestão & Regionalidade - Vol. 33 - Nº 97 - jan-abr/2017. Periódico Científico em Administração editado pela USCS.

CARR, Nicholas. **The Glass Cage: How our computers are changing us**. W.W. Norton & Company 2014 – Independent Publishers Since 1923. New York London. ISBN978-0-393-35163-7 pbk.

CASTELLS, Manuel. **La galáxia internet**. Areté. Primera edición, 2001. ISBN 84-01-34157-4.

CASTELLS, Manuel. Prólogo: **A Rede e o Ser**, págs. 39-62. **O espaço de fluxos**, págs. 467-518. In: A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura. Volume I. A Sociedade em Rede. 8ª ed. Tradução: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005. ISBN 85-219-0329-4.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Editora Zahar, 2013 – Rio de Janeiro. ISBN 978-85-378-1115-3.

CASTELLS, Manuel. **Urbanização, desenvolvimento e dependências**, págs. 77-106. In: A questão urbana. Tradução de Arlene Caetano. 1ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. (Coleção Pensamento Crítico; v.48). ISBN 85-219-0327-8.

DANTAS, Marcos. **Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva**. In: Helena M. M. Lastres, Sarita Albagli (Org.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo; ensaio sobre a sociedade liberal**; tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle**. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226. Tradução de Peter Pál Pelbart.

DI FELICE, Massimo. **As formas digitais do social e os novos dinamismos da sociabilidade contemporânea**. In. KUNSCH, M.M.K; KUNSCH, W. Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

DI FELICE, Massimo. **Ser Redes: O Formismo Digital dos Movimentos Net-Ativistas**. Revista MATRIZES – Universidade de São Paulo. Ano 7 – nº 2 jul./dez. 2013 - São Paulo - Brasil – p. 49-71. ISSN 1982-8160.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**; tradução Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 4ª. ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Prefácios da 1ª e 2ª edições, capítulos I, II e III).

DURKHEIM, Émile. Livro I: **A função da divisão do trabalho**, págs. 13-37. Da divisão social do trabalho. Tradução de Eduardo Brandão. - 2ª ed. - São Paulo, Martins Fontes, 1999. ISBN 85-336-1022-X.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: estudo de sociologia**. Tradução de Andréa Stahel M. da Silva. – São Paulo: EDIPRO, 2014. 1º edição. ISBN 978-85-7283-861-0.

EISENBERG, José. **Internet, Democracia e República**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, n. 3, pp. 491-511, 2003.

EISENBERG, José; CEPIK, Marco. (Orgs.). **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e Alienação**. Editora Bertrand Brasil, 1998. Rio de Janeiro. Editor alemão: Michael Schröter. Tradução do inglês por Alvaro de Sá. ISBN 85-286-0667-8.

FAUSTO, Sergio; SORJ, Bernardo (Org.). **Ativismo Político em Tempos de Internet**. Edições Plataforma Democrática (Coleção: O Estado da Democracia na América Latina), 2016 - iFHC / Centro Edelstein. ISBN 978-85-92661-00-7.

FAUSTO, Sergio; SORJ, Bernardo (Org.). **Internet e Mobilizações Sociais: Transformações do Espaço Público e da Sociedade Civil**. Tradução: Fábio Storino. Edições Plataforma Democrática (Coleção: O Estado da Democracia na América Latina), 2015 – Fundação Konrad Adenauer Stiftung/ iFHC / Centro Edelstein. ISBN 978-85-99588-36-9.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. Artigo: **Ciberespaço: conceito à procura de um nome**. DOSSIÊ ABCiber - Revista FAMECOS • Porto Alegre • nº 37 • dezembro de 2008 • quadrimestral.

FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970**. Éditions Gallimard, Paris, 1971. Tradução de Edmundo Cordeiro com a ajuda para a parte inicial do António Bento.

FOUCAULT, Michel. O Filósofo Mascarado; Com Que Sonham Os Filósofos?; O que é um Autor; Por uma vida não fascista.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica – Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Ed. Martins Fontes – 2008. Tradução: Eduardo Brandão / Revisão de Tradução: Claudia Berliner. ISBN 978-85-336-2402-3.

FOUCAULT, Michel. **Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung**. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, nº 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafetá Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e poder**, págs. 1-14. **Soberania e Disciplina**, págs. 179-191. **O olho do poder**, págs. 209-227. In: Microfísica do poder. 20^a. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes, 2001, 24 ed.

FURLIN, Neiva. **A noção de sujeito em Touraine e Foucault: contribuições epistemológicas para o pensamento social**. XV Congresso Brasileiro de Sociologia - 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR). GT30 - Teoria Sociológica.

GIDDENS, Anthony. **Razão sem Revolução? Teoria da Ação Comunicativa, de Habermas**. pp. 245-278; **Admirável Mundo Novo: O Novo Contexto da Política**. pp. 311-330. In. Em Defesa da Sociologia: Ensaios, Interpretações e Tréplicas. Editora Unesp, 2001. São Paulo. Trad. Roneide Venanio Majer, Klauss Brandini Gerhardt. ISBN 85-7139-363-X.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013 Novíssimos sujeitos em cena**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016. ISSN 1518-3483.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo: 1997. ISBN: 85-15-01597-8.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. VII(3): 214-222, setembro/dezembro, 2005.

GOMES, Wilson. **Internet e participação política**. In: Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p.293-326.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. V. 3: Maquiavel. **Notas sobre o Estado e a política.**

GREGOLIN, Maria do Rosário. Artigo: **Análise do Discurso e Mídia: a (re)produção de identidades.** Dossiê: Comunicação, mídia e consumo. São Paulo vol. 4n. 11 p. 11 - 25 nov. 2007.

IANNI, Octavio. **A sociedade civil mundial**, págs. 33-50. **As formas do poder global, págs.** 125-146. In: A sociedade global. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. ISBN 85-200-0100-9.

IANNI, Octavio. **The Electronic Prince. Perspectivas** (São Paulo), v.22. p. 11-29. 1999.

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo.** / Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social – São Paulo 2014. ISBN 978-85-63715-03-6.

JAMBEIRO, OTHON; BORGES, J. **Internet, Participação Política e Organizações da Sociedade Civil.** Eco (UFRJ), v. 13, p. 124-145, 2010.

LATOURETTE, Bruno. **Beware your imagination leaves digital traces.** In: Times Higher Literary Supplement. 2007.

LEMOS, André. Artigo: **Cibercultura e mobilidade: A Era da conexão.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005.

LEMOS, André. **Cibercultura – tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** 8ª ed. Porto, 2016.

LEMOS, André. **Cidade e Mobilidade. Telefones Celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais,** In Matrizes, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. USP, ano 1, n.1, São Paulo, 2007, ISSN 1982-2073, pp.121-137.

LEMOS, André. **Espaço, mídia locativa e teoria Ator-Rede.** Galáxia (São Paulo, Online), n. 25, p. 52-65, jun. 2013.

LEMOS, André. **Você está aqui! Mídia locativa e teorias “materialidades da comunicação” e “ator-rede”.** In: Revista Comunicação e Sociedade, ano 32, n. 54, São Bernardo do Campo, SP, Metodista, julho/dezembro 2010. p. 5-29.

LÉVY, Pierre. Artigo: **A Esfera pública do século XXI.** Disponível em <techyredes.wordpress.com>. Consultado em 29/04/2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1 ed.,1999.

LÖWY, Michael. **Negatividade e utopia do movimento altermundialista.** Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS).

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP. Lutas Sociais N° 19/20, 2008. Tradução Beatriz Whitaker. Revisão técnica de Marina Fuser e Lúcio Flávio de Almeida.

MAIA, R. C. M. ***A Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação.*** In: GOMES, Wilson; MAIA, R. C. M. Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

MAIA, R. C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, F. P. J. A. ***Participação política e internet no Brasil.*** Porto Alegre: Sulina, 2011.

MALINI, Fábio. Artigo: ***Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologias e temporalidades em rede.*** Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cibercultura do XXV Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal de Goiás, Goiânia, de 7 a 10 de junho de 2016.

MALINI, Fábio. ***O Comunismo das redes sistema midiático p2p, colaboração em rede e novas políticas de comunicação na Internet /*** Fábio Malini. Rio de Janeiro: PPGCOM UFRJ/ECO), 2007.

MARICATO, Ermínia; HARVEY, David, DAVIS, Mike; BRAGA; MOVIMENTO PASSE LIVRE; ZIZEK, Slavoj... [et al.] ***Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil.*** 1.ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. ISBN 978-85-7559-341-7.

MARQUES, Camila; LIMA, Júlia; QUINTANILHA, Karina; TRESKA, Laura; et.al. ***Relatório Protestos no Brasil 2013.*** Equipe ARTIGO 19 Brasil. 2013 Diretora: Paula Martins. Link: <http://artigo19.org/?p=4967> Consultado em 10/12/2018.

MARQUES, F. P. J. A. ***A Democracia Eletrônica em dois momentos.*** In: André Lemos. (Org.). Ciberurbe. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Org.) ***Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*** - 01. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. ***A base real da ideologia***, págs. 55-86. In: A ideologia alemã. 2ª edição. Tradução: Luís Claudio de Castro e Costa – São Paulo: Martins Fontes, 1998. ISBN 85-336-0820-9.

MATTELART, Armand. ***História da Utopia Planetária: Da Cidade Profética à Sociedade Global.*** Ed. Sulina, Porto Alegre 2002. Tradução de Caroline Chang. ISBN 85-205-0298-9.

MCCHESENEY, Robert W. ***Digital Disconnect: How Capitalism is Turning the Internet Against Democracy.*** The New Press 2013. ISBN 978-1-62097-031-7.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. ***Singularidade e identidade nas manifestações de 2013.*** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 66, p. 130-159, abr. 2017.

MONTARDO, Sandra Portella. Artigo: **Comunicação na cibercultura: nova abordagem do pensamento de Georg Simmel**. Site: www.bocc.ubi.pt consultado em 15/04/2018.

MOROZOV, Evgeny. Paper: **The Internet: a room of our own?** Dissent Magazine, Summer 2009. Link: <https://www.dissentmagazine.org/article/the-internet-a-room-of-our-own> Consultado em 20/01/2018.

MOROZOV, Evgeny. **The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom / Evgeny Morozov**. — Public Affair, 1st ed. 2011. ISBN 978-1-58648-874-1.

NOBRE, Marcos. **Choque de Democracia. Razões da Revolta**. Companhia das Letras 2013. Breve Companhia Ensaio - Editora Schwarcz S.A. ISBN 978-85-8086-738-1.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento. Da Redemocratização ao Governo Dilma**. Companhia das Letras 1º ed. 2013. ISBN 978-85-7406-608-0.

ORTELLADO, Pablo; JUDENSNAIDER, Elena. **Vinte Centavos – A Luta Contra o Aumento**. Editora Veneta. 1º ed. 2013.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. Ed. Brasiliense. 1999. ISBN 85-11-08064-3.

PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P.; ARAUJO, R. P. A.; SILVA, S. J. **Ação política na Internet Brasileira. Perspectivas em Ciência da Informação** (Online), v. 16, p. 111-132, 2011.

PIMENTEL, Tiago; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013**. Publicado em 11 de julho de 2013 no link: <http://interagentes.net/?p=62>. Consultado em

PRIMO, Alex. Artigo: **O que há de social nas mídias sociais. Reflexões a partir da teoria ator rede**. In. Contemporânea | comunicação e cultura - v.10 – n.03 – set-dez 2012 – p. 618-641 | ISSN: 18099386. Link: < www.contemporanea.poscom.ufba.br >.

RANCIÈRE, Jacques. **A estética como política** (RANCIÈRE, Jacques. Malaise dans l'esthétique. Paris: Éditions Galilée, 2004. p. 31-63. Traduzido por Augustin de Tugny). In. DEVIRES – cinema e humanidades / Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) – v.7 n.2, p. 14-36, jul/dez (2010) – Semestral - ISSN: 16798503.

RIFKIN, Jeremy. **La Era del Acceso: la revolución de la nueva economía**. Plaza de edición: ES. Editorial: PAIDOS IBERICA. 2000. Traductores: Jose Francisco Alvarez Alvarez, David Teira Serrano ISBN: 9788449309410.

ROCKFELLER, Stuart Alexander. **Flow**. Current Anthropology, Vol. 52, No. 4 (August 2011) pp. 557-578. Published by: The University of Chicago Press on behalf of Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. 2. Ed. Sulina, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Prefácio**, págs. 13-23. **Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**, págs. 25-66. In. Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. ISBN 85-200-0617-5.

SANTOS, Laymert Garcia. **Tecnologia, Natureza e a Redescoberta do Brasil**. In. Tecnologia e Cultura: Ensaio Sobre o Tempo Presente. Editora Estação Liberdade – São Paulo, 1999. ISBN 85-85865-86-5.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp. 2002.

SARAIVA, Leila. **Não leve flores: Crônicas Etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF**. Brasília: UnB, 2017. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/DAN). Orientadora: Prof. Dra. Cristina Patriota de Moura.

SCHLEGEL, Rogerio. **Internauta brasileiro: perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas**. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 137-157, out. 2009.

SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (Orgs.). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. São Paulo: Uva Limão, 2016. ISBN 978-85-93072-01-7.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org). **Cidadania e Redes Digitais**. Citizenship and Digital Networks. 1º edição – Comitê Gestor da Internet (CGI.BR), 2010. ISBN 978-85-63127-01-3.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais**. In: Angela Cristina Salgueiro Marques. (Org.). *Esfera Pública, Redes e Jornalismo*. 01 ed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2009, v. 01, p. 70-89.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SORJ, Bernard. **Brasil @ Povo.Com. A Luta Contra a Desigualdade na Sociedade da Informação**. Jorge Zahar Editor – UNESCO, 2003. ISBN 85-7110-738-6.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira**. Editora Leya, 2015.

SPYER, Juliano. **Social Media in Emergent Brazil: How the Internet Affects the Social Change**. UCL. Press

TORET, Javier. **Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días del #15M**. Artículo publicado en 12 de Marzo de 2012. Link: <https://tecnopolitica.net/es/node/14>. Consultado: 5/09/2018.

TORET, Javier; MONTERDE, Arnau; LEVI, Simona Levi; et.al. **Tecnopolítica, Internet y r-evoluciones sobre la centralidad de redes digitales en el #15m**. De esta edición Icaria editorial, s. a. Arc de Sant Cristòfol, 11-23 08003 Barcelona. Com Primera edición: junio de 2012. ISBN: 978-84-9888-446-3.

TOURAINÉ, Alain. **Na Fronteira dos Movimentos Sociais**. Sociedade e Estado. Brasília. V. 21, N.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

TRIVINHO, Eugênio. **Comunicação, glocal e cibercultura: bunkerização da existência no imaginário midiático contemporâneo**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos VII(1): 61-76, janeiro/abril 2005 – Unisinos.

UNESCO. **Concentración de medios y libertad de expresión normas globales y consecuencias para las Américas** - UNESCO Digital Library 2017. ISSN 2301-1424.

VAZ, Paulo. Artigo: **Agentes na Rede**. Revista Lugar Comum. Estudos de Mídia, Cultura e Democracia. N° 7, pp. 115-132.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real**. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. **New Revolts Against the System**. In New Left Review 18, November-December 2002, pp. 29-39.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**, págs. 79-127. In: Weber. Trad. Gabriel Cohn. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

WEBER, Max. **Capítulo I. Conceitos sociológicos fundamentais**, págs. 3-35. In: Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva, v. I. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2004.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Tradução de Augustin Wernet; introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. – 5 ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. ISBN 978-85-249-2300-5 (Cortez Editora) ISBN 978-85-2681229-1 (Editora da Unicamp).

WELLMAN, Barry. For a social network analysis. Networked: The new social operating system.